

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA**

**CARIDADE E PODER:  
A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de  
Campinas  
(1871-1889)**

Leila Alves Rocha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de mestre.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wilma Peres Costa**

**CAMPINAS**

**2005**

***Para Soonzinho***

## AGRADECIMENTOS

A realização desta Dissertação só foi possível graças a colaboração direta e indireta de muitas pessoas e instituições. Agradeço, primeiramente, ao Instituto de Economia da UNICAMP. Aos colegas, funcionários e professores do IE-UNICAMP manifesto minha gratidão. Pronuncio meu particular agradecimento à Ema, ao Fernando e à toda a equipe dos Arquivos Históricos do Centro de Memória, pelo apoio ao longo de toda a pesquisa.

Maior agradecimento dedico à prof.<sup>a</sup> Wilma Peres Costa que, além da orientação generosa e da paciência ilimitada, foi minha melhor amiga ao longo desta empreitada.

Agradeço aos amigos e familiares, pelo interesse e pelo apoio incondicional. Em especial, manifesto minha gratidão aos queridos Andréa, Adriana, D.<sup>a</sup> Fátima, Rosa, Chiquinho, Sr. Eliseu (Pai), Eliseu (filho), João, Valério, Walter e as inestimáveis Udi e Marina, que não me deixaram esmorecer na reta final e compreenderam minha ausência prolongada. Confesso-me grata ainda aos meus irmãos, Luciano e Lília, e a meus pais, Adir e Edna, pelo apoio e compreensão ao longo de toda a jornada. Ao Soonzinho, agradeço pela cumplicidade e pelo amor incondicional que deram sentido aos meus esforços.

## Fado Tropical

Oh, musa do meu fado,  
 Oh, minha mãe gentil  
 Te deixo, consternado,  
 No primeiro abril.  
 Mas não sê tão ingrata,  
 Não esquece quem te amou  
 E em tua densa mata  
 Se perdeu e se encontrou  
 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal,  
 Ainda vai tornar-se um imenso Portugal.

“Sabe, no fundo eu sou um sentimental.  
 Todos nós herdamos no sangue lusitano  
 uma boa dosagem de lirismo. Além da  
 sífilis, é claro. Mesmo quando as minhas  
 mãos estão ocupadas em torturar, esganar,  
 trucidar, meu coração fecha os olhos e,  
 sinceramente chora.”

Com avencas na caatinga,  
 Alecrins no canavial,  
 Licores na moringa,  
 Um vinho tropical.  
 E a linda mulata,  
 Com rendas de Alentejo,  
 De quem, numa bravata,  
 Arrebato um beijo.  
 Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal,  
 Ainda vai tornar-se um imenso Portugal.

“Meu coração tem um sereno jeito  
 E as minhas mãos o golpe duro e presto

De tal maneira que, depois de feito,  
 Desencontrado eu mesmo me contesto.  
 Se trago as mãos distantes do meu peito,  
 É que há distância entre intenção e gesto.  
 E, se meu coração nas mãos estreito,  
 Me assombra a súbita impressão de  
 incesto.

Quando me encontro no calor da luta  
 Ostento a aguda empunhadora à proa,  
 Mas o meu peito se desabotoa.

E, se a sentença se anuncia, bruta,  
 Mais que depressa a mão cega executa  
 Pois que senão o coração perdoa.

Guitarras e sanfonas,  
 Jasmins, coqueiros, fontes,  
 Sardinhas, mandioca,  
 Num suave azulejo.

O rio Amazonas  
 Que corre trás-os-montes  
 E, numa pororoca,  
 Deságua no Tejo.

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal,  
 Ainda vai tornar-se um imenso Portugal.  
 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal  
 Ainda vai tornar-se um Império Colonial.

**(Chico Buarque e Ruy Guerra)**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PARTE I - DO SURGIMENTO DA MATRIZ LISBOETA ÀS MISERICÓRDIAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX</b> .....	9
<b>CAPÍTULO 1</b> – O Surgimento da Matriz Lisboaeta e as Origens do Desenvolvimento institucional da Misericórdia.....	11
<b>CAPÍTULO 2</b> – As Irmandades da Santa Casa de Misericórdia na América Portuguesa.....	25
<b>CAPÍTULO 3</b> – As Irmandades da Misericórdia Brasileiras no Século XIX: A Caridade Imperial.....	49
3.1. O primeiro momento da assistência caritativa imperial (1822 – 1850): A Irmandade da Misericórdia nas origens do Estado Nacional Brasileiro.....	49
3.2. O segundo momento da assistência caritativa imperial (1850-1889): as Misericórdias e o dinamismo da economia cafeeira .....	63
<b>PARTE II – A MISERICÓRDIA CAMPINEIRA NO PERÍODO IMPERIAL</b> ....	79
<b>CAPÍTULO 4</b> - Modernização e Poder na Campinas Imperial.....	81
4.1. Campinas no período imperial: paradoxos da modernização.....	81
4.2. Saúde pública, epidemias e filantropia na Campinas imperial.....	93
<b>CAPÍTULO 5</b> – Aspectos da Fundação da Misericórdia Campineira.....	105
<b>CAPÍTULO 6</b> – Os Primeiros Tempos da Misericórdia Imperial.....	117
6.1. Os primeiros tempos do hospital da Misericórdia (1876-	

1889).....	117
6.2. A fundação do Asilo de Órfãos da Misericórdia: do externato ao internato.....	128
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>137</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>153</b>

## RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar o papel da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia na evolução urbana e econômica da cidade de Campinas, desde sua fundação em 1871 até 1889. Procuraremos compreender a dinâmica desta instituição na perspectiva mais ampla do processo de crescimento e transformação urbana do município de Campinas, um dos pilares do desenvolvimento do complexo cafeeiro no Oeste Paulista. Assim, o processo de transição do escravismo para o trabalho livre, a intensificação dos fluxos de imigrantes, e a consolidação de Campinas como eixo de comunicação ferroviária do Oeste Paulista, são alguns dos principais elementos que permeiam o surgimento e a consolidação da Santa Casa de Misericórdia. Entendemos que, no momento de fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, esta instituição era indispensável ao *status* de centro de progresso moral, cultural e material de que a cidade desfrutava. Nesse sentido, pesquisar como a instituição se estruturou para o atendimento das demandas sociais de Campinas durante o período imperial, o modo como constituiu seu patrimônio e geriu os seus recursos, sua interação com os grupos dominantes da sociedade local e as hierarquias sociais que estabeleceu nos serviços prestados à população propiciam ângulos estratégicos para compreender as transformações em curso na cidade de Campinas, uma espécie de microcosmo da transição capitalista em São Paulo.

## INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar o papel da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia na evolução urbana e econômica da cidade de Campinas, desde sua fundação em 1871 até 1889. Procuraremos compreender a dinâmica desta instituição na perspectiva mais ampla do processo de crescimento e transformação urbana do município de Campinas, um dos pilares do desenvolvimento do complexo cafeeiro no Oeste Paulista. Assim, o processo de transição do escravismo para o trabalho livre, a intensificação dos fluxos de imigrantes, e a consolidação de Campinas como eixo de comunicação ferroviária do Oeste Paulista, são alguns dos principais elementos que permeiam o surgimento e a consolidação da Santa Casa de Misericórdia.

Este trabalho aprofunda a pesquisa iniciada na monografia intitulada *A Santa Casa de Misericórdia de Campinas no contexto da economia cafeeira*, em que se procurou salientar os vínculos entre a expansão da cafeitura no Oeste Paulista e a do desenvolvimento institucional da filial campineira.

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 1871 a 1889. No ano de 1871, foi edificada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, delimitando os novos contornos da assistência privada à saúde em nível local. Já o ano de 1889 marca a abolição da escravatura e o fim do período imperial, encerrando esta etapa do desenvolvimento da cidade. A partir daí, a Proclamação da República e a generalização do trabalho assalariado alterariam diversos aspectos do funcionamento da instituição.

Por fim, para execução deste trabalho, a pesquisa fundamentou-se em fontes bibliográficas que tratam especificamente do tema, tais como Livros, Teses, Dissertações e Artigos em revistas especializadas. Também de inestimável valor foram a Coleção das Leis do Império e os Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo que iluminaram as relações entre a Misericórdia e a formação do Estado Nacional Brasileiro. Dado o recorte temático e temporal, nos utilizamos

também de documentação produzida pela comunicação interna das várias repartições que compunham a irmandade no período entre 1871 e 1889, e destas com os órgãos dos poderes local, provincial e, posteriormente, estadual. Nesse sentido, contamos com vasta documentação presente no acervo do Centro de Memória da Unicamp (CMU).

Na segunda metade do século XIX, Campinas vivenciou um momento único em seu desenvolvimento econômico. Amparada na acumulação de capital cafeeiro e nos valores e comportamentos da ordem senhorial escravista característicos das zonas cafeeiras do Oeste Paulista, a cidade experimentou um processo de urbanização e o surgimento de um conjunto de instituições a ele inerentes. Esse momento caracterizou-se pela valorização do espaço urbano, com a diversificação das atividades econômicas realizadas, e o surgimento de correntes de novas idéias entre os segmentos ilustrados, buscando atingir certo grau de modernidade em um meio cuja dinâmica ainda era definida pelo sistema escravista. Uma modernização específica que, dirigida pelos homens enriquecidos pelo café, compatibilizava a um só tempo os novos valores civilizatórios e a escravidão. Parcial, epidérmica e imitativa, essa ação modernizante rompeu parcialmente com o passado e impregnou o conjunto das instituições nascentes na urbe.

**“Ser moderno no caso é ser republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos, considerados modelares para serem transplantados, em muitas de suas soluções e costumes, para Campinas, então cenário ou protagonista de movimentos que aceleravam a sua velocidade histórica, redistribuíam seu espaço, tornavam suas noites mais claras e melhor aproveitadas, alterando suas formas de utilização das horas diurnas, a qualidade de vida, o viver na cidade enfim.”<sup>1</sup>**

Essa forma específica que a modernidade assumiu em Campinas, na segunda metade do século XIX, não rivalizava com os valores da ordem escravista. Portanto,

---

<sup>1</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *A Cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900*, p. 19.

“O culto ao lazer, a desvalorização do trabalho, a ostentação e a etiqueta, o pouco apreço ao progresso tecnológico e científico pautam ainda muitas de suas representações sociais amaneiradas. Em se tratando de uma sociedade aristocrática e escravista, os bolsões de resistência à modernização da cidade não eram poucos e chegavam a comprometer o seu avanço em questões estruturais. Mas no conjunto, pode-se considerar que as mudanças não se revelaram traumáticas, quer para a aristocracia, quer para a burguesia, cuja recomposição se fez relativamente calma, sendo a sociedade capaz de absorvê-la”<sup>2</sup>.

Na segunda metade do século XIX Campinas vivenciou um momento crucial de sua formação econômica. Naquele momento, a cidade estava comprometida com um processo de desenvolvimento alicerçado em bases contraditórias em que conviviam o tradicional e o moderno. Em outras palavras, a sociedade campineira comprometia-se, de um lado, com os valores e comportamentos da ordem senhorial escravista característicos das zonas cafeeiras do Oeste paulista e; de outro lado Campinas experimentou, especialmente a partir da década de 1870, um *processo de modernização*, viabilizado pela acumulação de capital cafeeiro, que atingiu as esferas econômica, social, política e cultural. Essa modernização expressou-se no avanço do processo de urbanização e no surgimento de um conjunto de instituições a ele inerentes. Foram inaugurados diversos empreendimentos, obras públicas, empresas, instituições financeiras, escolas, entidades assistenciais, hospitais, etc<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, pp. 106-107.

<sup>3</sup> Dentre essas inaugurações podemos destacar: a construção do Teatro São Carlos (1850); a inauguração do correio postal entre São Paulo e Campinas (1867); a inauguração do trecho Jundiaí-Campinas pela Companhia Paulista (1872); a inauguração do trecho Campinas Mogi-Mirim pela Companhia Mogiana (1875); inauguração da Companhia Campineira de Iluminação a Gás (1875); inauguração do prédio da Santa Casa de Misericórdia (1876); inauguração do Rique de patinação (1878); chegada do bonde elétrico em Campinas com a fundação da Companhia Campineira de Carris Elétricos (1878); inauguração das linhas de bondes a tração animal (1879); início das atividades da Sociedade de Beneficência Portuguesa (1879); fundação da Escola Corrêa de Melo (1881); inauguração do matadouro municipal (1881); construção da Matriz Nova (Catedral, 1883); inauguração da Empresa Telefônica Campineira (1884); fundação do Circolo Italiani Uniti (1884); inauguração da Estação de Estrada de Ferro (1884); construção da Igreja de São Benedito (1885); inauguração da Estação Agrônômica (1887); instalação da Companhia Ramal Férreo Campineiro (1889); fundação da Companhia Agrícola Funilense (1890); inauguração dos serviços de águas e esgotos (1891-1892); fundação da Escola Ferreira Penteadado (1893); inauguração da cadeia nova e do Fórum (1896); estabelecimento dos escritórios da Companhia Mogiana (1896) e;

Contudo, o compromisso com os valores tradicionais da ordem senhorial escravista impediu que essa modernidade fosse absorvida de maneira ampla, profunda e permanente. Ao contrário, ela pode ser qualificada como setorial, epidérmica e imitativa. Portanto, a ação modernizante, aqui, implicou num rompimento *parcial* com o passado, sendo essa, portanto, a principal característica desse processo de modernização *tardia*.

Essa modernidade, propagada pela aristocracia e a alta e a média burguesia, importa e reproduz produtos, comportamentos, linguagens, hábitos, visão do universo, etc. Portanto, essa modernização, que é específica da zona cafeeira do Oeste paulista, foi determinante na conformação do espaço urbano campineiro, sancionando o poder político e econômico das elites cafeeiras e salvaguardando as propriedades e as relações sociais de produção. Em outras palavras, a modernidade teve que se compatibilizar com um elemento que é, em essência, a própria negação de seus princípios liberais, civilizatórios e dos seus valores: a escravidão. Nesse cenário, o progresso envolveu, no mesmo movimento, o homem livre e o escravo.

A urbanização experimentada pela cidade no referido período obedeceu a critérios de racionalidade ditados pela elite senhorial que se expressavam tanto no refinamento das construções como na diversidade de instituições que compunham a urbe. Nesse processo, o poder público manteve-se submisso ao capital privado (que quando não liderou os investimentos urbanos, complementou substantivamente as iniciativas governamentais) preservando nesta sociedade a subordinação do poder político ao poder econômico.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas é criada no bojo desse movimento modernizador, constituindo uma peça-chave na manutenção das relações de poder e no controle das camadas urbanas, mais especificamente dos pobres livres e dos escravos, que emergem como resultado desse processo de desenvolvimento econômico e que ficaram suscetíveis ao controle social e

disciplinar da vida pública e privada. Nesse sentido, a compreensão da funcionalidade de uma instituição como a Irmandade da Misericórdia permite-nos alcançar os limites dessa modernização, em primeira instância e, em última instância, os limites do desenvolvimento econômico amparado na agricultura cafeeira escravista.

Entendemos que, no momento de fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, esta instituição constituiria “(...) organismo indispensável a um centro de progresso moral, cultural e material que a cidade desfrutava”<sup>4</sup>. Nesse sentido, pesquisar como a instituição se estruturou para o atendimento das demandas sociais de Campinas durante o período imperial, o modo como constituiu seu patrimônio e geriu os seus recursos, sua interação com os grupos dominantes da sociedade local e as hierarquias sociais que estabeleceu nos serviços prestados à população propiciam ângulos estratégicos para compreender as transformações em curso na cidade de Campinas, uma espécie de microcosmo da transição capitalista em São Paulo.

Assim, é como representante legítima de seu tempo e dos desafios por ele impostos, como expressão das relações de poder e das transformações econômicas que o caracterizavam, que se procura compreender a Santa Casa de Misericórdia de Campinas nesse período particular de sua história.

\*\*\*

Sabemos que a Irmandade da Misericórdia tem uma história muito antiga que se confunde com a própria estruturação do Estado Português e a aquisição e consolidação de seus domínios ultramarinos na Época Moderna, constituindo-se em um dos sustentáculos da monarquia lusitana<sup>5</sup>. Por essa razão, na primeira parte deste trabalho, procuraremos reconstituir em traços gerais a história da

---

<sup>4</sup> João Carlos Betim Paes LEME (1972). “Notícias dos Festejos”, p. 5.

<sup>5</sup> Charles R. BOXER (2002). *O império marítimo português: 1415-1825*, p. 286.

Irmandade, apontando algumas de suas características mais importantes. Para isso, levaremos em conta três aspectos principais e complementares ao longo de sua trajetória: a Irmandade da Misericórdia como elemento de fortalecimento do Estado Monárquico Português; a Irmandade da Misericórdia como pilar da consolidação do Império Ultramarino; e, pelo menos no caso da América Portuguesa, a Irmandade da Misericórdia como instituição estratégica para a acomodação dos interesses das elites no corpo do Império. O **primeiro capítulo** – *O surgimento da Matriz Lisboeta e as origens do desenvolvimento institucional da Misericórdia* –, visa trazer luz às relações entre o surgimento da Misericórdia e a estruturação do Estado português na época moderna. O capítulo contempla a identificação dos elementos que originaram a primeira irmandade de Misericórdia em Lisboa, os princípios gerais que orientaram tanto a matriz lisboeta como suas filiais em todo o mundo. No **segundo capítulo**, *As Irmandades da Santa Casa de Misericórdia na América portuguesa*, o foco analítico está na constituição das filiais da Misericórdia na América e suas principais características dentro do quadro da expansão colonial e do fortalecimento do Estado Nacional português. A análise das Misericórdias brasileiras após o processo de Independência bem como os impactos das transformações políticas – advindas da formação nacional – e das transformações econômicas – advindas do desenvolvimento da Economia Cafeeira exportadora – sobre o desenvolvimento institucional da Irmandade será contemplada no **terceiro capítulo**, *As Irmandades da Misericórdia brasileiras no século XIX: a caridade imperial*. Esta análise será ainda subdividida em dois momentos. *O primeiro momento da assistência caritativa imperial (1822-1850)*, que trata particularmente do processo de nacionalização da instituição lusitana, como parte de um movimento maior de estabelecer os elementos componentes da formação nacional. E *O segundo momento da assistência caritativa imperial (1850-1889): as Misericórdias e o dinamismo da economia cafeeira*, que trata do momento em que foi fundada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

Já na segunda parte do trabalho, o objetivo é tratar da constituição e dos primeiros anos de funcionamento da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia na cidade de Campinas. O ponto de partida dessa análise é uma breve reconstituição do cenário sócio-econômico campineiro em que se assentou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia no século XIX. Assim, no **quarto capítulo**, intitulado, *Modernização e Poder na Campinas Imperial*, discutiremos a formação econômica e urbana de Campinas no período, enfatizando as condições - sociais, políticas, e econômicas - para o desenvolvimento de instituições assistenciais e de práticas filantrópicas, bem como as relações de poder estabelecidas na cidade. Nesse caminho, destacaremos no **capítulo 5, Aspectos Da Fundação Da Misericórdia Campineira** o processo de surgimento do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Por fim, em *Os Primeiros Tempos da Misericórdia Imperial* - **Capítulo 6** - trabalharemos, ainda, com o período de funcionamento da Misericórdia que vai de 1871 até 1889, quando a abolição da escravatura e a Proclamação da República, e seus desdobramentos, modificam a dinâmica do hospital em diversos aspectos de seu funcionamento.

Como *considerações finais*, sintetizaremos as principais idéias discutidas ao longo deste trabalho.

## PARTE I

### DO SURGIMENTO DA MATRIZ LISBOETA ÀS MISERICÓRDIAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XIX

“Temos em Portugal uma instituição que nos honra, que tem sido louvada, invejada por todos os povos, que é a melhor instituição que eu conheço, que nasceu com a monarquia, ou antes veio à luz na sua virilidade e robustez, que a acompanhou por todas as partes do mundo, que a seguiu aos mais remotos confins do globo, onde ela foi levar a cruz e a civilização, o evangelho e o comércio, a liberdade e as suas colônias. Em nenhum país da terra há instituição filantrópica superior, nem igual! Nenhuma nação teve ainda reis ou leis que fizessem de iguais instituições uma condição social tão genérica, tão uniforme, e por consequência tão fácil de vigiar e fiscalizar...”

Almeida Garret, em discurso proferido na Câmara dos Pares em 10 de fevereiro de 1854.

## CAPÍTULO 1

### O SURGIMENTO DA MATRIZ LISBOETA E AS ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA MISERICÓRDIA

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia surgiu em Lisboa no ano de 1498 com o nome de Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia. Essa instituição, fundada por um grupo de leigos e por um frade trinitário<sup>6</sup>, sob o governo da Rainha D. Leonor de Lencastre, tinha como objetivo fornecer auxílio *material e espiritual* aos necessitados. A constituição da Irmandade de Misericórdia em Portugal no século XV está intimamente relacionada à história da assistência caritativa na Europa, no contexto das agudas carências sociais que marcaram a crise do feudalismo. A trágica combinação da peste, da fome, da guerra e do despovoamento agrário, características daquela fase do desenvolvimento europeu, suscitou o movimento de criação de irmandades caritativas leigas que se expandiram a partir do século XIV na Itália e em diversos outros pontos da Europa. Em Portugal, que no século XV se encontrava no início de sua carreira ultramarina, muitas eram as casas de caridade estabelecidas. Várias delas, originalmente nascidas das pousadas para peregrinos, eram albergues que desempenhavam funções de hospitais improvisados e de asilos de pobres e inválidos. Havia também aquelas que, fundadas por monarcas, por organizações religiosas e até mesmo por particulares, funcionavam como isolamento de leprosos. Em geral, as funções caritativas dessas instituições estavam voltadas aos membros das corporações que as mantinham, como as associações dos marítimos, sapateiros, ourives, etc., como expressando as distinções corporativas da sociedade de ordens<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Relativo à ordem religiosa da Santíssima Trindade, fundada em 1198.

<sup>7</sup> Ernesto de Souza CAMPOS (1943). *Santa Casa de Misericórdia de Santos: primeiro hospital fundado no Brasil; sua origem e evolução; homenagem do autor por ocasião do quarto centenário da fundação, 1543-1943*, pp. 15-16.

A Irmandade de Misericórdia de Lisboa foi, desde o início, viabilizada economicamente pela expansão do capital mercantil e pela expansão ultramarina, num momento em que, devido às transformações profundas nas relações sociais, crescia a demanda por serviços assistenciais. Seu surgimento imbrica-se com as diversas vertentes que operavam transformações profundas na sociabilidade europeia e que se manifestavam no plano da política, na esfera da cultura e da religiosidade. No que se refere ao primeiro aspecto, a irmandade da Misericórdia Portuguesa distingue-se das demais instituições caritativas da época tanto por sua origem monárquica como pelo interesse demonstrado pela Coroa em fazer dela um instrumento para centralizar os serviços hospitalares e as outras formas de filantropia num organismo único, acompanhando e fundamentando outros esforços no sentido da centralização do poder nas mãos do Monarca. No que se refere à transformação das sociabilidades e das formas de expressão da religiosidade, a Irmandade sinalizava a emergência de novos elementos de negociação entre o cristão e seus interlocutores divinos, próprias da transição que se operava entre a crise do feudalismo e a emergência de novos modos de organizar a fé e as obras.

A caridade no Antigo Regime caracterizava-se por uma relação tríplice, envolvendo os doadores, os receptores e Deus. Nessa relação, os doadores poderiam ser considerados pobres “(...) pela distância que estavam de Deus”<sup>8</sup>. Dessa forma, se aparentemente a caridade combinava em um único propósito as hierarquias sociais e as desigualdades econômicas, na verdade, o controle da assistência pelas elites era uma forma imprescindível de manutenção do poder e ordem. Se tomarmos a instituição desde suas origens, constatamos que as Santas Casas constituíram um prolongamento do exercício da virtude pessoal da caridade, marcada pelo laicismo filantropista<sup>9</sup>.

Considerando-se a Santa Casa um instrumento da prática religiosa caritativa, tem-se que o principal demandante dos seus serviços era o próprio

---

<sup>8</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001a). *Entre a cura das almas e o remédio das vidas: o recolhimento das órfãs da santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e a caridade para com as mulheres (ca. 1739-1830)*, p. 14.

<sup>9</sup> Antônio Manuel HESPANHA (1998). “Editorial”. *Misericórdia: cinco séculos*, p. 5.

agente da caridade que, por meio desta prática, estabelece uma relação mais harmoniosa com a divindade. Deste modo, longe de ser um sentimento de revolta perante a miséria (que, em suas diversas formas, estava na ordem das coisas e não podia ser excluída), as ações caritativas, assim como a graça, eram paliativos que pontual e precariamente retocavam os rigores da ordem divina. Dessa forma, a caridade era mais uma instância de exercício da virtude ou um testemunho de fé, que uma oportunidade de auxílio aos miseráveis<sup>10</sup>. Examinemos essa questão com mais profundidade.

O ponto do qual partimos é um homem feudal disposto a aceitar as determinações naturais da vida e da morte, de modo muito distinto daquele homem crescentemente individualizado que veio a emergir no mesmo processo em que se forjavam os fundamentos da sociedade capitalista, e em que, gradualmente, o homem adquire consciência de sua responsabilidade individual sobre a própria biografia, tornando-se responsável pelo cômputo de suas boas e más ações. Nessas transformações na consciência do homem do século XV, encontraremos o elo que associa a prática filantrópica ao incompleto desenvolvimento das relações capitalistas de produção: a idéia de purgatório. Este último, o mediador entre o Céu e o Inferno, foi apontado por Le Goff como o lugar em que as provações humanas podem ser abreviadas pelo sufrágio dos vivos<sup>11</sup>.

A existência do purgatório pressupunha, portanto, a idéia de livre arbítrio do homem e de responsabilidade individual sobre os pecados cometidos em vida. Essa consciência individual se manifestava de forma contundente na hora da morte, quando então o Juízo Final tornava-se o Juízo Individual, ou o julgamento da biografia individual do moribundo. Chegara o momento do embate entre o indivíduo e as tentações do mal podendo, a má condução desse embate, condenar à morte eterna até o mais virtuoso indivíduo. Era determinante nesse embate não somente a reação individual (satisfação ou desespero) à morte, mas,

---

<sup>10</sup> Isabel dos Guimarães Sá (1998). "Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI – XVIII): algumas metáforas". Misericórdias: cinco séculos, P. 43.

<sup>11</sup> Jacques LE GOFF(1993). *O Nascimento do Purgatório*, apud. Luciana Mendes GANDELMAN (2001a). *op. cit.*

e principalmente, o desapego aos bens e aos seres que amou e possuiu em vida. Depreende-se daí o conflito entre manter-se apegado às “coisas da vida” e ser condenado à morte eterna ou salvar a alma e abrir mão de suas conquistas terrenas<sup>12</sup>. O purgatório, em verdade, apresenta-se como a solução deste conflito na medida em que intermediava a relação entre o indivíduo e o julgamento divino não os deixando mais numa relação direta e solitária. Partindo-se dessa mediação, foram estabelecidos vínculos de solidariedade entre vivos e mortos, e podemos acrescentar entre poderosos e pobres, associando as pequenas decisões de foro íntimo ao destino comunitário<sup>13</sup>. Portanto, concretamente, a solução desse conflito foi encontrada num acordo por meio do qual foi possível perpetuar na eternidade o usufruto das conquistas terrenas ao mesmo tempo em que o sufrágio dos vivos encarregava-se de salvar os mortos: *o testamento e as missas*.

O compromisso testamental, por meio do legado às irmandades (dentre as quais está Misericórdia), aos hospitais, aos pobres, à igreja, à ação caridade em geral, tornou possível a salvação da alma sem renunciar totalmente aos bens possuídos em vida. Ao legado recebido, as instituições caritativas pagavam com moeda espiritual: os sufrágios. Essa prática ganhou espaço entre os segmentos destacados da sociedade – nobres e comerciantes – que resolviam dessa maneira a aparente contradição entre a prosperidade econômica e a prática religiosa. Associado à pompa das cerimônias fúnebres, o testamento resolveu o conflito entre a suntuosidade da vida terrestre e a salvação da alma<sup>14</sup>.

Vale observar que as missas não eram o único recurso por meio do qual salvavam-se as almas do Purgatório, ou ao menos, conseguiam-lhes algum adiantamento espiritual. “Os deveres que uniam vivos, mortos e moribundos na tentativa de melhorar o destino das almas de seus parentes e amigos e, mais amplamente da humanidade, incluíam o rol daquilo que era conhecido como

---

<sup>12</sup> Philippe ARIÈS (1977). *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*.

<sup>13</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001 a). *op. cit.*, p. 33.

<sup>14</sup> Philippe ARIÈS (1977). *op. cit.*, p. 78.

sufrágio”<sup>15</sup>. Além das missas, também estavam inclusos nos sufrágios jejuns, preces, esmolas e outras obras pias. Ora, se a caridade consistia na prática ao próximo por amor a Deus, ela “(...) fazia parte dos sufrágios na medida em que devia ser uma expressão do amor a Deus e, por conseguinte, um dever de todas as almas cristãs”<sup>16</sup>.

Não era apenas por meio dos legados a instituições pias que proeminentes cidadãos praticavam a caridade. Outra atividade assistencial, talvez a mais importante delas, consistia no exercício diário da caridade, na prestação de serviços assistenciais voluntários, como instrumento para alcançar a salvação eterna. Além dos legados, a participação ativa como membro da irmandade, como responsável direto pela ação caritativa, era moeda forte no balanço individual<sup>17</sup> determinante da sentença final para eternidade. Os homens da Baixa Idade Média utilizaram a passagem bíblica relativa ao Juízo Final do Evangelho de Mateus (25:31-36), em que se estabeleceu explicitamente a associação entre as práticas de caridades e a salvação da alma, para apurar a doutrina das sete obras corporais de Misericórdia, que fundamentam a ação caritativa católica<sup>18</sup>. De acordo com o evangelho:

“Jesus terminou, dizendo: Quando o Filho do Homem vier na sua glória, com todos os seus anjos, estará sentado no seu trono majestoso e todos os povos da terra se juntarão diante dele. Então Ele há de separá-los uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas das cabras. Porá as ovelhas à sua direita e as cabras à sua esquerda. E dirá aos que estiverem à sua direita: ‘Venham, abençoados de meu Pai! Venham receber por herança o Reino que está preparado para vocês desde a criação do mundo. Porque tive fome e vocês deram-me de comer, tive sede e deram-me de beber, era um estrangeiro e hospedaram-me, andava nu e deram-me que vestir, estive doente e visitaram-me, estive na cadeia e foram lá ver-me’. Então os justos hão de responder: ‘Senhor, quando é que nós te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber? Quando é que nós te vimos como um estrangeiro e te hospedamos, ou nu e te demos de vestir? Quando é que nós te vimos doente ou na cadeia e te fomos visitar? E o rei lhes responderá:

<sup>15</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001 a) *op. cit.*, p. 37.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 37.

<sup>17</sup> Em relação às demais irmandades, a Misericórdia destacava-se pela prática caritativa não classista, ou seja, pela assistência aos necessitados em geral, sendo ou não membros da Irmandade. Inclusive, a maior parte dos serviços assistenciais prestados pela Santa Casa eram destinados aos não membros, pobres e desvalidos em geral.

<sup>18</sup> Cf. Isabel dos Guimarães Sá (1998), *op. cit.*, p. 43.

Saibam que todas as vezes que fizeram isso a um destes irmãos mais pequeninos foi a mim que o fizeram'. Depois dirá aos que estiverem em sua esquerda: 'Afastem-se de mim malditos! Vão para o castigo eterno que foi preparado para o Diabo e seus anjos! Porque tive fome e vocês não me deram de comer, tive sede e não me deram de beber, era peregrino e não me deram hospitalidade, andava nu e não me deram que vestir, estive doente e na cadeia e não me visitaram'. Estes hão de perguntar também: 'Senhor, quando foi que nós te vimos com fome, ou com sede, ou peregrino, ou nu, ou doente, ou na cadeia e não cuidamos de ti?' O rei então há de responder: 'Saibam também que todas as vezes que deixaram de fazer isso a um destes irmãos mais pequeninos, foi a mim que deixaram de fazer'. Estes serão enviados para o castigo eterno, enquanto os que fizerem bem irão para a vida eterna".

O trecho acima evidencia a ação caritativa seria portanto, a via de "negociação" entre o homem e os poderes divinos. Por essa razão, o primeiro Compromisso da Misericórdia de Lisboa resgata as 14 obras de Misericórdia (7 corporais e 7 espirituais) para fundamentar as ações caritativas da Irmandade, são elas: *Espirituais*: (1) Ensinar os ignorantes; (2) Dar bom conselho; (3) Punir os transgressores com compreensão; (4) Consolar os infelizes; (5) Perdoar as injúrias recebidas; (6) Suportar a deficiência do próximo; (7) Orar a Deus pelos vivos e pelos mortos; *Corporais*: (1) Resgatar cativos e visitar prisioneiros; (2) Tratar dos doentes; (3) Vestir os nus; (4) Alimentar os famintos; (5) Dar de beber aos sedentos; (6) Abrigar os viajantes e os pobres e; (7) Sepultar os mortos. À obras corporais enunciadas na passagem bíblica, foi acrescentada, na Idade Média, a sétima obra, a qual analisaremos mais detidamente a seguir: o enterro dos pobres.

Sob a ótica dos funerais, a crescente consciência da individualidade é acompanhada pela exacerbação das formas e dos sentimentos nas cerimônias fúnebres. Esta última, o momento mais importante da busca pela salvação da alma. A suntuosidade das cerimônias, preces e os ritos, que atuavam nesse momento como instrumentos auxiliares da batalha individual, eram exclusivas dos segmentos mais abastados dessa sociedade, estabelecendo-se, portanto, uma diferenciação entre as práticas funerárias dos ricos e dos pobres. Proporcionar também às camadas menos abastadas a possibilidade de desfrutar de um funeral dotado dos requisitos mínimos para favorecer o encaminhamento do defunto à salvação era, nessa sociedade, uma ação de grande significado caritativo. Além

disso, ao ingressar na Irmandade de Misericórdia, o homem cristão assegurava para si e para seus familiares uma cerimônia fúnebre suntuosa prestigiada pelos demais membros da irmandade que, por meio das orações, intervinham também no destino de sua alma.

“As confrarias, criadas para praticar todas as obras de caridade, vieram a considerar, nos séculos XV e XVI, a assistência às exéquias como uma de suas funções principais. Uma pessoa se torna membro de uma confraria por dois motivos: para beneficiar com as preces dos confrades o dia de sua própria morte e, em seguida, para assistir com suas próprias preces aos outros defuntos, assim como em particular, os pobres que são privados de todo meio material de adquirir intercessores espirituais”<sup>19</sup>.

O primeiro Compromisso da irmandade de Lisboa (1516) foi o que mais espelhava as preocupações espirituais da instituição e, em contrapartida, o mais vago na caracterização tanto dos irmãos como dos assistidos pela irmandade. Os Compromissos subseqüentes (1577 e 1618) tornaram-se mais específicos acerca da regulamentação da irmandade, transformando a Santa Casa num órgão progressivamente mais burocrático, ou seja, a serviço (ou mesmo um membro integrante) do Estado centralizador. O primeiro Compromisso da Irmandade “previa a existência de cem irmãos, sem distinção de classe, exigindo apenas boa fama e honestidade e ao próprio provedor só se pedia que fosse ‘honrado, de autoridade, virtuoso, de boa fama e muito humilde e paciente’”<sup>20</sup>. A partir dos Compromissos subseqüentes, o princípio da igualdade entre os irmãos deu lugar à divisão dos mesmos em duas classes os *nobres* (ou *maiores*) e os *mecânicos* (ou *menores*), podendo, apenas os irmãos da primeira categoria fazer parte da Mesa diretora da Irmandade (constituída pelos cargos de provedor, escrivão, mordomos, tesoureiros e definidores). Não se pode ignorar a natureza política dessa reforma estatutária, codificada no compromisso de 1618, que não apenas colocou regras mais estritas para o acesso às confrarias, ampliando processo que já se manifestava nos estatutos de 1577, mas introduziu uma modificação essencial em

---

<sup>19</sup> Philippe ARIÈS (1977). *op. cit.*, pp. 78-79.

<sup>20</sup> Laima MESGRAVIS (1976). *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1599? – 1884: contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*, p. 32.

sua gestão, contrariando a paridade sócio-administrativa constante do compromisso inicial. O novo compromisso oficializava a nobilitação do corpo administrativo da Irmandade nos dois cargos que, ao lado do de provedor, constituíram o núcleo gestor central: o de escrivão e o de tesoureiro. Também fez desaparecer a expressão “hua irmandade e confraria” constante de todos os compromissos que o antecederam. Doravante, as Santas Casas seriam apenas “irmandades”, onde os irmãos e os confrades – expressão despejada dos atributos de outrora –, exercitavam obras de misericórdia”<sup>21</sup>.

Essa alteração estatutária foi obra da administração filipina, que se empenhou por colocar a maior parte dos hospitais do país sob a administração da Misericórdia, além de criar um espaço privilegiado de circulação de quadros gestores entre as mesas das Misericórdias e os cargos da administração pública, destacando-se os do poder local, o que sublinhava o caráter profundamente político dessas transformações e sua congruência com a nova configuração de poderes que se desenhava no interior do Estado<sup>22</sup>.

Não obstante a distinção social que a referida alteração expressava, a reunião de fidalgos, oficiais mecânicos e alguns poucos letrados sob a denominação de irmãos com obrigações comuns, “(...) todos animados do fim único de bem-fazer pela prática da caridade cristã”, constituiu, em verdade, um esforço real de aproximar dentro do mesmo aparato institucional, sob o controle direto da coroa, as classes que compunham a sociedade daquele tempo. Além disso, ao conceder à nobreza prerrogativas sob a administração da Misericórdia, estava-se transferindo à fidalguia a responsabilidade pelo financiamento do exercício da assistência pública, que a Coroa não tinha meios para prover<sup>23</sup>. Portanto, o segundo Compromisso da Irmandade e os posteriores “(...) apresentavam normas estabelecidas e concertadas com a política centralizadora

---

<sup>21</sup> Laurinda ABREU (2001). “O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do império português”, p. 594

<sup>22</sup> Laurinda ABREU (2001), *op. cit.*, p. 594.

<sup>23</sup> Glauco CARNEIRO (1986). *O poder da Misericórdia: A Irmandade da Santa Casa na história social e política da cidade de São Paulo – 1650/1985*, p. 53.

de D. Manuel I, que procurava sonegar poder, legados e vínculos instituídos à estrutura eclesiástica”<sup>24</sup>.

A Misericórdia tinha suas funções muito bem definidas estatutariamente e era uma das poucas confrarias que privilegiava a assistência ao outro, mais do que aos confrades e seus familiares, ambicionando cuidar de todos os que necessitassem de auxílio, incluindo-se aqui a ajuda espiritual consubstanciada na celebração de missas que retirariam as almas pecadoras do Purgatório. Entretanto, razões de natureza econômica e política fizeram com que a maior parte das Misericórdias acabasse por restringir o seu campo de intervenção aos presos, às viúvas, órfãos, doentes e crianças abandonadas. A anexação dos hospitais, que implicava em elevados custos econômicos, circunscreveu os alvos da sua caridade. Se bem que a passagem dos hospitais para sua tutela fosse justificada pela necessidade de dotá-las com fundos que lhes permitisse cumprir as obras determinadas nos seus compromissos, em fins do século XVI, a grande maioria das Misericórdias já tinha o seu futuro “traçado e hipotecado” aos doentes”<sup>25</sup>.

O outro plano ideológico que fundamenta o surgimento da Santa Casa de Misericórdia refere-se, justamente, à formação do Estado Nacional português e às estratégias de mediação entre as forças sociais, necessárias à consolidação do poder real<sup>26</sup>. A primeira tentativa da Coroa portuguesa de centralizar os serviços hospitalares, ocorrida no governo de João II, é anterior ao surgimento da Misericórdia. O então rei de Portugal João II (o Príncipe Perfeito) iniciou a construção de uma instituição com amplos recursos financeiros e técnicos – o hospital dos pobres – que centralizasse os pequenos hospitais de Lisboa. “Obteve do papa Sisto IV a Bula de 13 de agosto de 1429 que autorizava o rei a reunir ‘em amplo e solene hospital dos pobres’ todos os bens de estabelecimentos

---

<sup>24</sup> Maria João ALBUQUERQUE (1998). “A Irmandade e Confraria da Misericórdia de Vila Verde dos Francos”, p. 102.

<sup>25</sup> Laurinda ABREU (2001). *Op. cit.*, pp. 599-600.

<sup>26</sup> Ver José MATTOSO (1993), *História de Portugal*.

congêneres cujos proventos não excedessem trezentos florins de ouro”<sup>27</sup>. Em 15 de maio de 1492, foi lançada a pedra fundamental do Hospital Lisbonense de Todos os Santos que nunca chegou a ser concluído. Porém, o desejo de centralização manifesto por João II foi levado adiante pelo seu sucessor, D. Manuel I, o Venturoso, em cujo governo foi criada a Irmandade de Misericórdia. Pode-se dizer, portanto, que a criação da Santa Casa ainda estava, em certa medida, relacionada a duas preocupações do reinado de D. Manuel (1495 – 1521) em relação à filantropia: a política de centralização dos serviços hospitalares e de outras formas de filantropia num organismo único; e o desejo da Coroa de reduzir a jurisdição eclesiástica sobre as irmandades caritativas leigas (esta última, condição necessária para o sucesso da primeira). Tanto num caso como no outro, os esforços de constituição da Misericórdia estão intimamente relacionados com a formação do Estado Nacional português. A rapidez com que a irmandade se espalhou pelo Reino priorizando as regiões mais remotas e só posteriormente atingindo as regiões centrais é, entre outros, um importante elemento legitimador desse argumento<sup>28</sup>. Além disso, para promover essa política, o rei concedeu inúmeros privilégios à Misericórdia durante os primeiros anos da Irmandade. Isso fez com que a Misericórdia assumisse uma posição privilegiada em relação às demais irmandades portuguesas. Pode-se dizer que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia configurou-se, desde o princípio, como uma irmandade patrocinada pelo rei, diante do amplo espectro de iniciativas filantrópicas privadas daquele momento<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Ernesto de Souza CAMPOS. *op. cit.*, p. 16.

<sup>28</sup> No mesmo ano de 1498, surgiram filiais da Misericórdia no distrito de Coimbra (Pereira, Góis, Montemor-o-Velho), no Minho (Valença), no Algarve (Lagos e Tavira) e na ilha Terceira (Angra e Vila da Praia). Em 1499, apareceram Santas Casas nas cidades do Porto e Évora e nas vilas de Montemor-o-Novo e Albufeira. No segundo ano da instituição, em 1500, foram criadas Misericórdias em diversas vilas e aldeias: Barcelos, Povia do Varzim, Proença-a-Velha, Lousã, Portalegre, Mação, Alandroal, Alhos Vedrose, na ilha de São Miguel, a da vila de Ponta Delgada. Desta forma, até o ano de 1525 (ano da Morte de D. Leonor, fundadora da instituição), surgiram 61 misericórdias, sendo que as vilas mais remotas anteciparam-se às terras mais importantes. Este dado é de suma importância na compreensão da política centralizadora de D. Manuel I. Joaquim Veríssimo SERRÃO (1998), “Nos 5 séculos da Misericórdia de Lisboa: um percurso na História”.

<sup>29</sup> A., J. R RUSSELL-WOOD (1981). *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775*.

Em consonância com a formação e fortalecimento do Império português, as filiais da Misericórdia de Lisboa não ficaram restritas aos limites de Portugal, e espalharam-se pelas colônias portuguesas em todo o mundo. O desenvolvimento de rotas comerciais e a constituição de colônias portuguesas na Índia e no Extremo Oriente levou ao estabelecimento de Santas Casas, num primeiro momento, na rota para o oriente<sup>30</sup>. As principais Misericórdias da porção Oriental do império colonial português eram as Nagasáki, Macau, Málaca e Goa<sup>31</sup>. “O padre Fr. Miguel de Contreiras simultaneamente elemento destacado da Ordem da Santíssima Trindade e confessor da rainha D. Leonor, teria sido a pedra basilar deste jogo de interesses que permitiu que a Misericórdia passasse, de forma aparentemente pacífica, a controlar e, sobretudo, a centralizar a partir da data da sua instituição, os bens patrimoniais e as heranças e doações que o Oriente traria, à imagem do que o resgate dos cativos tinha já beneficiado os trinitários”<sup>32</sup>.

Num momento posterior, as irmandades de Misericórdia estabeleceram-se no Brasil. Segundo Russell-Wood (1981): “(...) quando o comércio com o oriente deixou de ser vantajoso, o interesse real se voltou para o Brasil, onde a fundação das Misericórdias freqüentemente coincidiu com o estabelecimento das primeiras

---

<sup>30</sup> As Misericórdias foram estabelecidas nas colônias pelos portugueses com o objetivo de reproduzir nestas o modo de vida tradicional das comunidades em Portugal. Essas Irmandades preservaram o estatuto e os privilégios da matriz em Lisboa, embora fizessem algumas modificações mínimas para adaptarem-se às condições locais (dada a diversidade cultural entre as colônias portuguesas e metrópole). Entretanto, o interesse comercial, que orientou a colonização portuguesa, conferia às Misericórdias estabelecidas nas colônias um aspecto contraditório ao sentido da colonização e, ao mesmo tempo, uma especificidade em relação às Santas Casas estabelecidas em Portugal. Em outras palavras: ainda que fossem um dos pilares do Império Colonial Português, as Misericórdias também representavam uma contrapartida à exploração colonial. A., J. R. RUSSELL-WOOD, *op. cit.*, pp. 19-20; Laima MESGRAVIS (1976). *op. cit.*, p. 32.

<sup>31</sup> Embora as referidas Misericórdias tenham alcançado maior destaque, não foram únicas a se estabelecerem na rota para o Oriente. Abreu (2001) faz um extenso levantamento das Misericórdias estabelecidas nessa rota: nos Açores, as Misericórdias de Angra e Praia são estabelecidas em 1498; Ponta Delgada, em 1500; Velas, em 1543; Vila Franca do Campo, Vila de São Sebastião, Vila Nova, Horta, Santa Cruz, Vila do Porto e Lajes do Pico, antes de 1570; Madeira e Funchal, em 1511; Faial, em 1528; Santa Cruz (Funchal), em 1529; outros “lugares de além” (Arzila, Tanger, Alcácer Ceguer e Ceuta) em 1502; Mazamor e Safim, antes de 1520; Goa (1519); Cochim em 1527; Diu em 1535; Baçaim (1540); Malaca (já em atividade 1547); Ormuz, Chaul e Cananor e Damão, na década de 1550; Bengala, Colombo, Jafanapatão, Mahim, Manar, Mangalor, Manila, Mascate, Mombaça, Moçambique, Negapatão, Onor, Suma, Taná, São Tomé e Trapor; Macau (1569) e; as misericórdias do Japão, Funai (1561), Hirado (1562), Nagasaki (1583), Shimabara (1584) e, em 1600, Misericórdia de Kyoto. Laurinda ABREU, *op. cit.*, pp. 595-596.

<sup>32</sup> Maria João ALBUQUERQUE (1998), *op. cit.*, p. 102.

idades”<sup>33</sup>. Dessa forma, a Irmandade da Santa Casa, por meio do apelo ideológico à caridade cristã, transformou-se num instrumento de transmissão do poder metropolitano às colônias portuguesas e, em especial ao Brasil. Estabeleceram-se, portanto, dois modelos de implantação de Misericórdias no ultramar: de um lado as misericórdias estabelecidas no oriente, contemporâneas do estabelecimento de Misericórdias em Portugal, que acompanharam o estabelecimento do Estado português nestes territórios ainda precariamente dominados e; de outro lado, as Misericórdias estabelecidas no Brasil e na Costa africana foram fundadas somente após esses territórios terem sido valorizados e a exploração econômica viabilizada, com estabelecimento da estrutura administrativa e institucional<sup>34</sup>.

A imbricação entre a centralização política lusitana, a expansão ultramarina e a propagação das Irmandades de Misericórdia pelo Império Colonial Português pode ser confirmada pelo interesse metropolitano em estimular a presença de comerciantes portugueses (os melhores aliados da Coroa na exploração do Império Colonial) nas Mesas diretoras da Irmandade e nas Câmaras Municipais do ultramar. Assim, nos lugares em que, “(...) antes prevalecia o poder dos grandes proprietários, acostumados ao exercício de uma certa autonomia local, surgiu a participação de comerciantes portugueses dóceis aos interesses metropolitanos”<sup>35</sup>. Dessa maneira, mesmo que os estatutos das Misericórdias coloniais previssem a existência de duas classes de irmãos, os *nobres* e os *mecânicos* (a que os comerciantes pertenciam), a exemplo do Compromisso da matriz (a que nos referimos anteriormente), não foram raras as ocasiões em que *mecânicos* e comerciantes fizeram parte das Mesas Administrativas das Irmandades nas áreas mais longínquas do Império Colonial Português como África, Brasil e Índia. Além do interesse na Coroa portuguesa em manter os comerciantes lusitanos à frente das instituições coloniais, a escassez de elementos pertencentes à elite local para compor a Mesa também explicava a

---

<sup>33</sup> A., J. R RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 17.

<sup>34</sup> Laurinda ABREU (2001), *op. cit.*, p. 596.

<sup>35</sup> Laima MESGRAVIS (1976). *op. cit.*, p. 35.

presença de membros de “condição inferior” à frente da Misericórdia. As Misericórdias tinham mais prestígio quanto mais seletivo fosse o ingresso nos quadros da irmandade. Portanto, os quadros ingressantes nas Misericórdias coloniais circunscreveram-se à gente “com capacidade econômica e reconhecido prestígio social”. A dificuldade em preencher tais requisitos facilitou a constituição de um grupo restrito à oligarquia dominante, com competências na administração e na assistência, concentrando assim boa parte dos poderes que moldava, em nível local, o cotidiano das populações<sup>36</sup>.

A legitimação da colonização por meio da expansão da fé católica levou o Estado português, como administrador da Ordem de Cristo e, posteriormente com o Padroado Régio, a responsabilizar-se pela organização religiosa das terras colonizadas. Assim sendo, cabia à Coroa portuguesa o financiamento das “estruturas eclesiais que se implantavam nos territórios ultramarinos, dotando igrejas paroquiais e conventos, concedendo esmolas a frades e a missionários, pagando o vencimento dos clérigos, do meirinho e do pai dos cristãos”<sup>37</sup>. Dentre os recursos que a Coroa destinava à Igreja, estavam as verbas destinadas aos hospitais e às Misericórdias. Apesar de aparentemente não haver conflito de interesses entre a Misericórdia (que concentravam suas atividades, sobretudo na assistência física aos necessitados) e a Igreja (que privilegiava o trabalho missionário e a prestação de cuidados espirituais), a prestação de serviços funerários, a assistência espiritual aos defuntos e a partilha das doações piás foram focos de litígio entre a irmandade e a Igreja. Portanto, a Igreja e as Misericórdias no ultramar, a despeito de comungarem da sacralidade das práticas assistenciais, estiveram em permanente conflito durante período colonial.

Sob a direta proteção real, a Santa Casa da Misericórdia foi o espaço em que os mais abastados, tanto do Reino como do ultramar, exerceram sua caridade em prol das almas. “(...) Uma confraria carregada de símbolos de poder e prestígio, que buscava tomar para si o lugar de Maria, virtuosa e piedosa

---

<sup>36</sup> Laurinda ABREU (2001), *op. cit.*, p. 598.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 595.

intercessora perante o Todo Poderoso, promotora da Misericórdia Divina e ordenadora da caridade humana<sup>38</sup>. Em suma, um lugar em que se pudesse atender aos fracos, e também aos fortes, em termos terrenos e divinos, que, aliás, eram todos mortais frente a Deus.

Dentro dos limites do Império Português, os interesses políticos, econômicos e filantrópicos harmonizavam-se no interior da Irmandade de Misericórdia desde os primeiros tempos, tanto na metrópole como nas colônias. A seguir trataremos mais detidamente das Misericórdias estabelecidas na parcela deste Império que interessa às pretensões deste trabalho: a América Portuguesa.

---

<sup>38</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001 a). *op. cit.*, p. 44.

## CAPÍTULO 2

### AS IRMANDADES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA NA AMÉRICA PORTUGUESA

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia chegou à América portuguesa junto com a exploração colonial e espalhou-se por todo seu território. Aqui, a despeito da importante ação no campo da filantropia social e na congregação de fiéis, as Misericórdias constituíram-se como a presença permanente do elemento metropolitano no mundo colonial, ou seja, como elemento de legitimação da relação metrópole-colônia em todo o Império português. Isso porque as Santas Casas, ao lado das Câmaras Municipais, “(...) garantiam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar. Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais”<sup>39</sup>. Por essa razão, a fundação de irmandades de Misericórdia no ultramar era intensamente estimulada pela Coroa portuguesa<sup>40</sup>, que mantinha a instituição sob controle estrito, exigindo que os estatutos fossem mandados a Lisboa para aprovação<sup>41</sup>.

No mundo colonial, a Irmandade adaptou-se aos meios variados e exóticos sem, contudo, se desfazer dos vínculos estreitos com suas origens medievais européias. O êxito da fundação das Misericórdias no ultramar dependia, em alguns momentos, da adaptação do compromisso da irmandade às especificidades locais. “(...) Certas condições peculiares ao Brasil, como o enterro de escravos ou o pagamento de juros de empréstimos em forma de açúcar, exigiam disposições especiais”<sup>42</sup>. Ou ainda, em alguns casos, a experiência

---

<sup>39</sup> Charles R. BOXER (2002). *Op. cit.*, p. 286.

<sup>40</sup> A fundação de Irmandades da Misericórdia no mundo colonial era uma das obrigações do colonizador. “Dentre as obrigações que os donatários e governadores se dispunham a cumprir, para guardar a religião cristã e servir a El-Rey, estava a implantação das Confrarias das Misericórdias”. A., J. R RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 87.

<sup>41</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, p. 75.

<sup>42</sup> A., J. R RUSSELL-WOOD, *op. cit.*, p. 76.

sugeria modificações ao Compromisso. Isso era especialmente verdadeiro na administração dos assuntos financeiros da Irmandade.

Analogamente ao que já foi apresentado para as Misericórdias portuguesas, para compreendermos a importância das Misericórdias coloniais, do ponto de vista de sua religiosidade, não podemos deixar de lado o fato de a especificidade da vida religiosa na América ser dada pela sua natureza *colonial*: “Traços católicos, negros, indígenas e judaicos misturaram-se pois na colônia, tecendo uma religião sincrética e especificamente colonial”<sup>43</sup>. Vale ressaltar ainda que essa religiosidade tinha correspondência direta com a exploração colonial estabelecida na América portuguesa:

“Cabia ao colono descobrir riquezas na terra e ainda enriquecer os céus, convertendo almas. Parece mesmo haver um movimento de reciprocidade, uma espécie de contabilidade: os bons cuidados da Providência, propiciando o achado de prata e ouro, deveriam ser pagos com almas; por outro lado, quanto mais almas se enviassem aos céus, melhores seriam as disposições do Criador para com os colonos”<sup>44</sup>.

É parte fundamental dessa religiosidade a idéia européia de purgatório que ganha dimensão no mundo colonial. Intermediário entre o céu e o inferno, em que as almas penetravam até o Juízo Final, e desenvolvido pelo europeu para resolver o problema da irreversibilidade de seu destino, o purgatório amoldou-se ao mundo colonial resolvendo, ou pelo menos acomodando a natureza contraditória do mesmo. A idéia de purgatório adquire funcionalidade para as duas principais categorias sociais do mundo colonial – o homem branco e o escravo, respectivamente:

“(…) homogeneizar a população através da catequese e produzir gêneros rentáveis no mercado externo eram as duas grandes modalidades purgatórias do purgatório colonial, e deveriam ser levadas a cabo a ferro e fogo, misturando sangue, suor e

---

<sup>43</sup> Laura de Mello e SOUZA (1986). *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, p. 97.

<sup>44</sup> *Idem*, p. 34.

lágrimas, dispensando – paradoxalmente – a doçura e não medindo o rigor necessário à consecução desta tarefa maior”<sup>45</sup>.

A articulação entre a exploração econômica e vida religiosa dá a justa medida do sincretismo que caracteriza a religiosidade colonial. Desse modo, os mestiços de branco, índio e negro estariam “como que condenados ao sincretismo”, por não constituir, essa sociedade, uma cristandade romana – “um bispado em cem anos, ausência das visitas pastorais recomendadas por Trento”. *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, constituíram a única legislação eclesiástica do primeiro período colonial. Além do mais, a Monarquia, tomando parte “nos negócios do espírito” por meio do Padroado, “(...) pautava a evangelização antes por razões de Estado que pelas da Alma”. Disso resulta uma Igreja que admitia a escravidão – imprescindível à exploração colonial. Depreende-se, portanto, que a originalidade da cristandade brasileira estava na mestiçagem, “na excentricidade em relação à Roma” e, principalmente, “no eterno conflito representado pelo fato de, sendo expressão do sistema colonial, ter que engolir a escravidão: uma cristandade marcada pelo estigma da não-fraternidade”<sup>46</sup>.

Portanto, a Igreja<sup>47</sup> e as ordens religiosas (ordens terceiras e demais irmandades leigas que tiveram papel saliente nas atividades religiosas e assistenciais, desde os primórdios da ocupação da América portuguesa) constituíram-se aqui como um importante segmento da administração pública. Tal fato explica-se por meio da constituição do *padroado* que tornou a Igreja “(...) um simples departamento da administração portuguesa, e o clero, seu

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, pp. 78-79.

<sup>46</sup> *Ibidem*, pp. 87-88.

<sup>47</sup> Caio Prado Júnior explicita a funcionalidade da Igreja no mundo colonial como instrumento da ação estatal lusitana e justifica, com isso, o papel destacado que a religiosidade ocupava na colônia: “Poder freqüentar os sacramentos, o culto, as cerimônias da Igreja, constitui urgência que nada fica a dever ao que se pede noutra setor: a justiça, a segurança, ou as demais providências da administração pública. O Estado não se podia furtar a ela. E nem jamais cogitou disso. Pelo contrário, disputou sempre à Igreja de Roma o direito de administrar ele próprio, a seus súditos, o alimento espiritual que reclamavam. Nunca lhe escapou a importância política disso”. Caio PRADO JÚNIOR (1989), *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*.

funcionalismo”<sup>48</sup>. Dentro deste jogo entre Estado e religiosidade, a Santa Casa de Misericórdia desempenhava papel estratégico no projeto colonizador. Tanto assim, que a promoção dos povoamentos coloniais à condição de vila, envolvia a montagem de um aparato institucional de que a Misericórdia fazia parte. As vilas, “(...) na metrópole ou na colônia, quando recebiam seus predicamentos, recebiam simultaneamente os símbolos de poder da organização administrativa – as autoridades, os ouvidores, juízes, vereadores... Misericórdias”<sup>49</sup>.

Ao longo da época colonial, as Irmandades da Santa Casa de Misericórdia espalharam-se por todo o Império ultramarino português ocidental. Em alguns casos, como o da filial santista, o surgimento da Irmandade antecede o povoamento da região: “A Santa Casa de Misericórdia de Santos assinala o marco inicial desta prospera (*sic!*) cidade do litoral paulista e indica a criação do primeiro hospital do Brasil (1543), provavelmente o segundo da America (*sic!*)”<sup>50</sup>. Foram fundadas, além da filial santista (1543), Misericórdias em: Salvador (1549), Espírito Santo (já existia em 1551), Olinda (já existia na década de 1560), Ilhéus (já existia na década de 1560), Rio de Janeiro (já existia em 1582), São Paulo (1599?), Porto Seguro (final do século XVI), Paraíba (1602), Sergipe (1604)\*, Itamaracá (1611)\*, Belém (1619), Igarassu (1629), São Luís do Maranhão (data incerta, com as primeiras referências do Padre Vieira, em 1653), São João Del Rei (1783)\* e Campos (1791).

A Coroa portuguesa conferiu às filiais coloniais os mesmos privilégios concedidos à matriz em Lisboa, inclusive a exclusividade na prestação dos serviços caritativos. A extensão desses privilégios conferiu à Santa Casa uma posição semiburocrática, ou seja, uma instituição com poder deliberativo reconhecido pelo Estado<sup>51</sup>. Esta posição levou a Irmandade a atritos permanentes

<sup>48</sup> Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 89.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 134.

<sup>50</sup> Ernesto de Souza CAMPOS (1943). *op. cit.*, p.7.

\* As Misericórdias de Sergipe, Itamaracá e São João Del Rei entraram em decadência e desapareceram com a crise do sistema colonial.

<sup>51</sup> No caso da Santa Casa de Santos, fundada por Braz Cubas em 1543, o alvará de 2 de abril de 1551 concedido por João III conferiu à filial de Santos os privilégios de que gozavam a matriz de Lisboa e as demais Misericórdias do reino. Ernesto de Souza CAMPOS (1943). *op. cit.*, p. 25.

com as demais autoridades locais (o judiciário, o conselho municipal e as autoridades eclesiásticas locais). Além disso, os privilégios concedidos às Misericórdias coloniais conferiram-lhe alguma ascendência em relação às irmandades menores e uma diferenciação importante em relação às suas possíveis rivais (as Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo), já que estas últimas não gozavam de privilégios reais. Um dos privilégios concedidos, talvez o mais importante deles, conferia à Irmandade o monopólio dos enterros, que era “(...) uma fonte lucrativa de renda e a Misericórdia conservou esse privilégio zelosamente. Para que outra irmandade pudesse ter esquifes, era necessário pedir permissão à Misericórdia”<sup>52</sup>.

Os Compromissos das Misericórdias coloniais tinham correspondência direta com o Compromisso da matriz. Quando muito, diferiam em pormenores. Impunha-se aos membros da irmandade que fossem “homens de boa consciência e reputação tementes a Deus, modestos, caridosos e humildes”<sup>53</sup>. Além disso, era exigido dos membros um conjunto de qualificações dentre as quais destacam-se a pureza de sangue e estabilidade econômica<sup>54</sup>. Entre os irmãos estavam os mais eloqüentes cidadãos da sociedade colonial, assegurando à Misericórdia uma posição social proeminente. Conseqüentemente, a participação na Mesa administrativa era intensamente disputada. Exigências ainda mais severas eram feitas para a ocupação do cargo mais importante da Mesa Administrativa da irmandade: a Provedoria. O Provedor deveria ser pessoa de reconhecida posição social e financeira para “(...) defender a irmandade contra a crítica e a intervenção

---

<sup>52</sup> A., J. R. RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 73.

<sup>53</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, p. 299.

<sup>54</sup> BOXER (2002) reproduz as exigências impostas pela Irmandade para aceitação dos irmãos: “(1) Comprovar a pureza de sangue, sem nenhuma mancha de origem mourisca ou judaica, tanto no que dizia respeito ao irmão como à sua mulher, caso fosse casado; (2) Não ter má reputação nas palavras, nas ações e na lei; (3) Ser de idade adulta conveniente e ter mais de 25 completos, no caso de homem solteiro; (4) Não ser suspeito de estar servindo à Misericórdia em troca de pagamento; (5) No caso de artesão ou comerciante, ser o mestre ou o dono do comércio, o responsável pela supervisão do trabalho de outros, em vez de executá-lo com as próprias mãos; (6) Ser inteligente e alfabetizado e (7) Ter situação suficientemente confortável para impedir qualquer tentativa de desviar fundos da Misericórdia, e servi-la sem que isso lhe cause nenhum embaraço financeiro”. Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, pp. 299-300.

por parte do conselho municipal, do arcebispo ou até mesmo do vice-rei”<sup>55</sup>. O texto a seguir reproduz o texto do compromisso de Lisboa de 1618 acerca das qualificações do Provedor:

“O provedor deve ser sempre um fidalgo de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade, e tão sensato que todos os outros irmãos o reconheçam como seu chefe, e lhe obedçam sem a menor dificuldade; e mesmo que tenha todas as qualidades acima mencionadas, não poderá ser eleito se não tiver pelo menos quarenta anos. Deve ser muito paciente, devido aos caracteres discordantes de muitas pessoas com quem tem de lidar. Deve ser também um senhor com muito tempo livre, para que possa cumprir cuidadosamente seus freqüentes e variados deveres. E para garantir que tenha alguma experiência desses deveres, nenhum irmão será eleito provedor durante o primeiro ano em que tenha sido recebido na irmandade”<sup>56</sup>.

A reprodução colonial das exigências sócio-econômicas feitas aos membros da Mesa Administrativa da Irmandade metropolitana, especialmente ao provedor que, não raro, deveria dispor de seus recursos pessoais em favor da irmandade, imprimiu um padrão nas Mesas administrativas da instituição: *o poder administrativo da Irmandade estava restrito aos membros de uma elite econômica local ou, pelo menos, aos cidadãos de condição econômica superior*. Na maioria das vezes, essa elite econômica confundia-se com o poder político colonial e, portanto, independentemente da região a que pertencia a Santa Casa, nas provedorias revesavam-se, constantemente, capitães-mores, vice-reis, governadores, ministros de Estado, dignatários da Igreja e outros expoentes de destaque na economia colonial. Essa associação entre o poder econômico e a administração da Santa Casa atendia, principalmente, ao interesse da Coroa que, a distância e sem incorrer em gasto algum, transferia o ônus da assistência social às elites do mundo colonial.

Apesar das qualificações exigidas dos membros da irmandade expostas acima, a sobreposição do projeto colonial e, portanto, do interesse mercantil aliado às adversidades do mundo colonial impôs, em várias ocasiões, a não observância

<sup>55</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, p. 275.

<sup>56</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, p. 302.

das disposições estatutárias. Portanto, em muitas ocasiões, o interesse econômico sobrepôs o interesse filantrópico e, nas regiões mais longínquas (como São Paulo<sup>57</sup>), em que a população era escassa, a exigência da pureza de sangue não pôde ser observada<sup>58</sup>.

Desde os primeiros tempos da colonização, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia foi a instituição privada mais prestigiada pelo poder real e pela sociedade colonial. Por essa razão, o ingresso na instituição tornou-se objetivo de todos aqueles que visavam a elevação do *status* social, como observamos no caso da Misericórdia paulista: “Às veleidades aristocráticas dos paulistas do seiscentismo agradaria também pertencer à única Irmandade explicitamente protegida pelo favor real, fato que alegavam quando pediam o reconhecimento de sua nobreza (...)”<sup>59</sup>. No ambiente hostil do mundo colonial, o estabelecimento de vínculos com a metrópole conferia ao colono um status diferenciado, distanciava-o da condição de colono e aproximava-o da condição de colonizador a serviço da Coroa. Ocupar uma cadeira na Mesa Administrativa da Irmandade rivalizava com um cargo na Câmara ou no conselho municipal como prova de integridade e de

<sup>57</sup> Glauco Carneiro, numa pesquisa sobre os irmãos da Misericórdia paulista no século XVII, identifica as atividades desses homens representativos da elite local: “Dos 65 nomes de irmãos levantados nessa pesquisa, encontramos ‘cavaleiros professos da Ordem de Cristo’, escrivães da Câmara, juízes, bandeirantes, vigários, comerciantes, ‘pessoas abonadas e de confraria’, procuradores do Concelho (*sic!*), tesoureiros da Bula da Cruzada, sertanistas, capitães-mores, ouvidores, vereadores, capitães de forasteiros, administradores de minas, superintendentes de aldeias de índios, tenentes-generais – em síntese, *uma amostra representativa da elite local descendente dos primeiros povoadores ou a ela ligados por laços do matrimônio*”. Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 167-168).

<sup>58</sup> Sobre os cristãos novos no Brasil: “(...) muitos cristãos-novos, que haviam se refugiado no Brasil, procuravam na Misericórdia o mesmo tipo de *integração por defesa*, que lhes propiciava, por exemplo a união com cristãos-velhos, e a participação em outras instituições típicas dos colonos *puros de sangue*. O Compromisso de Lisboa, observado em todos os lugares, exigia ‘pureza de sangue’ para a admissão na Irmandade, mas em algumas colônias houve possibilidade de burlar essa disposição, bastando para tanto consultar os sobrenomes de muitos dos Irmãos de Mesa da Misericórdia paulistana no Século XVII” Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 169. Laura de Mello e Souza também registra a presença de cristãos novos nos quadros da Misericórdia como sendo representativa de uma “*integração*” destes indivíduos com a sociedade colonial. Segundo a autora: “Seria errado, entretanto, dizer que os judeus e cristãos-novos radicados no Brasil continuaram vivendo intensamente a religião judaica. Ingressaram no clero, foram mordomos das Misericórdias, membros de irmandades religiosas; dentre os presos pela Inquisição entre 1619 e 1644, era baixo o índice de religiosidade judaica. Tudo leva a crer que os elementos do judaísmo se fundiram no conjunto das práticas sincréticas que compunham a religiosidade popular da colônia, constituindo uma de suas muitas faces”. Laura de Mello e SOUZA (1986), *op. cit.*, p. 97.

<sup>59</sup> Laima MESGRAVIS (1976). *op. cit.*, pp. 57-58.

capacidade. “(...) Os vice-reis e governadores freqüentemente escolhiam os titulares de tais cargos para posições mais elevadas, como o comando de uma fortaleza ou o controle de uma feitoria”<sup>60</sup>.

“Na sociedade colonial ainda marcada pelo ideal de corte, estamental e relacional, o poder de intermediação significava uma posição de poder. Estar entre o monarca e seus súditos, estar entre a demanda e o julgamento, estar entre a súplica e a mercê era uma aspiração para indivíduos que já haviam alcançado larga projeção na sociedade. Entre a lei e seu cumprimento havia sempre as demandas, os privilégios, as graças e as mercês. As próprias leis em verdade muitas vezes surgiam destas próprias modalidades mediadoras. É, portanto, uma legislação sujeita a toda uma rede de delegações de poder. Uma mercê, ou privilégio, mantida com obstinação podia com o tempo acabar ditando as formas do costume e penetrando lentamente o texto das codificações mais formalizadas”<sup>61</sup>.

As Misericórdias coloniais foram, inicialmente, dirigidas pela “elite local” que, no Nordeste, era constituída pela aristocracia açucareira e, nas áreas das bandeiras paulistas, correspondia aos primeiros povoadores, bandeirantes, sacerdotes e alguns comerciantes ligados por laços de parentesco entre si. A participação dos colonos na Misericórdia foi, ao longo do período colonial, muito estimulada pela metrópole. Em São Paulo, a exigência, sabiamente imposta pela Coroa, da participação dos bandeirantes nas funções públicas e religiosas “(...) impediu a dispersão e a provável absorção pelo meio, da população do planalto, que demonstrou desde o início uma irresistível tendência centrífuga”<sup>62</sup>. Na Misericórdia de Salvador, inegavelmente a Santa Casa mais rica da América colonial portuguesa, a disputa entre os cidadãos proeminentes da sociedade pela Mesa Administrava da instituição foi, muitas das vezes, mais acirrada que as disputas pelos cargos na Câmara:

“Hé a Santa Caza da Mizericordia nesta cidade, huma das mais ricas de que eu tenho noticia e por esta cauza se obrão todos os annos para elleição dos seus

<sup>60</sup> A., J. R RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 21.

<sup>61</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001 a). *op. cit.*, p. 29.

<sup>62</sup> Laima MESGRAVIS (1976). *op. cit.*, pp. 41.

Provedores, Escrivães, Thesoureiros e outros membros da sua governança, ligeiras taes que excedem ás dos pretendentes ao Senado da Câmara (...)<sup>63</sup>.

A aristocracia colonial não era o único setor da sociedade que buscava o reconhecimento social por meio da instituição. Também o desejavam os portugueses, comerciantes e funcionários administrativos da Coroa, ávidos pela elevação de seu *status* social. Estes segmentos sociais (apesar de definidos pelo estatuto da irmandade como irmãos de *condição inferior* e, portanto, em princípio, impedidos de participar das Mesas administrativas da Irmandade) assumiram a provedoria da Irmandade, em substituição aos colonos, em duas situações: (1) quando, nas regiões menos povoadas da colônia faltavam homens brancos de reconhecida condição social para o cargo e, (2) quando, em virtude das crises econômicas que se abateram sobre o mundo colonial, especialmente na crise do sistema (séculos XVIII e XIX), faltavam homens de posses que pudessem, eventualmente, dispor de recursos pessoais em favor da irmandade. A participação de comerciantes portugueses, cujos interesses estavam diretamente relacionados ao interesse metropolitano, na mesa administrativa da irmandade foi incentivada pela Coroa portuguesa<sup>64</sup>, particularmente nas áreas onde o controle e fiscalização metropolitanos eram dificultados. Nessas localidades, a presença portuguesa na irmandade é bem vista pela coroa porque “evitaria possíveis descaminhos” na ordem colonial. Quando o sistema colonial apresentou seus primeiros sinais de esgotamento, cresceu a participação de portugueses

---

<sup>63</sup> Luiz dos Santos VILHENA (1922). *Cartas de Vilhena: Noticias Soteropolitanas e Brasíliaas*, p. 125.

<sup>64</sup> “(...) Pesquisas recentes sobre a estrutura social da Câmara e da Misericórdia da Bahia mostram que os poderosos locais eram oriundos, em sua maioria esmagadora, das famílias dos senhores de engenho estabelecidas no Recôncavo nesse período; quanto à classe mercantil, na qual predominavam os indivíduos nascidos na Europa, alcançou a paridade social com os fazendeiros apenas em 1740. No Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, em diversas ocasiões a Câmara tentou limitar a admissão de funcionários a indivíduos nascido no Brasil, excluindo deliberadamente os comerciantes nascidos em Portugal, mesmo nos casos em que estes fossem casados com moças brasileiras de boa formação social. Os ‘filhos do reino’ protestaram muitas vezes junto a Coroa contra essa discriminação, e os decretos reais de 1709, 1711 e 1746 tomaram partido deles, acentuando que os emigrantes de Portugal que haviam se estabelecido no Rio ‘com opulência, inteligência e bom comportamento deviam constar das listas de votação em igualdade com os nascidos no Brasil e qualificados para ocupar o cargo”. Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, p. 293-194.

(comerciantes e funcionários administrativos) nas Mesas Administrativas das Santas Casas.

Na Bahia do século XVIII, momento de crise da economia açucareira, verificou-se um grande número de *promoções* à classe superior de irmãos originalmente de *menor* condição. Contudo, essas promoções ficaram restritas aos comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais, não sendo aceitos pela sociedade colonial os ofícios mecânicos<sup>65</sup>. Na segunda metade do século XVIII, até bispos e governadores assumiriam o controle da Irmandade. A promoção de irmãos *menores* e a escolha desses irmãos para cargos de Provedor e tesoureiro revelam, ao mesmo tempo, uma maior aceitação da comunidade de negócios e dos profissionais liberais no século XVIII e uma busca desesperada por recursos financeiros para auxiliar a irmandade no pagamento e seus compromissos e garantir a continuidade da prestação dos serviços assistenciais<sup>66</sup>. A “elite local” só retomaria o controle da irmandade a partir da independência do Brasil, quando reivindicou, especialmente nas áreas mais longínquas do país, a nacionalidade da instituição. Voltaremos a esta questão oportunamente.

Dentre práticas assistenciais da instituição, destacam-se: a arrecadação e distribuição de esmolas aos pobres, a assistência aos presos, a concessão de dotes às moças pobres, a assistência aos enjeitados, a prestação de serviços hospitalares, a assistência às moças órfãs e a organização dos funerais para os membros da Irmandade, os indigentes e os que solicitassem o serviço mediante pagamento<sup>67</sup>.

Embora o estatuto da irmandade previsse o exercício da caridade a todos os necessitados sem levar em conta o credo, a raça ou qualquer outra forma de

---

<sup>65</sup> “Durante o século XVIII houve uma quantidade crescente de promoções à classe superior de irmãos originalmente aceitos como ‘menores’. Na maioria dos casos, estes não pertenciam aos ofícios mecânicos, e seria quase inconcebível a um ferreiro ou sapateiro aspirar tal elevação social. (...) Os que conseguiram promoção social vinham das profissões marginais – lojistas, funcionários públicos menores, e advogados – que tinham maiores oportunidades de entrar em contato com as classes superiores e de melhorar sua posição social e financeira. Em última análise, o critério era a aceitabilidade social”. A., J. R RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 100.

<sup>66</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, p. 101.

<sup>67</sup> Laima MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 38; A., J. R RUSSELL-WOOD, *op. cit.*, p. 73

discriminação, o aumento populacional e, portanto o incremento das demandas assistenciais, inviabilizou a assistência de forma indiscriminada. Nesses casos, a ação assistencial limitou-se à comunidade cristã. Vale lembrar que, a exemplo da América portuguesa, a organização da produção com base no escravismo sobrecarregou ainda mais a assistência caritativa fazendo valer, de modo mais intenso, a preferência pelos cristãos<sup>68</sup>.

A prestação de serviços assistenciais pela Misericórdia dependeu, durante todo o período colonial, da caridade particular como principal fonte de rendimentos (tanto sob a forma de doações como sob a forma de legados). Apesar da finalidade semiburocrática de prestação de serviços hospitalares, auxílio a presos e assistência aos enjeitados, a Irmandade não podia contar com o Conselho Municipal nem com a Coroa (cujas doações eram insignificantes diante das necessidades financeiras da instituição). Os legados constituíram-se como a maior fonte de renda da Irmandade ao longo de todo o período colonial, que os empregava investindo em bens imóveis (num esforço de minimizar a depreciação do patrimônio e salvaguardando a herança da má administração) e em empréstimos, utilizando apenas os juros recebidos em suas ações caritativas.

As Misericórdias do mundo colonial recebiam os legados dos colonos e colonizadores que, juntamente com os sacramentos, as relíquias, as imagens e os ex-votos, eram utilizados como recurso final para o perdão das faltas cometidas em vida e a salvação da alma. Em contrapartida aos legados, a Irmandade ficava obrigada à celebração de um determinado número de missas para a alma do doador na igreja da irmandade. No mundo colonial, a exemplo do que ocorria na metrópole, o legado caritativo pelo testamento exprimia os vínculos com o grupo social e o papel desempenhado pelo moribundo na sociedade. Os legados recebidos pelas Misericórdias coloniais eram de duas formas principais: os legados em dinheiro e os legados sob a forma de casas e propriedades. Estes últimos foram de monta muito superior aos primeiros.

---

<sup>68</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, p.301.

Os legados sob a forma de bens imóveis tornaram as irmandades coloniais proprietárias de grandes propriedades dos terrenos da área urbana da cidade. Como conseqüência, essas instituições participaram diretamente de todos os setores da vida urbana da cidade: “(...) da habitação à saúde, da alimentação à educação, das artes à urbanização, da hospedagem dos vivos ao enterro dos mortos, dos empréstimos de dinheiro ao aviso das horas através do badalo de seus sinos”<sup>69</sup>. No caso das Misericórdias, acredita-se que essa participação foi ainda mais intensa em razão das inúmeras formas que a assistência caritativa da irmandade assumia.

Além de empregarem os recursos da caridade em bens imóveis, a concessão de empréstimos a juros foi utilizada pela Misericórdia para minimizar a depreciação do patrimônio. A irmandade estabeleceu um controle rigoroso sobre os empréstimos, estipulando que os tomadores de empréstimos em potencial “(...) deveriam apresentar fiadores adequados e dar como garantia imóveis situados dentro dos limites da cidade”<sup>70</sup>. Essa forma de administração financeira funcionou bem até o sistema colonial apresentar os primeiros sinais de crise, quando os recursos emprestados pela Irmandade foram objeto de abusos tanto pelos tomadores (principalmente pequenos comerciantes e plantadores) como pelos membros da mesa administrativa da Irmandade. Portanto, além da ação caritativa, a Irmandade prestava serviços como instituição bancária e corretora, ou seja, emprestava dinheiro a juros acessíveis e garantia o pagamento dos legados aos herdeiros dos comerciantes, viajantes e demais homens dispersos pelo mundo colonial em qualquer parte da cristandade<sup>71</sup>. Vale ressaltar que essas práticas só foram possíveis devido à grande credibilidade de que as Misericórdias gozavam em todo o Império Colonial Português.

Além de beneficiarem aos assistidos pela Misericórdia, as doações favoreciam o próprio doador. Eram inúmeras as vantagens auferidas pelos doadores da Misericórdia no mundo colonial. Em primeiro lugar a doação para a

---

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>70</sup> A., J. R. RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 73.

<sup>71</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, pp. 304-305.

irmandade conferia ao doador o reconhecimento público de sua limpeza de sangue. O reconhecimento da limpeza de sangue “(...) poderia ser de suma importância para aqueles indivíduos em busca de ascensão social e poder político no Brasil pré-era pombalina, onde estava vetada a participação de cristãos-novos em cargos da administração e em outras instâncias de poder”. Além de serem considerados limpos de sangue, os doadores passavam a ser reconhecidos pela sociedade como os irmãos da Santa Casa, ou seja, figuravam no seleto grupo de indivíduos brancos, livres e de certo cabedal. Mais do que isso, “(...) talvez ainda mais importante, significava estar no meio de homens com tais qualidades, o que abria oportunidades de associações, negócios, sociabilidades, solidariedades e reciprocidades”. Dessa forma, mais importante que a doação em si era a visibilidade do ato, ou seja, “(...) o ato de caridade nestas circunstâncias era sempre o ato de alguém que desejava ser visto como poderoso e piedoso, rico em meio a cristandade”<sup>72</sup>.

Além das vantagens auferidas nos negócios e na sociabilidade, pertencer ao quadro de irmãos beneméritos da Misericórdia poderia significar proteção ao doador da Misericórdia e seus familiares em meio à instabilidade do mundo colonial.

“(...) o irmão da Santa Casa estaria seguro em suas doenças e em sua velhice. Os irmãos, e seus parentes, contavam ainda com enterros e missas em prol de suas almas, condições imprescindíveis para uma boa morte. Era possível a um membro da Irmandade em dificuldades financeiras morar em uma casa pertencente a esta sem pagar aluguéis”<sup>73</sup>.

A atuação da Misericórdia como símbolo da providência divina assegurou também, em algumas ocasiões, recursos para a iniciativa caritativa da Irmandade. Na Bahia, Padre Vieira no Sermão da Visitação de Nossa Senhora, proferido no Hospital da Misericórdia da Bahia ressalta, dentre as tantas razões divinas do sucesso da empreitada militar de expulsão dos holandeses, às orações dos

---

<sup>72</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001 a). *op. cit.*, pp. 64-69.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 65.

irmãos e enfermos da referida Misericórdia. Segundo o padre, essas “(...) tocaram o coração piedoso e misericordioso de Deus”. No mesmo discurso, padre Vieira aproveita para chamar a população à responsabilidade caritativa para com a irmandade da Misericórdia<sup>74</sup>, aproveitando a atribuição de poderes extraordinários à irmandade para captação de recursos em benefício da instituição.

Os serviços prestados pela Misericórdia circunscreveram-se às demandas da sociedade colonial. Assim sendo, para além da salvação espiritual e a cura dos males do corpo a Misericórdia também dedicou alguma atenção aos problemas sociais que, em alguma medida, pudessem comprometer a continuidade da ordem colonial<sup>75</sup>:

“Além da questão da cura dos corpos e das almas, havia a preocupação com a pobreza, uma pobreza própria das sociedades do Antigo Regime: aquela ligada ao problema da privação dos laços comunitários, de parentesco, patronagem e clientela que permitissem a inserção dos indivíduos em núcleos familiares, corporações de ofício e irmandades e sua manutenção através deles. Por isso, os alvos da irmandade eram os órfãos, os expostos, os presos, as viúvas e outros deserdados. Para além da expressão pública de caridade cristã, o auxílio era um investimento na continuidade das relações desiguais e nas hierarquias sociais constituintes do Antigo Regime, assim como uma amortização das tensões sociais provocadas por tais relações. No caso do Recolhimento de Órfãos, o investimento no dote e casamento de meninas brancas e pobres liga-se ao esforço de manutenção da ordem social e a modos de pensar em que noções de ‘cor’, ‘condição’, ‘estado’ e religião eram fundamentais à constituição do mundo católico luso-brasileiro. Todas atividades cabiam no espaço daquele conjunto arquitetônico que unia igreja, hospital Recolhimento e cemitério. As fronteiras físicas eram tênues, as necessidades estavam interligadas como estavam corpo e alma, todos sob manto largo de Nossa Senhora da Misericórdia”.

A prestação de serviços fúnebres foi, seguramente, a ação caritativa mais importante desempenhada pelas Misericórdias coloniais e, como exposto anteriormente, constituiu uma importante fonte de renda para a instituição (já que possuía, com exclusividade, por meio de privilégio Real, o direito de cobrar o aluguel de essas). A Misericórdia era a única instituição que proporcionava serviços fúnebres às pessoas que não pertenciam a nenhuma irmandade

<sup>74</sup> Antônio VIEIRA (1975). *Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil*, pp. 95-115.

<sup>75</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001b). “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”, p. 617.

atendendo, portanto, além dos irmãos e suas famílias, aos brancos pobres, aos escravos e a quem mais pudesse pagar pelo serviço. A Coroa portuguesa conferiu às Misericórdias ultramarinas o monopólio dos enterros que, freqüentemente, provocava conflitos entre elas e as outras irmandades e autoridades eclesiásticas. Faz-se necessário observar que, no que se refere ao enterro da população escrava, a Misericórdia concedeu às irmandades negras, em várias situações, o direito de enterrar a população escrava, num intuito deliberado de partilhar esse encargo. Contudo, o mesmo não se verificou para a população livre que, na mais das vezes, pagava pelo cerimonial fúnebre.

A diversidade da organização social no mundo colonial, em especial da organização domiciliar<sup>76</sup>, em razão das características regionais e da estratificação social dos indivíduos, fez do casamento uma prioridade da ação colonial em prol da regulamentação das relações pessoais. Ainda que uma instituição primordialmente da elite, o casamento sacramentado ocorria também nas demais categorias sociais, os homens pobres, inclusive escravos. Muitos desses casamentos foram proporcionados pela ação caritativa das inúmeras filiais da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia espalhadas pelo mundo colonial por meio da concessão de dotes a moças pobres e órfãs, preservando assim a honra das mesmas e evitando, portanto, o risco real da prostituição. Dessa maneira, a ação caritativa da Misericórdia contribuiu, em nível privado, para a política metropolitana de casamentos. Além disso, o casamento conferia status e segurança aos colonos e, portanto, era desejado tanto pelas mulheres como pelos homens na América portuguesa. “A prática de oferecer dotes a moças órfãs e

---

<sup>76</sup> “É o espaço do domicílio que reúne, assim, em certos casos, apenas pessoas de uma mesma família nuclear e um ou dois escravos; em outros, somavam-se a essa composição agregados e parentes próximos, como mães viúvas ou irmãs solteiras. Por vezes encontramos domicílios compostos de padres com suas escravas, concubinas e afilhadas, ou então comerciantes solteiros com seus caixeiros. Em alguns domicílios verificamos a presença de mulheres com seus filhos, porém sem maridos; também nos deparamos com situações em que o casal de cônjuges e a concubina do marido viviam sob o mesmo teto. Isso sem falar nos filhos naturais e ilegítimos que muitas vezes eram criados com os legítimos”. Leila Mezan ALGRANTI (1997). “Famílias e vida doméstica”, pp. 86-87.

desprotegidas institucionalizou-se na Colônia mediante doações, reveladoras de que o casamento dignificava as pessoas”<sup>77</sup>.

Na sociedade colonial, os dotes eram de fundamental importância na constituição da economia doméstica. Mais que um adiantamento da herança, o dote era a base material em que se assentaria a nova família.

“(…) O casamento era o modo como se formava uma nova empresa produtiva, em que o dote da esposa proporcionava a maior parte dos meios de produção necessários para dar início à nova unidade. Casar-se com uma mulher com dote constituía também um dos poucos modos pelo qual um jovem adquiria recursos independentes. Conseqüentemente, era uma instituição econômica importante e o casamento não era assunto privado que interessasse apenas ao indivíduos envolvidos (...)”<sup>78</sup>.

Além da concessão de dotes, a Misericórdia dispunha de um asilo destinado às “(...) jovens de classe média, de idade casadoura, e cuja honra estivesse ameaçada pela perda do pai ou da mãe, ou de ambos”<sup>79</sup>. A irmandade recebia “meninas que fossem órfãs de pai e mãe, ou somente de pai, filhas legítimas, cristãs velhas, brancas, de bom procedimento, donzelas e desamparadas”<sup>80</sup>. Além das órfãs, algumas Misericórdias recebiam viúvas, solteiras de boa reputação e mulheres casadas, cujos maridos estivessem temporariamente ausentes, como pensionistas. As mesmas condições de aceitação impostas às órfãs – ou seja, que fossem virtuosas, de extração cristã-velha e brancas – aplicava-se às demais pensionistas. O propósito maior do Asilo de Órfãs era o de preferencialmente, “o aproveitamento espiritual e temporal das mesmas órfãs”<sup>81</sup>. Esse aproveitamento consistia em “conseguir-lhes um ‘estado’, preferencialmente o de matrimônio, que tanto apetecia à Igreja, sempre em busca

<sup>77</sup> Leila Mezan ALGRANTI, *op. cit.*, p. 87.

<sup>78</sup> Muriel Nazzari (2001), *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo*, p. 28

<sup>79</sup> A., J. R RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 259.

<sup>80</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001b). “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”, p. 616.

<sup>81</sup> Leila Mesa ALGRANTI (2001). Os Estatutos do Recolhimento das órfãs da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu: gênero, narrativas, memórias*, n.º 8/9, Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas, 1997. Apud GANDELMAN (2001b), Luciana Mendes. “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”, P. 616-617.

de maior rebanho, e ao Estado português, preocupado em consolidar as populações de súditos em ultramar”. A Misericórdia dedica-se a oferecer, não sem grandes percalços e resistências, a doutrina espiritual e temporal das órfãs, a vigilância sobre suas honras e desordens, a concessão de dotes, o julgamento e a atribuição de pretendentes. Embora nem sempre a irmandade obtivesse sucesso em seus propósitos, “a regra demonstra que a instituição se colocava como agenciadora da reinserção das meninas na sociedade local, como mulheres preparadas para formarem unidades domésticas cristãs”<sup>82</sup>. Compreende-se, assim, a boa reputação de que gozavam os asilos de órfãs das Misericórdias coloniais, obtida com a severidade com que se preservou a honra das órfãs.

A assistência hospitalar oferecida pelas Misericórdias foi, na maioria das vezes, a única do gênero disponível no mundo colonial. Isso porque, a exemplo de outras práticas caritativas, os serviços hospitalares não eram considerados responsabilidades das autoridades municipais, tampouco da Coroa, ficando sob os cuidados da Igreja, das Irmandades e das ordens religiosas. Mais uma vez, devido a sua posição semiburocrática. “(...) Na manutenção de hospitais públicos nas cidades e vilas do Brasil, a Misericórdia desempenhou um papel único entre as irmandades do Brasil colonial”<sup>83</sup>. O tratamento dos pacientes no hospital era bastante rudimentar<sup>84</sup>, o que fazia com que apenas as pessoas que não pudessem pagar pelo atendimento domiciliar, recebessem a assistência da Santa Casa. Assim sendo, o público que utilizava os serviços do hospital da Misericórdia era o mesmo em qualquer parte da América portuguesa: brancos pobres, escravos, estrangeiros, soldados da guarnição e, por fim, soldados e marinheiros

---

<sup>82</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001b), *op. cit.*, P. 616-617.

<sup>83</sup> A., J. R RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 212.

<sup>84</sup> O caráter rudimentar da assistência hospitalar expressa-se na simplicidade da assistência médica dispensada aos pacientes que misturava a medicina européia tradicional ou o curandeirismo local e pode ser apreendido na exposição de Mesgravis (1973). Segundo a autora: “O curativos dos doentes era feito, geralmente, por ‘curandeiros’ e barbeiros ‘sangradores’ ... No que se refere à medicação da Santa Casa ela deve ser dividida em duas categorias: a de origem européia e a local, de inspiração indígena. A européia baseava sua terapêutica em repouso, dietas, purgativos, eméticos e sobretudo, nas sangrias, que eram tidas como um panacéia universal para todos os males. Quanto à local, além de empregar os métodos europeus, recorria à vasta farmacopéia indígena com suas ervas e essências, às quais se acrescentava geralmente, o tabaco e a cachaça”.

dos navios de guerra e outros barcos da Coroa. A assistência aos militares, em princípio, era responsabilidade do Rei que tratava de transferir às Misericórdias da América portuguesa os valores referentes às despesas com assistência médica aos soldados. Sabe-se, contudo, que os valores transferidos pela Coroa eram freqüentemente insuficientes para cobrir as referidas despesas, evidenciando, portanto, que a assistência hospitalar, a exemplo das demais formas de assistência praticadas pela Misericórdia, fora relegada à caridade dos residentes no mundo colonial.

Apesar das Misericórdias administrarem praticamente todos os hospitais da América colonial portuguesa, a assistência à saúde ficou restrita a um impasse: de um lado, a manutenção dos hospitais dependia quase inteiramente da caridade privada, por meio da já referida captação de doações, esmolas e legados das esmolas e dos legados às irmandades; de outro lado, essa captação de recursos dependia das festas, das cerimônias fúnebres e das missas que freqüentemente oneravam os cofres da irmandade e restringiam os recursos destinados à assistência. Assim sendo, embora fosse uma das principais atividades desempenhadas pelas Misericórdias coloniais, a assistência hospitalar foi preterida às demais atividades da instituição:

“Não pode haver dúvida de que a ordem das prioridades da Misericórdia era equivocada. Durante o século XVII, o hospital vinha em segundo lugar, bem distanciado da igreja. Os corpos de guardiães (sic!) adotavam a atitude de que as cerimônias e festas religiosas davam mais prestígio à irmandade do que o tratamento aos doentes. A Mesa estava correta nessa atitude. A sociedade colonial seguia uma escala de valores baseada em aparências superficiais. Um funeral bem organizado, ou missa brilhante traziam mais irmãos novos e mais legados à irmandade do que poderiam fazer o tratamento médico aos mendigos esfarrapados e escravos famintos do Recôncavo inteiro. A Misericórdia agradava à sociedade de seu tempo”<sup>85</sup>.

As Santas Casas da América portuguesa também assistiam os presos. Sua ação caritativa envolvia, nesse particular, a atenção às necessidades materiais (especialmente a alimentação) e espirituais (confissão dos pecados) dos presos. A

---

<sup>85</sup> A., J. R RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 214-215.

Misericórdia encontrou dificuldades na provisão do bem-estar aos prisioneiros já que, em muitas situações, sua atuação não era respeitada pelas autoridades locais. Além disso, as Santas Casas desempenhavam um importante papel junto aos condenados, preservando uma tradição começada na matriz metropolitana e difundida entre as filiais coloniais: Um privilégio real “(...) permitia que a Misericórdia salvasse a vida dos condenados cuja corda se rompia no momento de ficarem dependurados. Muitas vezes, conta-se, a Irmandade – solicitando o privilégio de fornecer a corda para o enforcamento – mergulhava-a antecipadamente em água forte”<sup>86</sup>. A despeito das questões relativas à justiça serem de responsabilidade da administração colonial, a Misericórdia não recebia qualquer auxílio financeiro ou material das instituições oficiais para exercer essa ação caritativa, dispondo apenas da caridade privada para assistência aos presos.

Por fim, a Irmandade da Misericórdia no mundo colonial envolveu-se numa ação caritativa não contemplada no seu primeiro Compromisso: a assistência aos enjeitados. Ao longo do período colonial, a assistência aos enjeitados configurou-se como um problema social do escopo da municipalidade, das ordens religiosas e das irmandades caritativas. Contudo, a despeito das limitações financeiras e da falta de colaboração oficial, a Irmandade da Misericórdia assumiu sozinha a responsabilidade social pelos bebês abandonados pelas mães nas ruas das cidades coloniais e, posteriormente, na *roda dos expostos*<sup>87</sup> construída pela Irmandade. Vale ressaltar, que a assistência aos expostos não se confunde, em momento algum com a assistência às órfãs, uma vez que eram consideradas expostas as crianças que não tinham filiação reconhecida. Em geral eram crianças

---

<sup>86</sup> Glauco CARNEIRO, *op. cit.*, p. 164.

<sup>87</sup> A roda dos expostos foi criada com o intuito de evitar que “(...) cães e porcos devorassem crianças abandonadas (...), ou que elas percessem nas ruas pela fome e pelo frio” Glauco CARNEIRO. *O poder da Misericórdia: A Irmandade da Santa Casa na história social e política da cidade de São Paulo – 1650/1985*, p. 248; Mesgravis (1976) nos fornece uma descrição do engenhoso aparelho: “Tratava-se de um aparelho mecânico formado por um cilindro, fechado por um dos lados, que girava em torno de um eixo, e ficava incrustado nos muros dos conventos, por onde frades e freiras recebiam cartas, alimentos ou remédios, e onde, há muito, era costume colocar crianças enjeitadas. Foi devido a proteção que proporcionava à criança contra esse perigos e a preservação do anonimato, obviamente desejado por que a abandonava, que as rodas foram adotadas nas cidades”. Laima, MESGRAVIS (1976), *op. cit.*

abandonadas nas igrejas, nas residências de pessoas de prestígio, nas casas de parentes ou simplesmente deixadas nas ruas:

“Ao longo século XVIII, a questão dos expostos tornou-se uma grande preocupação para os Estados modernos e, especificamente, para as elites que governavam aquela portuguesa. A preocupação era sobretudo com que os contingentes de expostos fossem melhor aproveitados pelo Estado senão diretamente, nos exércitos por exemplo, ao menos no povoamento dos reinos. Por isso, a legislação, os hospitais e outras instituições se voltaram cada vez mais para soluções conjuntas que evitassem a mortandade dos expostos e promovessem sua inserção na sociedade. De acordo com a legislação, a responsabilidade pelo sustento dos expostos até completarem sete anos era das câmaras. O que elas em geral faziam era pagar amas-de-leite e amas secas para criarem as crianças em suas casas, e às vezes as armas as incorporavam como agregados a seus núcleos familiares. Após completarem sete anos, os expostos passavam à jurisdição dos juizes dos Órfãos, que deveriam encontrar famílias que os abrigassem, tomando-os como agregados ou aprendizes de algum ofício; no caso das meninas, encarregar-se-iam de sua tutela e, posteriormente de seu casamento”<sup>88</sup>.

Tem-se, portanto, que a assistência aos expostos cumpria um duplo papel na sociedade colonial: de um lado, enquadrava as crianças e jovens sem família no projeto de colonização do Estado português e, de outro lado, tirava da Coroa o ônus de sustentação e proteção material.

A amplidão do mundo colonial produziu uma sociedade colonial dispersa e heterogênea ao longo de toda América portuguesa<sup>89</sup>. Também nesse particular a

<sup>88</sup> GANDELMAN, Luciana Mendes, *op. cit.*, p. 617.

<sup>89</sup> A combinação entre a exploração econômica colonial e o interesse político metropolitano em expandir ao máximo as fronteiras do mundo colonial levou à conformação de um amplo espectro de formas de povoamento na América portuguesa. Tomemos como exemplo as duas formas de organização social mais extremas da colônia: “(...) de um lado o Nordeste açucareiro, (...) exceção muito especial porque forma o eixo mesmo da colonização portuguesa. Aqui, como vimos, o povoamento tendeu para permanência, fixidez e uma certa estabilidade; e, em decorrência, formas de convívio mais sedimentadas e profundas – o patriarcado revivido por Gilberto Freire, em *Casa-grande & senzala*. No pólo oposto, na periferia do sistema, uma paisagem social como a de São Paulo, com um povoamento rarefeito, em permanente mobilidade: as ‘bandeiras’ já foram caracterizadas como uma ‘sociedade em movimento’, e abriram os caminhos para atingir as fronteiras, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda. E note-se o paradoxo: a sociedade mais estável, permanente, enraizada, está voltada para fora – a economia açucareira organiza-se para a exportação; e a economia de subsistência (como a de São Paulo, ou a pecuária nordestina), que está voltada para dentro, dá lugar a uma formação social instável, móvel, sem implantação. De outro ângulo, o contraponto entre o caráter profundamente rural da sociedade litorânea, e marcadamente urbano das Minas, realça a diversidade até o paradoxo: o mais estável, permanente, é o setor litorâneo, voltado para fora, nas bordas; o mais fluido e superficial é o setor interiorizado e urbano” Fernando A. NOVAIS, *op. cit.*, pp. 24-25; Contudo, vale ressaltar que a diversidade de organizações sociais a que nos referimos é resultado, não apenas, da grande

Misericórdia desempenhou função de instrumentos de controle dessa extensa, diversa e instável sociedade colonial. Especialmente no que se refere ao tratamento dos problemas relativos à pobreza e à manutenção da subordinação à Coroa portuguesa, nenhuma instituição representou melhor o poder e os interesses metropolitanos como a Misericórdia.

Essa diversidade de organizações sociais produzidas ao longo do território colonial tornou imperativo que as instituições portuguesas aqui reproduzidas também se amoldassem às especificidades do espaço colonial em que foram construídas<sup>90</sup>. Portanto, as Misericórdias coloniais, apesar de voltadas para um interesse comum – o interesse metropolitano –, reproduziam em seu interior as particularidades da sociedade a qual pertenciam. Assim sendo, as Irmandades Nordestinas (especialmente a Misericórdia Salvador – cidade mais importante do Império ultramarino português no século XVII, capital administrativa da América portuguesa, sede dos governadores gerais e vice-reis) refletiam, de um lado, aquela sociedade patriarcal, estável e a elevada rentabilidade da exploração comercial metropolitana. De outro lado, localizada na outra ponta da sociedade colonial, a Santa Casa de São Paulo era o produto de uma sociedade sem dinamismo econômico, dispersa e instável. Ao fraco interesse econômico e político da Coroa em São Paulo correspondia o descaso metropolitano com a filial paulista da benemérita instituição:

---

extensão territorial e da dispersão populacional, mas, principalmente, da forma de exploração econômica e da estratificação social que dela decorre. No vasto território colonial, “(...) o próprio caráter de uma sociedade estratificada, na qual a condição legal e racial dividia os indivíduos entre brancos e negros, livres e escravos, dificulta a tentativa de buscarmos de norte a sul do país, no mundo urbano e rural e ao longo de quase quatro séculos, padrões semelhantes de vida e de organização familiar, até mesmo no interior de uma determinada camada da população” Leila Mezan ALGRANTI(1997), *op. cit.*, p. 85.

<sup>90</sup> É importante ressaltar que, diante dessa diversidade de organizações sociais, inúmeras instituições religiosas leigas foram criadas no Brasil para atender aos grupos dessa sociedade estratificada. “(...) essas instituições religiosas leigas faziam parte da vida de quase todos os grupos sociais e em geral as pessoas a ela se associavam de acordo com sua condição social, origem nacional e classificação racial. Havia irmandades de brancos, mulatos e negros; de brancos da terra e d'além-mar; de negros brasileiros e africanos; de africanos de diferentes origens africanas”. João José REIS (1991). *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*, p. 123.

“Humilhações transmitidas porque a confraria apela à Coroa e seus representantes no Brasil-Colônia usando de argumentos e termos que resvalam da modéstia e passam para a lisonja e pieguice, sem aparentemente obter nada de positivo. Desconsiderações impostas porque a Coroa não perde vez de duvidar da seriedade dos membros da irmandade, negando-lhe praticamente todas as solicitações e deixando entrever o desejo de uma radical mudança nos rumos da instituição”<sup>91</sup>.

A despeito das especificidades regionais, a relação entre os interesses da Coroa portuguesa e os interesses dessas elites locais no interior da colônia, permitiu o estabelecimento de um elemento comum a todas as irmandades da Misericórdia da América portuguesa. Portanto, independentemente das condições econômicas, da localização geográfica, da maior ou menor densidade demográfica e das especificidades étnicas e culturais das regiões em que se localizavam, as Misericórdias coloniais tinham nas motivações para suas existências e nos objetivos de suas assistências os elementos comuns que as tornava parte de um fenômeno mais amplo: a exploração colonial.

É possível afirmar que as Irmandades da Misericórdia da América portuguesa tiveram seus momentos de maior desenvolvimento e prestígio coincidentes com os períodos de desenvolvimento econômico dos espaços em que estavam inseridas. Portanto, na Bahia, o momento áureo das Misericórdias coloniais “(...) coincidiu mais ou menos com a segunda metade do século XVII, enquanto as de Minas Gerais provavelmente se beneficiaram com o progresso econômico que acompanhou a exploração das minas de ouro e de diamante do reinado de dom João V”. Da mesma maneira, em meados do século XVIII, quando entra em crise o Império colonial português, as Misericórdias de todo o mundo colonial experimentaram crises financeiras, administrativas e de prestígio de magnitudes variadas. Vale observar, contudo, que “(...) todas sobreviveram e puderam prosseguir sua obra de caridade de uma maneira ou de outra até os nossos dias”<sup>92</sup>.

Ao longo do período colonial, outras diversas irmandades foram fundadas na América portuguesa. Essas irmandades eram representativas de um espectro

---

<sup>91</sup> Glauco CARNEIRO (1981), *op. cit.*, p. 197.

<sup>92</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, pp. 1304-305

variado de segmentos sociais, desde as irmandades exclusivas dos segmentos privilegiados da sociedade colônia (como as Misericórdias e as Ordens Terceiras, cujos regimentos eram bastante severos quanto às condições para aceitação de novos irmãos) até as irmandades dos negros e mulatos (que eram o correspondente urbano do quilombo). A Irmandade da Misericórdia destaca-se entre as demais confrarias em razão da diversidade de assistidos dessa Irmandade:

“Enquanto a caridade de que a Misericórdia se ocupava estendia-se amplamente aos pobres e necessitados, as outras irmandades, laicas ou confrarias das várias ordens religiosas, em geral restringiam suas atividades caritativas a seus próprios membros e suas famílias. O estatuto social dessas irmandades (Terceiras, ou Ordens Terceiras, como também eram chamadas) variava, indo daquelas cujo quadro se restringia aos brancos ‘puros’ das boas famílias até as que se compunham principalmente de escravos negros. As irmandades brancas, mais seletas, construíam belas igrejas e salas de conselho adornadas de retratos de seus membros usando perucas, cuja opulência vistosa levou um visitante francês da época a perguntar se aquele lugar não seria ‘uma espécie de jôquei-clube religioso’. E era, de fato, o que algumas pareciam, pela cuidadosa seleção social a que submetiam os que pretendiam ser admitidos. Os estatutos da Ordem Terceira de São Francisco, de Mariana, em Minas Gerais, estipulavam, em 1763, que qualquer indivíduo que se candidatasse à admissão deveria ser ‘branco e legítimo nascimento, sem nenhum boato ou insinuação de sangue judeu, mouro ou mulato, ou de carijó ou de qualquer outra raça contaminada, e o mesmo caberá à sua mulher, se for casado’. E não se tratava de mera formalidade. A investigação dos antecedentes de um candidato às vezes demorava muitos anos, e implicava escrever às câmaras ou às Misericórdias de remotas vilas de Portugal para conferir as informações fornecidas. Os membros que viessem a se casar com uma moça de cor, ou de sangue cristão-novo, eram expulsos sumariamente sem nenhuma cerimônia. A composição da maioria dessas irmandades obedecia a critérios raciais, pois brancos, negros e mulatos tinham as suas. Algumas não faziam nenhuma distinção de classe ou de cor, nem separavam escravos de homens livres; entretanto, nas irmandades de escravos ou de negros libertos em geral era um branco que servia como tesoureiro, conforme especificavam os estatutos. Mesmo assim, essas confrarias religiosas para negros e mestiços sem dúvida proporcionavam às classes humilhadas e desprezadas uma fonte de ajuda e consolo mútuo como numa houve nas colônias francesas, holandesas e inglesas. Em Salvador, Bahia, no século XVIII, havia onze confrarias para as pessoas de cor exclusivamente dedicadas à Virgem Maria”<sup>93</sup>.

As diferenças entre a Misericórdia e suas rivais coloniais (as Ordens Terceiras) estenderam-se à composição dos respectivos quadros de irmãos. “(...) Enquanto que a Ordem Terceira de São Francisco dava preferência aos

<sup>93</sup> Charles R. BOXER (2002). *op. cit.*, pp. 305-306.

intelectuais, e a Ordem Terceira do Carmo aos homens de negócios, a Misericórdia não mostrava tais preferências na escolha de seus irmãos”<sup>94</sup>. Portanto, é válido pensar-se que a Misericórdia constituiu-se aqui como verdadeiramente representativa da sociedade e da ideologia coloniais.

Além da Igreja e das demais irmandades pias, as Misericórdias da América portuguesa conflitavam entre si pela disputas de privilégios e legados. Abreu (2001) aponta, como exemplo dessa rivalidade as ações da Misericórdia de Olinda no sentido de reprimir a construção da Misericórdia de Recife<sup>95</sup>.

Ao longo do período colonial, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia configurou-se como uma parte importante do projeto português, conjugando as necessidades de colonização, comércio e evangelização. Apesar do importante papel de mediadora entre a Coroa e a colônia, nem sempre sua relação com o Estado português foi de entendimento e colaboração. Isso porque, como mostramos anteriormente, à Misericórdia conjugavam-se interesses e alianças das elites locais que, por sua vez, nem sempre estavam em concordância com os objetivos da Coroa portuguesa.

No século XIX, com a crise do sistema colonial e a Independência, a Irmandade da Misericórdia destacou-se como instrumento do complexo movimento de preservação dos interesses das elites regionais combinado com um processo de modernização das instituições da ainda prematura nação. Na nova organização que se conforma a partir de então, as Santas Casas, ao lado das demais instituições assistenciais, terão importância vital no confinamento da pobreza e na regulação da vida urbana. A seguir, trataremos das Misericórdias brasileiras no século XIX.

---

<sup>94</sup> A. J. R. RUSSELL-WOOD (1981), *op. cit.*, p. 275.

<sup>95</sup> Laurinda ABREU (2001), *op. cit.*, pp. 604-605.

## CAPÍTULO 3

### AS IRMANDADES DA MISERICÓRDIA BRASILEIRAS NO SÉCULO XIX: A CARIDADE IMPERIAL

#### 3.1. O PRIMEIRO MOMENTO DA ASSISTÊNCIA CARITATIVA IMPERIAL (1822-1850): A IRMANDADE DA MISERICÓRDIA NAS ORIGENS DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

Visto sob a ótica das irmandades de Misericórdia, o processo de Independência significou a emancipação das Misericórdias brasileiras de sua subordinação à matriz lisboeta. Ao longo do Primeiro Reinado, as Misericórdias brasileiras experimentaram um processo de renovação manifesto, principalmente, na elaboração de um novo estatuto não mais sujeito à aprovação da matriz lisboeta, mas ao governo imperial. No caso de São Paulo, por exemplo, esse processo “(...) abrangeu a instalação do hospital e da roda, e exigiu a formulação de um novo Compromisso, enviado em 11 de junho de 1827, ao governo imperial pelo presidente da província de São Paulo, Luis Antônio das Neves de Carvalho. O projeto do Compromisso foi acompanhado de Regulamentos para os Hospitais de Caridade, dos Lázaros e Casa dos Expostos”<sup>96</sup>. Através dos vínculos que as Misericórdias continuavam a manter com o poder central (desta feita, o Estado Imperial brasileiro), mantinha-se também, o seu papel de principal instrumento de intervenção do governo imperial em assuntos relativos à saúde pública, embora elas continuassem a ser parte de uma organização laica e de caráter privado.

Esse papel passava também pela reformulação da ligação da Misericórdia com a Igreja. No período colonial, essa relação ligava a Misericórdia à Coroa por meio da instituição do padroado. Com a proclamação da independência e a preservação do padroado, essa relação de sujeição foi transferida para o Imperador do Brasil pela lei de 28 de setembro de 1828 (art. 2º, § 11). Entretanto,

---

<sup>96</sup> Laima, MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 104.

como se expôs nos parágrafos anteriores, fortes laços prendiam as Misericórdias coloniais às elites das distintas capitânicas, configurando um espaço de distinção social e disputa de poder. Esses laços também permanecerão ao longo do século XIX e virão mesmo a ser intensificados, pois, a partir de 1834, o Ato Adicional (art. 10 § 10) transferiu a regulamentação das irmandades para as assembleias Legislativas Provinciais<sup>97</sup>.

Vale observar que a participação em Irmandades era de suma importância para os elementos destacados das províncias. Como em outros lugares, para os paulistanos oitocentistas, a associação às Irmandades era sinônimo de *status* social, “(...) pois além de velar pela melhor qualidade de vida dos seus membros, poderiam, por meio da realização constante de festas e procissões, destacar a riqueza e o poder de seus membros”<sup>98</sup>. O quadro de membros da Misericórdia incluía os cidadãos mais ricos e destacados da Província como os irmãos Andrada, o Padre Diogo Antônio Feijó, Nicolau de Campos Vergueiro, o Ten. Gen. José Arouche de Toledo Rendon, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, Antonio Paes de Barros, Antonio da Silva Prado, entre outros<sup>99</sup>.

O interesse nas atividades caritativas foi também estimulado, no caso da Província de São Paulo, por uma nova mentalidade intelectualizada e liberal associada à criação da faculdade de direito em 1828, atraindo alunos das diversas partes do Império. A faculdade de direito de São Paulo não apenas formou a elite política condutora da Misericórdia durante o império, como também lançou luz sobre a *dimensão pública* das ações políticas<sup>100</sup>.

---

<sup>97</sup> Sobre a centralização do poder imperial ver José Murilo de CARVALHO (2003) *A construção da ordem: a elite política imperial*; e *Teatro de sombras: a política imperial*. Para uma visão crítica ver Mirian DOLHNIKOFF (2005), *O Pacto Imperial: Origens do federalismo no Brasil*.

<sup>98</sup> Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*, pp. 51-52.

<sup>99</sup> Laima, MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, pp. 99-100.

<sup>100</sup> Carneiro (1986), tratando dos momentos iniciais da faculdade de direito, dá indícios das idéias que influenciaram o pensamento produzido no interior da faculdade: “Instalado o curso, a 1.º de março de 1828, logo no mês de junho ofereceu-se ali para ensinar o Dr. João Batista Libero Badaró, eminente médico e jornalista, liberal de procedência européia e *mestre da maçonaria* – a primeira grande influência nesse sentido que receberia a Escola, logo depois aquinhoada com a chegada de Júlio Frank”. Galuco CARNEIRO (1986), *op.cit.*, p. 242.

Um exemplo dessa mudança de mentalidade em torno da assistência caritativa pode ser observada no questionamento acerca do espaço e do perfil da Santa Casa do Rio de Janeiro. Em 1823, primeiro ano do Império do Brasil, foi constituída uma comissão composta por bacharéis, médicos e demais autoridades<sup>101</sup> para informar à Secretaria do Estado dos Negócios do Império e à Assembléia Constituinte em que estado se encontravam as diversas repartições da Santa Casa, para então “(...) promover, como convém, a sua conservação, e melhoramento” da instituição “(...) de tanta importância da qual depende a vida e saúde de grande parte dos subditos deste Império”<sup>102</sup>. No ano seguinte, chegariam ao governo imperial os primeiros relatórios da comissão em que se evidenciava a precariedade dos serviços prestados pela Irmandade. Em janeiro de 1825, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império exigiu da provedoria da Misericórdia da Corte “(...) as providências necessárias, para que se regule o tratamento dos doentes pelo que prescrevem os Professores, ficando na intelligencia que lhe são licitas semelhantes alterações, que S. M. altamente reprova, e que tanto cumpre evitar, por seus damnosos efeitos”<sup>103</sup>. O mesmo documento evidencia o “notável desleixo” com que a Misericórdia cuidava das rendas dos prédios, de que era proprietária “talvez por se favorecerem inquilinos ou por outros occultos motivos de interesse particular”<sup>104</sup>.

Nas correspondências e relatórios produzidos pela comissão também “(...) os prédios da Santa Casa passaram a ser vistos como incômodas indaquesões às novas noções de higiene e planejamento. As múltiplas funções daquele amplo conjunto arquitetônico centralizado pela igreja da irmandade passam a ser consideradas o veículo de inúmeras contaminações físicas e morais”<sup>105</sup>. Para atender às demandas do novo tempo, era preciso fragmentar o espaço da

---

<sup>101</sup> Compunham a comissão designada para examinar o estado da Santa Casa de Misericórdia da Corte o Conselheiro Francisco Manoel de Paula, o Brigadeiro Domingos Alvares Branco Moniz Barreto, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto (cirurgião da Câmara Imperial), Joaquim Bandeira de Gouveia e Francisco de Pinho. Decreto de 24 de outubro de 1823, Coleção das leis do Império;

<sup>102</sup> Decreto de 24 de outubro de 1823, Coleção das leis do Império.

<sup>103</sup> Decisões do governo, Secretaria dos negócios do Império, 21 de janeiro de 1825.

<sup>104</sup> Decisões do Governo, 19 de janeiro de 1825.

<sup>105</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001b), *op. cit.*, p. 618.

Misericórdia, “fazer com que a arquitetura da Misericórdia fosse especializada para cada uma de suas funções”.

“Uma nação civilizada precisava de bons ares, de circulação livre de ar, de organização ordenada do espaço, de populações saudáveis e vigorosas, pois, somente desta forma, surgiria igualmente um império vigoroso e rígido, sem a moleza, a estupidez, a imoralidade e a superstição dos tempos anteriores. Para que as mulheres pudessem literalmente dar à luz a este Império era preciso que tudo corresse dentro das ‘luzes do século’, como queriam os contemporâneos. Ainda que não se tratasse como na França da lenta aformação de uma burguesia sobre a antiga aristocracia estamos falando de grupos que buscavam se diferenciar e constituir uma nova ordem para seus contemporâneos”<sup>106</sup>.

Também de fundamental importância para a mudança de mentalidade acerca da saúde pública foi a criação da Academia Imperial de Medicina. Fundada originalmente como uma associação médico-literária<sup>107</sup> inspirada no modelo da Academia de Paris e denominada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, deveria ocupar-se das contribuições “para os progressos dos diferentes ramos da arte de curar, elaborar pareceres sobre higiene pública e assistir as autoridades em tudo o que dissesse respeito à saúde pública”<sup>108</sup>. No ano de 1835, foi convertida em Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, reafirmando sua importância como órgão de consultoria das autoridades públicas em matéria de saúde, sobretudo nos assuntos ligados a epidemias, moléstias tropicais, casos de medicina legal, vacina e remédios novos ou secretos. Ao lado da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a Academia foi oficialmente reconhecida como instância especializada na produção de um saber destinado a implementar a higienização do espaço urbano. Na década de 1830, a medicina elegeu a temática da higiene como campo de diálogo com a sociedade. A temática da higiene possibilitou a compreensão tanto da forma como algumas doenças foram alçadas

---

<sup>106</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001a), *op. cit.*, p. 100.

<sup>107</sup> Figuram entre os fundadores os doutores Joaquim Cândido Soares Meirelles, Luís Vicente De-Simoni, Jean Maurice Faivre, José Francisco Xavier Sigaud e José Martins Cruz Jobim.

<sup>108</sup> Ronaldo VAINFAS (2002), *Dicionário do Brasil imperial*, p. 23.

à condição de problemas de relevância social, mas também da forma como se deu a implantação do debate sobre os problemas sanitários do país<sup>109</sup>.

A Academia procurava estimular a reflexão acerca de temas considerados fundamentais<sup>110</sup> e a construção de um conhecimento médico aplicável à sociedade brasileira, além de promover a regulamentação do saber médico, por meio da avaliação do ensino médico no Brasil e do combate ao “charlatanismo” – tal como eram desqualificadas pelo discurso médico as demais práticas de cura existentes na sociedade brasileira, incluindo a homeopatia<sup>111</sup>. Ao longo do século XIX, a medicina social, ou higiene, foi o principal instrumento de um processo de ‘medicalização da sociedade’, que, transformando hábitos e atitudes das populações urbanas, as adaptava às necessidades da ordem burguesa em construção. Desse modo, a medicina social extraía sua legitimidade da afinidade existente entre sua ação e os interesses da classe dirigente e do Estado<sup>112</sup>.

Merece destaque o fato de que a Academia Imperial de medicina possuía um perfil científico com nítido conteúdo político. Isso fica explícito nos vínculos que estabeleceu com o Estado Imperial, consolidados nos estatutos de 1835, apesar de não ter tido, entre seus membros, participantes ativos da Câmara ou do Senado. No entanto, apesar de cobrar mensalidades e receber doações, a parte substancial dos recursos que a sustentavam provinha do governo. Além disso,

---

<sup>109</sup> Luiz Otávio FERREIRA (1999), “Os periódicos médicos e a injeção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)”, p. 4.

<sup>110</sup> Dentre os temas tratados na Academia no período destacaram-se a criação e adoção de uma medicina brasileira, os progressos e conquistas da cirurgia no Brasil, a elaboração de tratados de terapêutica brasileira e a identificação e os métodos de tratamento de doenças típicas ou frequentes no país. Também foram recorrentes os temas relacionados às condições higiênicas do Rio de Janeiro e as moléstias que assolavam a cidade (tuberculose, beribéri, febre amarela, sífilis, entre outras), a relação do clima e da constituição do solo com a propagação de doenças e os perigos da iluminação a gás. Cf. Ronaldo VAINFAS (2002), *op. cit.*, p. 23.

<sup>111</sup> Em meio à desqualificação de práticas alternativas de cura, ocorreu, no século XIX, uma distinção entre as profissões de cirurgião e de barbeiro, marcada pela formação acadêmica do primeiro, em contraponto com a informalidade do segundo. “(...) Ao preparar-se formalmente para exercer a atividade de cirurgia, o trabalho manual eleva-se pela presença de uma formação intelectual, distanciando-se da prática do barbeiro. Nesse movimento, as atividades do cirurgião acadêmico enquadram-se no rol das profissões liberais, enquanto os barbeiros permanecem junto às atividades manuais mecânicas (...)”. Betânia Gonçalves FIGUEIREDO (1999), “Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX”, p. 5.

<sup>112</sup> Luiz Octávio FERREIRA (1999), *op. cit.*, p. 15.

ficava obrigada a submeter seus regulamentos à aprovação das autoridades imperiais e, a partir de 1835, os membros titulares passaram a ser nomeados por portaria ministerial<sup>113</sup>.

Todo esse movimento acima observado é integrante da invenção de uma agenda sanitária no início da década de 1830, quando os surtos epidêmicos de febres intermitentes tornaram-se recorrentes na região circunvizinha à corte do Rio de Janeiro. Em meio a esse processo, a Irmandade da Santa Casa do Rio de Janeiro tornou-se frequentemente um instrumento das pesquisas médicas e um termômetro da saúde pública. Muitos dos trabalhos médicos da época fundamentaram-se em observações feitas no hospital<sup>114</sup>.

Em meio a constituição do Estado imperial e das preocupações sanitárias da primeira metade do século XIX, as formas assistenciais da Misericórdia foram gradativamente se transformando. Dentre elas, transformaram-se também as formas do bem morrer. As preocupações com os rituais fúnebres evidenciam que a morte ainda ocupava espaço importante nas sociabilidades do início do século XIX. Acreditava-se ainda que uma alma bem encaminhada para o além poderia se tornar uma proteção, ou mesmo um intermediário das demandas dos vivos, ao passo que uma alma perdida, que não cumpriu as etapas rituais de separação dos vivos – uma morte sem testamento, sem o último sacramento, sem enterro, sem missas ou preces, enfim, uma morte solitária e desprovida de cerimônia – poderia vagar eternamente e assobrar os vivos. Assim, a grande preocupação com os ritos fúnebres vai além do medo da morte, o grande temor era o da morte sem plano e sem cerimônia. Pode se afirmar mesmo que a “preparação facilitava a espera da morte e aliviava a apreensão da passagem para o além”<sup>115</sup>.

---

<sup>113</sup> Ronaldo VAINFAS (2002), *op. cit.*, p. 24.

<sup>114</sup> De acordo com FERREIRA (1999): “O trabalho intitulado ‘Observações sobre a tísica pulmonar e a enfermidade vulgarmente chamada opilação’, publicado em 1831 no *Semanário de Saúde Pública* (nº 42, 1831, p. 209), resultava de observações feitas por Jobim nas enfermarias da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, instituição na qual ele clinicava desde 1828”. Cf. Luiz Otávio FERREIRA (1999), *op. cit.*, p. 13.

<sup>115</sup> João José REIS (1991), *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, p. 95.

No início do século XIX, as igrejas eram ainda os espaços privilegiados para os enterros. Na cidade de São Paulo, as igrejas mais procuradas eram a matriz da Sé, a igreja pertencente ao convento dos carmelitas (Nossa Senhora do Carmo) e a de São Francisco, sob os cuidados do convento homônimo. Na escatologia católica, os dois últimos santos são os responsáveis pela retirada das Almas do Purgatório e pela sua condução ao Paraíso. A preferência por essas igrejas levou ao enriquecimento das duas ordens. A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi a Ordem Terceira que mais se destacou em São Paulo no século XIX. Na segunda metade do século, quando os enterros nas igrejas já não eram permitidos, graças a esse prestígio, a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo conseguiu fundar, em 1868, seu próprio cemitério, em terreno contíguo ao Cemitério da Consolação<sup>116</sup>. Também a presença das irmandades nos enterros para demarcar a posição social do finado também era prática comum.

“Além das mortalhas dos santos, também existia o costume de inumar os cadáveres com as vestimentas utilizadas nas irmandades e confrarias. Era comum a visão de um morto vestindo o hábito de irmão de determinada ordem. Pensamos que isso era feito para poder demarcar a posição social do morto e trazer mais pompa ao cortejo fúnebre”<sup>117</sup>.

Os cortejos fúnebres, ao lado das festas e procissões constituíram-se como espaço privilegiado para a ostentação do poder e da riqueza das irmandades. Nesses ritos de passagem para o além, as Irmandades desempenhavam a “função implícita de representar socialmente, se não politicamente, os diversos grupos sociais e ocupacionais” da sociedade imperial<sup>118</sup>. Embora para os viajantes tais eventos pudessem ser chocantes, para a população significavam raros momentos de entretenimento e fortalecimento dos laços sociais, dos quais todas as classes sociais possivelmente participariam<sup>119</sup>. Havia, não raro, ocasiões em

<sup>116</sup> Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, p. 38-50.

<sup>117</sup> Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, p. 42.

<sup>118</sup> João José REIS (1991), *op. cit.*, p. 53.

<sup>119</sup> De acordo com PAGOTO (2004): “Geralmente, as damas, que diariamente viviam enclausuradas, participavam dessas festividades desfilando suas jóias, sedas e, não raro, apresentavam suas mucamas trajando as mesmas indumentárias, podendo, por meio disso,

que os enterros contavam com a participação de mais de uma irmandade e, sendo assim, elas disputavam uma posição privilegiada no cortejo, acentuando as rivalidades entre as Irmandades e Confrarias. Tanto assim que *As Constituições Primárias do Arcebispado da Bahia* estabeleceram a ordem das bandeiras que deveria prevalecer no instante do cortejo. A Misericórdia ocupava posição destacada, envidenciando sua proeminência sobre as demais irmandades e Confrarias .

“Indo a Irmandade da Misericórdia, sempre precederá a todas as mais Confrarias e Irmandade, e levará a sua bandeira diante das Cruzes das Freguesias; e as mais Confrarias e Irmandade se seguirão logo á dita bandeira, cada uma segundo sua antiguidade. E havendo duvida sobre a precedência entre as pessoas Ecclesiasticas, ou Confrarias, o nosso Provisor as comporá de modo, que cesse toda desordem, e escândalo, procedendo contra os culpados, ainda que sejam isentos, de penas pecuniárias, e censuras (...)”<sup>120</sup>.

Ao longo do período colonial, as Misericórdias foram detentoras de inúmeros privilégios funerários que, em alguns momentos, chegaram a prejudicar o desempenho das demais irmandades; o principal dentre eles era, o privilégio exclusivo de “usar e alugar esquifes ou *tumbas* em que eram obrigatoriamente transportados os mortos à sepultura”. As demais irmandades tentaram durante muitos anos acabar com esse privilégio da Misericórdia. Embora não se tenha a data precisa, sabe-se que, nos primeiros anos do século XIX, esse monopólio havia sido quebrado. Contudo, a Misericórdia ainda figura como importante fornecedora de paramentos para os funerais.

“A queda do monopólio da Santa Casa democratizou os funerais baianos, ao permitir que muitas irmandades pobres conduzissem seus membros em esquifes próprios, evitando o inaceitável bangüê. Ao mesmo tempo, abriu caminho para a difusão dos caixões, que vieram a estabelecer novos estilos de pompa funerária e de estratificação da morte. A mudança sem dúvida serviu também para marcar o advento de uma atitude mais individualista diante da morte. Os mais ricos agora podiam ser enterrados em caixões próprios, abandonando os esquifes coletivos de

---

desfilarem em uma só ocasião toda sua riqueza e seu poder”. Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, p. 89.

<sup>120</sup> Constituições Primárias do Arcebispado da Bahia, Título XLVI, artigo 822, p. 290, *apud.*, Amanda Aparecida PAGOTO (2004), p. 54.

irmandade e caixões de aluguel. Ao mesmo tempo, o enterro no caixão eliminava o contato direto do cadáver com a terra, esse elemento de união orgânica entre os mortos. Esse resultado certamente não foi previsto pelas irmandades quando combateram o monopólio da Santa Casa<sup>121</sup>.

A caridade com os finados não se encerrava com os enterros. Faltavam ainda os sulfrágios que podiam ser de dois tipos: as missas privadas (celebradas por um padre, assistidas por um ajudante e na presença de poucos fiéis) e as missas solenes (consideradas verdadeiros espetáculos e realizadas apenas em determinadas datas do calendário litúrgico. Acredita-se que, durante o Império, as missas privadas em intenção à alma do defunto foram mais freqüentes que as solenes, uma vez que:

“Esse tipo de celebração, profundamente sintonizado com vultosas demandas presentes nos testamentos da época moderna, foi mais concorrido e considerado tão eficaz, sem nada a perder para a missa solene, com uma qualidade ainda, pois considerada bem mais em conta, conforme a taxação feita em sínodo diocesano. Desse modo o devoto podia recorrer a um número mais expressivo de santos intercessores em favor da sua alma<sup>122</sup>.

Em meio às transformações na mentalidade oitocentista e das emergentes preocupações concernentes à saúde, modificou-se também a visão do bem morrer, particularmente no referente ao sepultamento. Em meados do século XIX, as preocupações acerca da higiene e dos riscos de epidemias alterou o sepultamento *ad sancto*. “Influenciados pelas novas idéias surgidas na Europa, membros civis da sociedade passaram a entender que muitos dos costumes cotidianos praticados ao longo dos séculos eram, segundo suas novas percepções, perniciosos à saúde pública e, além disso, constantemente assolavam as cidades<sup>123</sup>. Essa nova atitude diante da morte advinha da teoria dos miasmas, segundo a qual, “as matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas

<sup>121</sup> João José dos REIS (1991), *op. cit.*, p. 151.

<sup>122</sup> Adalgisa ARANTES, *apud.* Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, p. 46

<sup>123</sup> Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, p. 69.

daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava”<sup>124</sup>. Vinha da Europa o exemplo do “enterro correto” que devia levar em conta “ (...) não apenas as diferenças entre pobres e ricos mas, também entre vivos e mortos e entre salubres e insalubres”<sup>125</sup>. Ignorar tais recomendações, significava colocar em risco a vida da população.

Na Bahia, os primeiros esforços de construção de cemitérios extramuros datam de 1828. No ano de 1836, entrou em vigor uma lei provincial proibindo os sepultamentos nas igrejas e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros por trinta anos. Nas vésperas da vigência da lei, contudo, ocorreu uma revolta contra o cemitério – a cemiterada. Iniciado como uma manifestação de protesto convocada pelas irmandades e ordens terceiras de Salvador, o movimento, ao final do dia, resultou na destruição do cemitério recém inaugurado. A Cemiterada foi, portanto, “(...) um episódio que teve como motivação central a defesa de concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres, um aspecto importante do catolicismo barroco”<sup>126</sup>. Dessa perspectiva, esse episódio prenunciava as transformações que estavam por vir. Pouco tempo depois, o “uso do templo como lugar de culto aos mortos, valor central da religiosidade tradicional, passava a ser superstição e barbárie. A igreja como lugar exclusivo do culto ao divino representava a ‘verdadeira religião’, sinal de civilização”<sup>127</sup>.

Quando, em maio de 1856, foi criado o Regulamento do Cemitério Municipal de São Paulo, ficaram claras as influências européias em sua formulação. Seguindo os padrões franceses, era necessário ordenar a cidade dos mortos por meio do planejamento, não sendo permitido um crescimento desorganizado, como havia acontecido na cidade dos vivos. “Os focos dos miasmas seriam finalmente banidos, os cadáveres seriam separados uns dos outros (gerando uma individualização dos corpos) e, assim como nas cidades,

---

<sup>124</sup> João José REIS, *op. cit.*, p. 75

<sup>125</sup> Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, p. 74

<sup>126</sup> João José REIS (1991), *op. cit.*, p. 49.

<sup>127</sup> João José REIS (1991), *op. cit.*, p. 288.

aqueles que dispusessem de recursos garantiriam uma morada decente para si e seus decedentes”<sup>128</sup>. Vale observar, portanto, que a criação do cemitério público acentuou a desigualdade social, pois nesse novo espaço era permitida a construção de túmulos ou monumentos com a finalidade de demarcar a sepultura. Esse processo que se inicia em meados do século XIX, será ainda mais acentuado nos primeiros anos da República com o progresso material advindo da riqueza do café.

Também foi objeto de interdição a forma como os cadáveres eram conduzidos à sepultura pois, nos ritos tradicionais, os cortejos eram transportados em redes ou em esquifes pertencentes às Irmandades e Confrarias. As novas medidas de higiene previam caixões fechados, conduzidos por carros para o cemitério. Em tempos de epidemias, o transporte deveria ser feito à noite para poupar os vivos da “imagem aterradora” que os constantes enterros poderiam causar<sup>129</sup>. Aos poucos os enterros deixariam de ser um evento social e se tornariam algo repugnante a ser evitado. Essas mudanças propostas pelos médicos encontraram apoio no poder público que reconhecia a modernidade na nova forma de bem morrer.

Com os funerais já não tendo o mesmo significado dos tempos coloniais, as irmandades em geral e a Misericórdia em particular, perderam uma de suas importantes frentes de ação. Com o advento dos cemitérios e a iniciativa privada tomando conta dos ritos fúnebres, a Santa Casa colocaria ênfase em obras de assistência de outra natureza: a assistência aos vivos. Dessa forma, os hospitais e os orfanatos seriam frentes privilegiadas da benemerência no século XIX.

Esse processo de *nacionalização* da Santa Casa de Misericórdia envolveu ainda uma outra transformação na natureza dos serviços prestados pela irmandade. Em outras palavras, significou uma menor ênfase nas atividades

---

<sup>128</sup> Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, pp. 94-95.

<sup>129</sup> Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, 102.

caritativas rituais: cerimônias fúnebres<sup>130</sup> e concessão de dotes de casamento à órfãs. Ao mesmo tempo, crescia dentro da insituição a atenção às atividades de assistência social como os hospitais destinados aos pobres enfermos e a roda dos expostos (destinada ao problema dos enjeitados na primeira infância.

As transformações na mentalidade de seus dirigentes e o esforço de nacionalização da Irmandade implicaram num processo de modernização institucional que envolveu mudanças nas práticas caritativas, na qualidade dos serviços prestados, na forma de gestão institucional, nas condições de admissão dos membros, etc. Destacamos dentre as transformações modernizantes experimentadas pela irmandade: a modernização da administração financeira da irmandade (diminuição das responsabilidades da tesouraria e as mudanças na forma de empregar os recursos da irmandade – substituindo a arriscada forma de empréstimos a juros<sup>131</sup>, comum no século XVIII, pela aplicação do patrimônio em imóveis<sup>132</sup> e apólices de dívida pública) e a modernização nas exigências admissionais da Irmandade, podendo as mulheres serem admitidas como irmãs beneméritas, a exemplo do compromisso da Misericórdia de São Paulo de 1836. O referido compromisso previa ainda a abolição da distinção até ali existente entre irmãos de condição superior (ou irmãos nobres) e de condição inferior (ou irmãos oficiais)<sup>133</sup>.

Desde os tempos coloniais, as Misericórdias empregavam seu patrimônio em bens imóveis e em empréstimo a juros – ambos considerados bens de raiz -, para fazer frente aos seus compromissos. Muitas vezes, esses ativos eram

---

<sup>130</sup> “(...) Não obstante as referências à prática das obras da Misericórdia do Compromisso, entre as quais constava a de enterrar os mortos – esse aspecto tão importante no século anterior foi abandonado, só cabendo aos irmãos o privilégio do sepultamento na Igreja da irmandade (...). Laima MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 104

<sup>131</sup> “O antigo sistema de emprestar a juros os saldos da receita, iniciado em época desconhecida e fonte de renda habitual no século XVIII, tendeu a desaparecer no século XIX. O abandono definitivo dessa prática só foi decidido pela Mesa da Irmandade em 1840, quando ela optou pela aplicação dos saldos das receitas em Apólices da Dívida Pública”. Laima MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 208.

<sup>132</sup> No referente à gestão dos recursos financeiros da Irmandade, merece destaque o fato de que os aluguéis de casas recebidas por legado ou mesmo adquiridas mediante produto da receita terem sido as rendas mais constantes e importantes da Irmandade ao longo do período Imperial.

<sup>133</sup> Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 277.

legados à Misericórdia com o intuito de transformarem em missas ao próprio doador os juros e aluguéis auferidos com o legado. Assim, além das atribuições espirituais e beneficentes, as Misericórdias atuavam como instituições financeiras e de investimento. Ao abuso dessas práticas da Coroa portuguesa respondeu proibindo as corporações de mão-de-morta de possuírem bens de raiz. Embora o alvará de 18 de Dezembro de 1806 proibisse tal prática, ao longo do Império abundam os decretos autorizando a Misericórdia “para continuar a possuir bens de raiz por ella adquiridos (...) não obstante o commisso em que tem cahido, que fica relevado”<sup>134</sup>. Contudo, essa concessão era feita com a condição de a irmandade ser obrigada, “(...) em prazo marcado pelo respectivo Juiz Provedor de Capellas, a converter em Apolices da Divida Publica os bens que adquirirem em virtude da presente resolução”<sup>135</sup>.

Intensificou-se durante o Império uma forma de captação de recursos iniciada ainda no período colonial: a prática das loterias. As loterias constituíram-se como uma complementação dos poucos rendimentos das Misericórdias imperiais. Além dos prêmios extraídos em favor da instituição, em algumas ocasiões, foi concedido à irmandade o benefício de usufruir dos prêmios de suas loterias enquanto não fossem reclamados pelos portadores dos bilhetes<sup>136</sup>. A importância das loterias para as Misericórdias deveu-se menos à monta de recursos que elas conseguiram captar e mais ao fato de que foram talvez “(...) o único auxílio efetivo prestado em caráter extraordinário à Santa Casa nos primeiros anos do século XIX, sendo portanto a exceção que confirma a regra do desinteresse antes apontado”<sup>137</sup>.

Nos primeiros tempos após a Independência, em virtude das precárias condições econômicas da província de São Paulo e, concomitantemente, o crescimento do número de indigentes e de crianças abandonadas, que o sistema patriarcal da sociedade paulista não podia absorver, a criação do hospital de

---

<sup>134</sup> Decreto Imperial n.º 460 de 30 de agosto de 1847.

<sup>135</sup> Decreto Imperial n.º 597 de 14 de setembro de 1850.

<sup>136</sup> Decreto Imperial n.º 24 de 30 de agosto de 1834.

<sup>137</sup> Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 269.

caridade da Santa Casa de São Paulo significou o nascimento de um definitivo sistema hospitalar de caráter assistencial. Àquela altura, a província de São Paulo contava, além do hospital de caridade da Santa Casa, criado em 1824 (em que se incluía a Casa dos Expostos e o Lazareto), apenas com os precários hospitais de Santos, Itu e Sorocaba (os dois últimos instalados na década de 1830)<sup>138</sup>.

Nos primeiros tempos do Brasil Imperial, algumas práticas que conferiram às Misericórdias coloniais grande notoriedade como a concessão de dotes a moças órfãs, assistência aos presos e aos pobres, caíram em desuso ou perderam importância para as novas formas de assistência próprias do século XIX. Um exemplo disso é a progressiva substituição de certos tipos de intervenção sobre as crianças abandonadas, como a roda dos expostos, por novas formas de assistência com a reconfiguração dos orfanatos e o encaminhamento profissional dos órfãos. No Rio de Janeiro, as distâncias entre as órfãs e as desvalidas foram crescentemente reduzidas, chegando-se, em 1866, à unificação física das instituições (ambas sob a Administração da Santa Casa), com o nome de Amparo e Recolhimento das Órfãs da Misericórdia<sup>139</sup>.

A responsabilidade da assistência aos presos, outrora deixada à responsabilidade de familiares e da caridade privada (assumida pela Misericórdia desde os primeiros tempos de sua fundação) foi, no período Imperial, transferida para instâncias governamentais, ainda que não se possa responder pela qualidade dos serviços e pelo volume de verbas destinadas à assistência.

Vista em seu conjunto, a ação dos governos central e provincial em relação à Irmandade da Misericórdia até meados do século XIX, pautou-se por um esforço de adequação de seus objetivos às novas funções exigidas pela montagem do Estado Nacional. Entretanto, embora se ampliassem as demandas de uma sociedade que se tornava mais complexa, severas restrições financeiras restringiram a expansão da instituição. Em São Paulo, o número de Misericórdias ficou limitado àquele herdado dos tempos coloniais. Foi somente a partir da

---

<sup>138</sup> Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 134.

<sup>139</sup> Luciana Mendes GANDELMAN (2001b), *op. cit.*, p. 629.

década de 1850, que a prosperidade trazida pela expansão cafeeira iria inaugurar uma fase de expansão da instituição que passaria a acompanhar de perto o processo de urbanização ligado ao complexo cafeeiro.

### 3.2. O SEGUNDO MOMENTO DA ASSISTÊNCIA CARITATIVA IMPERIAL (1850-1889): AS MISERICÓRDIAS E O DINAMISMO DA ECONOMIA CAFEEIRA

A segunda metade do século XIX correspondeu a um novo momento das Santas Casas de Misericórdias Imperiais, em que o dinamismo econômico local e o prestígio político das oligarquias foram responsáveis pela transformações na prática assistencial e pela expansão dos serviços prestados pelas irmandades. Na província de São Paulo, o novo momento político e econômico associou-se ao efeito urbanizador da cultura cafeeira<sup>140</sup>, consolidando um novo momento na assistência caritativa.

A expansão da economia cafeeira e o processo de urbanização a ela associado deu ensejo a um intenso movimento de fundação de novas Misericórdias. Esse movimento acompanha de perto o próprio movimento de expansão da fronteira agrícola, inicialmente ao longo do Vale do Paraíba e depois, a partir da região de Campinas, em direção ao Oeste do Estado. As datas de fundação das Santas Casas nos municípios paulistas atestam essa convergência de processos econômicos e sociais e aponta para a importância que neles teve a ação das oligarquias regionais.

Em 1855, contavam-se na província de São Paulo apenas três hospitais filantrópicos localizados nas cidades de São Paulo, Santos e Sorocaba (1803). Eram todos pertencentes às Irmandades da Santa Casa de Misericórdia locais

---

<sup>140</sup> “Ao influxo da nova riqueza, modifica-se a fisionomia da Província, que se atapeta de cefeeiros. Desbrava-se o oeste, rasga-se a terra roxa. Onde era deserto, os pioneiros assentam cidade. Mais uma vez, como na era das bandeiras, a gente paulista, ajudada por condições excepcionais de clima e solo, vai mudar agora com o café, a estrutura econômica da nação, e, com ela, as instituições políticas vigentes (...)”. Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 241.

fundadas no período colonial. O movimento de fundação de Misericórdias imperiais teve início a partir da década de 1850, acompanhando a expansão econômica da Província. Em 1871, a província contava com oito hospitais para o atendimento de pobres enfermos administrados por Irmandades da Misericórdia – Capital, Santos, Lorena, Sorocaba, Bananal, Jacareí, Taubaté e Guaratinguetá –; um em construção na cidade de Itu; três hospitais de morféticos – Capital, Itu e Rio Claro – e; duas Casas de Caridade em Ubatuba e Iguape. Na década de 1880, o relatório do presidente da província registra o funcionamento de novos hospitais da Misericórdia: em Itu (cujas obras foram concluídas), em Campinas, em Piracicaba (embora a Irmandade tenha sido fundada em 1855, seu hospital foi inaugurado somente em 1883). Registra-se ainda a fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Casa Branca de 1885.

Quando em meados do século XIX desenvolveu-se a cultura cafeeira no Vale do Paraíba, a combinação do aumento da demanda por serviços hospitalares com a disponibilidade de recursos financeiros permitiu a criação de várias Misericórdias na região: Jacareí, Bananal, Taubaté, Lorena, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Vale dizer, contudo, que estas cidades, bem como suas respectivas Misericórdias, não alcançaram a grandiosidade da capital que exerceu forte poder centralizador das riquezas geradas no interior paulista.

A partir de 1870, quando a economia cafeeira se expandiu para o Oeste Paulista, a economia do Vale Paraíba experimentou um intenso processo de decadência. A saúde financeira das Misericórdias do Vale do Paraíba acompanhou esse processo. Na década de 1870, o hospital da Misericórdia de Pindamonhangaba chegou a ser temporariamente fechado em razão da escassez de recursos<sup>141</sup>. Na década de 1880, os relatórios dos presidentes da Província atestam que as Misericórdias de Ubatuba, Sorocaba, Bananal e Jacareí encontravam-se em dificuldades financeiras.

---

<sup>141</sup> Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia o Exm. Sr. Dr. Sebastião José Pereira, em fevereiro de 1877, S. Paulo, Typ. Do Diario, 1877, pp. 21-22.

As cidades desenvolvidas em meio à expansão cafeeira constituíram-se como lócus de urbanização intensa e carregada de tensões e demandas sociais. Na segunda metade do século XIX, a província de São Paulo possuía a segunda maior concentração escrava do país e, ao mesmo tempo, palco de uma reiterada poítica de imigração de trabalhadores estrangeiros na medida em que se agudizava a crise do escravismo. Ao mesmo tempo, a ascensão da oligarquia faz do espaço urbano lócus privilegiado de expressão de poder.

As transformações na economia cafeeira<sup>142</sup> impuseram um novo padrão de acumulação que avança pelo interior de São Paulo: a imigração foi a alternativa para o problema da mão-de-obra na cafeicultura; a mecanização permitiu a redução dos custos de beneficiamento e; por fim, a ferrovia reduziu os custos de transportes do café até o porto. Essas medidas permitiram a superação dos limites à expansão da economia cafeeira pelo interior ao mesmo tempo que intensificaram a acumulação de capital nessa atividade. Por fim, esse complexo de medidas “modernizadoras” da cultura do café deu novo impulso ao processo de urbanização do Oeste paulista. Este momento teve importância singular para as Santas Casas paulistas, inseridas no centro promotor do referido desenvolvimento, sendo considerado o ‘período mais brilhante’ dessas instituições<sup>143</sup>.

A disseminação do transporte ferroviário<sup>144</sup> no Brasil está intimamente relacionada com o desenvolvimento da cafeicultura paulista. O período de maior crescimento da malha ferroviária paulista foi na década de 1880<sup>145</sup>. A rápida

---

<sup>142</sup> Wilson CANO (1998), *Raízes da concentração industrial em São Paulo*; João Manuel Cardoso de MELLO (1982), *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*; Sérgio SILVA (1976), *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*.

<sup>143</sup> Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 211.

<sup>144</sup> Sobre o importante papel das ferrovias no Oeste Paulista ver: Wilma Peres COSTA (1976). *Ferrovia e trabalho assalariado em São Paulo*; Odilon Nogueira de MATOS (1974). *Café e ferrovias*; Flávio Azevedo Marques de SAES (1981). *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*

<sup>145</sup> A primeira concessão para construção e operação de uma estrada de ferro no Brasil data de 1836, embora o primeiro trecho ferroviário, comunicando a cidade do Rio de Janeiro a Petrópolis, tenha sido inaugurado apenas em 1854. No ano de 1968 foi inaugurado o trecho ligando Santos à cidade de São Paulo; no ano de 1872 foi construído o trecho que ligava a cidade de São Paulo a Campinas e; apenas em 1875 a malha ferroviária ligava a cidade de São Paulo à capital do

expansão da rede de ferrovias em São Paulo nos últimos tempos da Monarquia modificou sobremaneira o cotidiano da população da zona cafeeira. Dentre as principais transformações advindas da modificação no sistema de transportes destacam-se: a facilitação do escoamento da produção e do acesso da mão-de-obra imigrante à zona cafeeira; a intensificação da urbanização, com a geração de um complexo de serviços de apoio à ferrovia e; o fim do isolamento do interior paulista, com a intensificação da comunicação com a capital da província. Vale observar ainda que, as melhorias no sistema de transportes facilitaram a disseminação das epidemias na década de 1890 pela zona cafeeira. “(...) O avanço seqüencial das epidemias – café, ferrovias e febre amarela -, seguindo o trajeto das ferrovias, indicava para as autoridades sanitárias a íntima relação entre o transporte ferroviário e a ocorrência das moléstias”<sup>146</sup>.

Eram estreitas as relações entre as modificações nas relações de trabalho, o advento das ferrovias e a expansão da cafeeira nas regiões compreendidas pela malha ferroviária da Mogiana e da Paulista: “(...) Essas regiões foram que mais aproveitaram a mão-de-obra imigrante, pois a expansão da cafeeira coincidiu com o início da imigração em larga escala para o Brasil e com a extensão da malha ferroviária na década de 1880”<sup>147</sup>.

A dinâmica de acumulação da economia cafeeira, bem como as transformações modernizadoras a ela intrínsecas, trouxeram importantes conseqüências para a assistência caritativa. De um lado, a intensificação do trabalho escravo, o fluxo de imigrantes e o aperfeiçoamento do sistema de transportes implicaram no surgimento de novas demandas sociais. Ao passo que,

---

Império. A partir da década de 1870, coincidindo com o momento de expansão da cafeeira em São Paulo, a malha ferroviária se disseminou pelo interior por meio das companhias Paulista e Mogiana de estradas de ferro. No ano de 1872, como já mencionado anteriormente, a companhia paulista inaugurou o trecho Jundiaí-Campinas; em 1876 os trilhos da Companhia Paulista chegaram a Limeira e Rio Claro; em 1884 a São Carlos e; em 1892 a Jaboticabal. A Companhia Mogiana, fundada em Campinas no ano de 1872; no ano de 1878 os trilhos da Mogiana chegaram a Casa Branca; em 1883 a Ribeirão Preto; em 1887 em Franca e, a partir daí, avançava sobre o território mineiro. Outras ferrovias, como a Sorocabano, a Ituana e a Douradense, interligavam ainda diversas microrregiões da zona cafeeira.

<sup>146</sup> Rodolpho TELAROLLI JUNIOR (1996), *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*, p. 41.

<sup>147</sup> Rodolpho TELAROLLI JUNIOR, *op. cit.*, p. 24.

de outro lado, a acumulação advinda do café implicou, ao mesmo tempo, numa participação mais ativa da elite cafeicultora nas instituições assistenciais (especialmente a Irmandade de Misericórdia) e um aumento no volume de recursos destinados a esse fim.

A legitimidade da instituição servil foi o maior problema com que se deparou a sociedade brasileira do império. Sendo a Irmandade instituída por homens que, na sua maioria, estavam ligados direta ou indiretamente à exploração do trabalho escravo, a Santa Casa adotou uma posição de neutralidade no tocante a esse tema<sup>148</sup>. Ainda que a Irmandade pudesse ser proprietária de escravos, estes não foram preservados, já que seu trabalho, além de restrito às atividades pesadas do hospital, era ineficiente sem um Senhor para comandá-lo. Ademais, a formação patrimonial da Santa Casa privilegiava casas de aluguel, apólices da dívida pública e ações. Portanto, quando recebidos por legados, a Santa Casa optava por vendê-los<sup>149</sup>.

Porém, sob a ótica da demanda por serviços caritativos, a manutenção e a intensificação da mão-de-obra escrava implicaram em maior demanda por assistência hospitalar para escravos. Contudo, a manutenção do escravismo obrigava os senhores a contribuírem financeiramente com a irmandade para garantir a assistência ao seu escravo. No hospital da Santa Casa de Itu, por exemplo, os escravos pagavam uma diária de 1\$ para as despesas do hospital. O custos dos médicos e medicamentos ficavam por conta dos senhores<sup>150</sup>. Por essa razão, após 1888, quando este problema estava aparentemente resolvido, o crescente número de negros livres e miseráveis engrossou a massa de homens pobres que solicitavam o auxílio da Irmandade, que não poderia contar com os

---

<sup>148</sup> Contudo, essa neutralidade da Misericórdia não a poupou dos impactos da exploração do trabalho escravo. “Os grandes fazendeiros, sobretudo os do café, uma vez livres de seus agregados, preferiram o braço escravo que, explorado até o limite de suas possibilidades, era depois abandonado. Os antigos agregados, os expostos e os escravos inválidos eram empurrados para as cidades que foram forçadas a se aparelharem para recebe-los”. Laima MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 238.

<sup>149</sup> Laima MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 161.

<sup>150</sup> Relatório com que o S. Exc. O Sr. Senador Barão de Itaúna passou a administração da Província ao Exm. Sr. Comendador Antonio Joaquim da Rosa, 3º Vice-presidentes, São Paulo, Typ. Americana, 1869, anexo 16, p. 4.

recursos financeiros dos senhores, pesando assim essa assistência na conta da irmandade.

A partir de 1870, com a crescente introdução de mão-de-obra imigrante, a Santa Casa organizou-se para o atendimento a esse novo público. Mais uma vez, em não constituindo uma propriedade dos senhores, a assistência à mão-de-obra imigrante não era paga pelos primeiros.

Tanto o aparecimento de Misericórdias no interior paulista como o poder centralizador de riqueza exercido pela capital explicam-se pelas especificidades da economia cafeeira em relação às outras culturas tradicionais como a cana-de-açúcar. As crescentes necessidades de financiamento, de transportes e comercialização do café impuseram aos fazendeiros uma vida citadina e um novo cenário social com o qual se confrontavam diariamente. A paisagem rural fora substituída por uma massa de marginalizados, “(...) cuja miséria constituía espetáculo deprimente aos olhos daqueles que tencionavam habitar uma cidade com foros de civilização”<sup>151</sup>. Assim, grande parte do interesse da elite paulista pelas Misericórdias do século XIX mostrou-se, em verdade, um esforço de atenuação das Misérias urbanas.

Na segunda metade do século XIX, acentuaram-se as tendências observadas desde os primeiros tempos imperiais. Dessa forma, intensificaram-se as iniciativas relativas à saúde pública ao mesmo tempo em que as funções rituais e espirituais das irmandades caritativas – especialmente da Misericórdia – foram legadas ao segundo plano.

Ainda nesse período, o agravamento do quadro epidemiológico do Império alterou significativamente os rumos da ação caritativa privada. Entre 1849 e 1850, a febre amarela assolou a Corte. Cinco anos depois, a cidade do Rio de Janeiro e outras regiões do Império foram devastadas pela epidemia de cólera<sup>152</sup>. As altas taxas de mortalidade observadas nesse período fizeram com que as questões relacionadas à salubridade pública ganhassem espaço no governo imperial,

---

<sup>151</sup> *Idem*, p. 238.

<sup>152</sup> Ronaldo VAINFAS (2002), *op. cit.*, p.231.

resultando, em 1850, na criação da Junta Central de Higiene Pública que, diretamente subordinada ao governo imperial, foi a primeira iniciativa do Estado no tocante às condições sanitárias do Império<sup>153</sup>. No ano seguinte, a secretaria dos negócios do Império proibiu a fundação de novas casas de saúde sem que a Junta de Higiene Pública fosse previamente consultada<sup>154</sup>.

Na década de 1850, foram também estreitados os vínculos entre as Faculdades de Medicina do Império e os Hospitais da Misericórdia. Em 1856 o governo imperial habilitou os estudantes dos 4º, 5º e 6º anos das faculdades de medicina estabelecidas no Império a concorrerem às vagas de funcionários nos hospitais da Misericórdia<sup>155</sup>.

A transformação nas práticas funerárias – que já estava em curso desde a primeira metade do século – ganhou grande impulso frente às ameaças epidemiológicas. No ano de 1850, “urgindo mais que nunca as circunstancias da actualidade, que se extinguão promptamente todos os focos de infecção, que tendão a agravar o estado da epidemia reinante, e sendo como taes considerados os Cemiterios dentro da Cidade: Ordena Sua Majestade o Imperador que nenhum cadaver seja d’ora em diante dado á sepultura dentro das Igrejas, e Conventos desta Cidade, ou no seu recinto (...)”<sup>156</sup>. Menos de um mês depois, a Comissão Central de Saúde Pública da cidade do Rio de Janeiro estabeleceu uma *guia de “sepulte-se”* que deveria ser preenchida e entregue no cemitério em que morto fosse sepultado. O objetivo das guias era obter “(...) Huma exacta estatistica mortuaria desta cidade”<sup>157</sup>.

Também na Província de São Paulo, a preocupação com a manutenção da salubridade dos enterros foi objeto de preocupação. De acordo com o relatório do Presidente da Província em 1885,

---

<sup>153</sup> Decreto n.º 598, 14 de setembro de 1851.

<sup>154</sup> Decisões do Governo, Secretaria dos Negócios do Império, portaria de 11 de janeiro de 1851.

<sup>155</sup> Decreto n.º 1764 de 14 de maio de 1856.

<sup>156</sup> Decisões do Governo, Circular de 16 de março de 1850.

<sup>157</sup> Decisões do Governo, Aditamento ao caderno 4º, Secretaria dos negócios do Imperio, Aviso de 2 de Abril de 1850.

“A hygiene publica, que nestes ultimos annos tem occupado a attenção das maiores illustrações medicas do Imperio, se declara de uma maneira a mais decisiva contra as inhumações feitas nos Templos, e aconselha o estabelecimento de cemiterios extra muros como um dos maiores preservativos contra as molestias, que apparecem, ou se desenvolvem pela acção deleteria dos miasmas produzidos por focos pestilenciaes.

Não tenho necessidade de cançar a paciencia com a demonstração das vantagens, e mesmo da urgente necessidade dessa medida reclamada pela civilisação, e já adoptada na mor parte daquellas nossas Cidades importantes, que tem aprendido no infortunio a verdade do que acabo de expender.

Quero somente despertar vossa attenção a respeito desse objecto e dizer-vos tambem, que a Minicipalidade d'esta Cidade resolveu a edificação de dous cemiterios, e aguarda o auxilio poderoso do Corpo Legislativo para realizar”<sup>158</sup>.

No ano seguinte, em meio à ameaça da epidemia de *cholera morbus*, a Administração provincial reclamava urgência na construção do hospital para “(...) ser aproveitada uma parte d'elle no caso desgraçado de se desenvolver a epidemia”. Para tanto, concedeu o 6:964\$600 rs para o início das obras<sup>159</sup>. Ao mesmo tempo, diante da mesma ameaça epidêmica, diversas cidades da Província reclamavam ao governo imperial, auxílio financeiro para a construção de cemitérios municipais. O governo provincial limitou-se a atender preferencialmente “(...) aquellas, que, ou por sua posição, ou por falta absoluta de meios, não podião occorrer á essas despesas”<sup>160</sup>. Forneceu subsídios para esse fim à Câmara de S. Roque (500\$ rs.), à Câmara de Bela Princesa (autal Ilhabela, 200\$) e à Câmara da Capital (6:964\$600). Em meio a tantas demandas, a administração provincial chamava ainda atenção para a necessidade de se construir em São Paulo um cemitério para a grande população protestante da cidade, “(...) que não pódem ser enterrados no cemiterio destinado para Catholicos”<sup>161</sup>.

O primeiro cemitério público de São Paulo, o Cemitério da Consolação, foi finalmente inaugurado em 09 de agosto de 1858. A exclusividade na condução de

<sup>158</sup> Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor Dr. José Antonio Saraiva, presidente da provincia de S. Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855, p. 15.

<sup>159</sup> Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Antonio Roberto 'Almeida, vice-presidente da provincia de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1856, p. 45.

<sup>160</sup> Idem, p. 52.

<sup>161</sup> Idem, p. 52.

cadáveres, por quinze anos foi concendida ao empresário carioca Joaquim Marcellino da Silva<sup>162</sup>. Apesar de o contrato não proibir a condução do cadáver em veículos particulares, desde que obedecidas as normas de higienização vigentes”, o “novo” serviço funerário foi alvo de crítica nos jornais paulistanos em grande medida pela “(...) arbitrariedade da Câmara Municipal ao criar um privilégio de monopólio que, para muitos, teve como consequência a criação de apenas mais uma despesa no momento de realizar o sepultamento dos entes queridos”<sup>163</sup>.

Vencido o contrato, foi realizada uma nova licitação pública para a prestação do serviço funerário da capital para a qual foram apresentadas cinco propostas: Antonio Bento de Paiva Asevedo; Benjamin, Silvado & C.; Joaquim Octaviano dos Santos; Benjamin Constante de Oliveira e; Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Embora a proposta mais vantajosa tenha sido a de Benjamin Constante de Oliveira, a Misericórdia, “(..) invocando a preferencia daquelle estabelecimento para o mencionado serviço”, foi a vencedora do concurso e firmou contrato com a Província de São Paulo em 18 de dezembro de 1879.

O contrato concedia à Misericórdia a prestação dos serviços funerários da capital por vinte anos e estabelecia os serviços que deveriam ser prestados pela irmandade. Os valores dos serviços poderiam ser corrigidos de cinco em cinco anos. Previa ainda que em momentos de epidemias, os valores dos serviços seriam reduzidos a sua quinta parte. De acordo com o contrato, a Misericórdia estava obrigada a fornecer funeral gratuito ao indigentes, mediante atestado de pobreza, fornecido pelos vigários das freguesias da cidade, chefe de polícia, delegados, subdelegados e juizes de paz em exercício; aos que falecessem em seu hospital e enfermarias; aos que falecessem em hospitais e efermarias públicas ou nas prisões; aos corpos e pacientes que fossem remetidos por autoridade policial; aos alunos e alunas do Instituto de Educandos Artifices e

---

<sup>162</sup> Relatório apresentado pela Excellentissimo Senhor Dezembargador Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, presidente da porvíncia de São Paulo ao seu 1.º vice-presidente o excellentissimo senhor Doutor Antonio Roberto de Almeida, entregando a presidencia da mesma provincia, 1857, p. 20.

<sup>163</sup> Amanda Aparecida PAGOTO (2004), *op. cit.*, pp108-114.

Seminário da Glória, aos alienados e sentenciados nos respectivos estabelecimentos. A prestação do serviço funerário pela irmandade foi inaugurada em 15 de outubro de 1880.

A construção dos cemitérios e a proibição dos enterros intra-muros alteraram as concepções oitocentistas do bem morrer e, com isso, alteraram uma função ritual de suma importância para as irmandades. Contudo, no caso da Misericórdia, a perda da função ritual foi compensada por uma nova atividade: o fornecimento dos objetos relativos ao serviço funerário. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, as Misericórdias ficaram responsáveis, a partir de 1850, pelos serviços fúnebres nos cemitérios públicos. Assim, miseráveis ou homens de posse, irmãos ou não, todos dependeriam, a partir de então, dos serviços da Irmandade.

Além da construção de cemitérios, a ameaça epidêmica estimulou um movimento de construção de hospitais filantrópicos pela província. Em 1856, em meio à já referida ameaça de *cholera morbus* por toda a província e, particularmente nas regiões de comunicação com o Rio de Janeiro, aparecem registradas várias iniciativas filantrópicas voltadas ao combate à doença e ao tratamento das vítimas, conforme se observa no relatório do Presidente da Província daquele ano:

“Apenas houve receio de que o cholera se desenvolvesse entre nós, começarão desde logo a fazer-se em toda a Província mui pronunciadas demonstrações desses sentimentos elevados e filantropicos, que d’algum modo fazem assemelhar-se a creatura ao creador, dessa desinteressada dedicação do rico a prol do indigente sem esperança de retribuição do serviço prestado.

Assim os melhores Cidadãos do Iguape, reunidos á sua Municipalidade, quotisarão-se para o estabelecimento de uma enfermaria; os Cidadãos Barão de Pindamonhangaba, Monsenhor Ignacio Marcondes de Oliveira Cabral, e Coronel Francisco Marcondes Homem de Mello, por convite da Camara Municipal de Pindamonhangaba, promoverão uma subscrição qui subio a 9:000\$ rs.; o Delegado supplente de Lorena, Tenente José Neves Gonçalves da Silva Maciel, agenciou outra no valor de 2:418\$ rs., o Cidadão Manoel Venancio Campos da Paz por igual meio obteve no Bananal avultada somma para appromptar no novo Hospital de Misericordia duas enfermarias com todos os moveis precisos; a Camara Municipal de Itú, de acordo com varios habitantes da Cidade, preparou-se para curar a sua custa os pobres, que fossem accomettidos; o Cidadão Candido Ribeiro dos Santos Camargo, com o auxilio de alguns filantropos, dispoz na Capital uma

enfermaria com 20 camas, e seus pertences; o Cidadão Francisco Freitas Silva, da Freguezia de Pinheiros, e o Subdelegado respectivo Antonio de Araujo Novaes promoverão tambem uma subscripção no valor de 1:172\$ rs.; em varios outros pontos iguaes subscripções para o mesmo fim forão promovidas<sup>164</sup>.

Naquele momento, “(...) a Santa Casa assistia um campo mais vasto de doentes, adotando, durante o período em questão, diversos sistemas de atendimento”<sup>165</sup>. A Santa Casa aceitava doentes indigentes<sup>166</sup>, pensionistas e escravos, cujo tratamento era pago por seus senhores. Também o governo contratou, em diversas ocasiões, os serviços da Santa Casa para tratar dos soldados enfermos devido à insuficiência das instalações do Hospital Militar. Por fim, os doentes também poderiam ser encaminhados à Santa Casa por meio da polícia, “(...) quando os encontrava em estado de abandono em via pública”<sup>167</sup>.

O governo provincial auxiliou financeiramente os elabecimentos pios, especialmente as Misericórdias, ao longo da segunda metade do século XIX. Contudo, recorrentemente, esse auxilio era escasso e irregular. Em 1859, o presidente da província justificou a impossibilidade de aumentar as consignações aos Estabelecimentos Pios da Província por ser medida incompatível “ (...)com as actuaes circumstancias do Thesouro Provincial”. Na mesma ocasião justificou o adiamento do repasse dos recursos às instituições “(...) porque era forçoso attender com preferencia a outras necessidades de maior momento”, lembrando, contudo, que o “(...) genio philantropico dos Paulistas não hade por certo arrefecer, porém as casas de caridade devem também ser auxiliadas pelos cofres públicos”<sup>168</sup>. Passados três anos, a Santa Casa de Santos, em razão do número

---

<sup>164</sup> Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Antonio Roberto 'Almeida, vice-presidente da provincia de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1856, p. 50.

<sup>165</sup> Laima MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 149.

<sup>166</sup> “Até 1864 os indigentes eram admitidos no hospital mediante atestado do médico aprovado pelo mordomo para, a partir do Regulamento o serem mediante atestado de pobreza do pároco da freguesia e de moléstia, passando por qualquer médico da Santa Casa”. Laima MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 150.

<sup>167</sup> *Idem*, p. 150.

<sup>168</sup> Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor senador José Joaquim Torres, presidente da provincia de S. Paulo abriu a Assembléa Legislativa Porvincial do anno de 1859, p.12.

elevado de enfermos, reclamava ao governo provincial a quantia a 2:000\$000 para equilibrar as finanças da Irmandade. A essa demanda, o Presidente da Província declarou: “Não sou muito partidario da caridade official, quando á esta se deixa o cargo esclusivo de sustentar estabelecimentos pios, mas penso que quando a caridade particular se empenha e faz sacrificios pela creação e sustentação de taes estabelecimentos é digna de auxilio, como no caso de que se trata”<sup>169</sup>.

Nas instituições localizadas em regiões de menor expressão econômica, como por exemplo Ubatuba, o auxílio provincial era praticamente a única fonte de recursos do hospital. Nas regiões mais dinâmicas, a diversificação patrimonial das Irmandades combinava-se com a existência de beneméritos proeminentes, e os recursos provinciais complementavam as rendas dos estabelecimentos caritativos.

A estrutura patrimonial das Misericórdias imperiais acompanhavam seu tempo. Juntamente com os imóveis urbanos, os títulos da dívida pública compunham o patrimônio das Misericórdias, acentuando as transformações observadas desde os primeiros tempos do Império. Contudo, as Misericórdias estabelecidas em cidades envolvidas pela malha ferroviária compuseram seu patrimônio com uma nova modalidade de ativo: as ações das companhias ferroviárias.

As loterias continuaram sendo uma importante fonte de recursos para as Irmandades, Igrejas e Obras Públicas. Contudo, a partir de 1880, cresce na sociedade a opinião de é preciso pensar uma forma alternativa de capitalizar essas essas instituições, uma vez que a “(...)aplicação do beneficio, não tira á loteria o caracter de um jogo, que prende pela cubiça e consome não poucas vezes o fructo de suadas economias. Alguns captivam-se ao habito de tentativas mallogradas, e o que chamam fortaleza de animo para luctar com a sorte, não é mais que o vicio por uma de suas faces mais perigosas”<sup>170</sup>.

---

<sup>169</sup> Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo pelo presidente Doutor João Jacyntho de Mendonça, 1862, p. 30.

<sup>170</sup> Relatório dirigido á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo 1.º vice-presidente da provincia, Conde de Tres-Rios, e apresentado no acto da installação da mesma Assembléa pelo 4.º vice-presidente, dr. Manoel Marcondes de Moura e Costa. Santos, p. 66.

A partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento da economia cafeeira no Oeste paulista promoveu uma aceleração dos já referidos processos de modernização e racionalização da assistência social. Este processo deveu-se, em grande medida aos contatos, cada vez mais estreitos, que as novas gerações paulistas estabeleciam com a civilização européia. “Essas mudanças se patenteiam, por exemplo, na aceitação progressiva do trabalho feminino, refletida na contratação de irmãs de caridade para a administração de hospitais, asilos e escolas e na preocupação de profissionalização das órfãs”<sup>171</sup>.

Desde a década de 1860, a Santa Casa de Misericórdia de Itu utilizava-se dos préstimos das Irmãs de São José de Chambéry em sua administração interna. Em 1872, seguindo o exemplo da congênere de Itu, a Santa Casa de São Paulo passou a contar com os préstimos das Irmãs de São José<sup>172</sup>, significando este fato, uma inflexão da prestação de serviços assistenciais, que a partir de então contava com uma especialização administrativa. Posteriormente, outras Misericórdias – como a Misericórdia de Campinas – seguiram o mesmo exemplo e firmaram contratos com as religiosas. Nas instituições caritativas, as Irmãs de São José atuavam como enfermeiras e escriturárias. Em contrapartida, a Misericórdia comprometia-se a sustentar as religiosas. No caso da Misericórdia de São Paulo, o provedor da instituição, o Barão de Iguape, comprometeu-se a financiar a vinda

---

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>172</sup> As irmãs de São José de Chambéry, provenientes da França e instaladas em Itu, desempenharam imprescindível papel na administração interna de diversas entidades assistenciais (particularmente as Santas Casas) de toda a província de São Paulo. Como exemplo das instituições em que estiveram presentes, podemos citar as Misericórdias de Campinas, Itu e São Paulo. Carneiro descreve a presença dessas irmãs na assistência social paulista desde suas origens: “Foi no ano de 1858 que partiram da Chambéry as sete primeiras religiosas de São José com destino ao Brasil – uma viagem que durava de 40 a 70 dias conforme os ventos! Apenas seis chegaram, porque uma delas morreu no mar. Em 1859, foram enviadas mais duas, entre as quais Madre Maria Teodora Voiron, que seria a primeira Supervisora Provincial, em Itu. Entre 1863 e 1927 – ano da última chegada de freiras da casa provincial para o nosso país -, o Brasil recebeu mais de 104 religiosas. A partir de 1927 a província brasileira se achava suficientemente estruturada para aqui preparar as novas vocações. Em 1980, distribuídas em diversas comunidades – entre as quais no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia e o Externato São José – elas seriam 335 irmãs, ‘a vivenciar o mesmo ideal apostólico preconizado pelo Pe. Médaille’, com novas responsabilidades decorrentes da mudança do tempo (Trecho da Carta Eucarística do fundador: ‘Procurar dupla união total, de nós mesmas e de todo próximo com Deus, e de nós mesmas com o próximo, de todo próximo entre si’)”. Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 377.

das irmãs de Itu para São Paulo porque a Mesa Administrativa da Irmandade não tinha condições de fazê-lo<sup>173</sup>.

De outra perspectiva, a presença crescente das Irmãs de São José nas Misericórdias paulistas significava, mais uma vez na história das Misericórdias, uma aproximação entre a religiosidade e a administração hospitalar. Contudo, a religião aparece como um instrumento do Estado na capitalização das iniciativas privadas de assistência caritativa.

Apesar da diversificação no espectro de categorias assistidas pela Santa Casa na província de São Paulo, havia uma resistência ao atendimento hospitalar em virtude das altas taxas de mortalidade verificadas nos hospitais de todo mundo.

“(...) As pessoas de recursos tratavam-se sempre em casa, somente aceitando a hospitalização em caso de moléstia contagiosa de internação obrigatória, de alienação mental, ou quando fora de seus lares. Somente os pobres sem recursos para tratamento particular, os militares e forasteiros recorriam aos hospitais, ainda assim, como último recurso, depois de esgotadas todas as mezinhas caseiras e possibilidades de cuidados médicos pessoais. Como recorriam aos hospitais somente em casos extremos, quando a medicina, muitas vezes, nada podia fazer por eles, aumentavam as probalibilidades de mortalidade e, em conseqüência o terror que eles lhes inspiravam”<sup>174</sup>.

O Provedor da Misericórdia de Itu justificou com essa resistência da população as altas taxas de mortalidade verificadas no hospital no final da década de 1860 e enfatizou a importância dos cuidados dispensados pelas Irmãs de S. José na transformação do imaginário popular acerca do hospital:

“(...) o crescido numero de obitos é devido a repugnancia encontrada por emquanto na população pobre de se tratar no hospital, por não se querer sujeitar ao regulamento do mesmo, acontecendo por isso que quando são recolhidos os enfermos já a molestia se acha em grande adiantamento. O cuidado porém, e a caridade empregados pelas 3 enfermeiras, Irmãs da Congregação de S. José, a

<sup>173</sup> Glauco CARNEIRO (1986), *op. cit.*, p. 377-378.

<sup>174</sup> Laima MESGRAVIS (1976), *op. cit.*, p. 150.

cargo das quaes está a direcção da casa, tem feito de algum modo desaparecer os receios da população pobre de se utilizar deste pio estabelecimento".<sup>175</sup>

Essa imagem do sistema hospitalar será transformada apenas no final do século XIX, quando o avanço científico e a descoberta de novas técnicas de tratamento aos doentes como, por exemplo, os desenvolvimentos da enfermagem e das técnicas de desinfeção e higiene reduzirão substancialmente as taxas de mortalidade hospitalar.

O momento máximo do enriquecimento paulista no império só aconteceria no último quartel do século XIX, quando o café avançava em direcção ao Oeste Paulista, espalhando sua ação urbanizadora pelo interior da província. Neste movimento foi construído o hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

---

<sup>175</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo no dia 2 de fevereiro de 1868 pelo presidente da mesma província o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, p. 66.

## PARTE II

### A MISERICÓRDIA CAMPINEIRA NO PERÍODO IMPERIAL

#### O Progresso

Progresso! Progresso!  
Seja a nossa divisa.  
Progresso! Progresso!  
Seja a nossa divisa.  
Porvir!  
Das indústrias no enorme congresso.  
Precisamos galhardos agir.  
Precisamos galhardos agir.  
Honra ao povo que sabe,  
Os louros da glória colher.  
Ecoa alma de luzes  
Sedenta, sedenta luz  
Do trabalho vai colher!  
Honra ao povo que sabe,  
Os louros da glória, da glória colher.  
Honra ao povo que sabe,  
Os louros da glória colher  
Sabe os louros colher da glória  
Ao povo ... ao povo que sabe  
Da glória os louros colher,  
Progresso! Progresso!  
Seja a nossa conquista: Porvir!  
Progresso!  
(hino de Campinas, A. Carlos Gomes, 1885)

## CAPÍTULO 4

### MODERNIZAÇÃO E PODER NA CAMPINAS IMPERIAL

#### 4.1. CAMPINAS NO PERÍODO IMPERIAL: PARADOXOS DA MODERNIZAÇÃO

Nas últimas décadas do século XIX, Campinas assumiu uma posição central em relação aos demais municípios paulistas. A grande produção cafeeira e a posição estratégica como elo de ligação entre as zonas produtoras e a capital da província imprimiram no município um ritmo algo diverso de outras trajetórias locais. Naquele momento, a cidade tornou-se um núcleo do sistema de transportes da província de São Paulo. A interligação ferroviária da cidade com diversas outras regiões acarretou o desenvolvimento de suas atividades urbanas e a diversificação de sua estrutura social<sup>176</sup>.

A década de 1870 representou um marco no desenvolvimento econômica da cidade. A expansão da economia cafeeira possibilitou a aceleração do processo de ocupação do espaço urbano, viabilizando investimentos para a melhoria das condições de vida na cidade. Com a introdução das ferrovias e a atração de novos moradores para a próspera cidade, a infra-estrutura urbana mostrou-se insuficiente para comportar aquela economia em expansão. Tornou-se imperativa a modernização da infra-estrutura urbana e dos serviços locais, surgindo novas funções urbanas e novos espaços para a convivência social impulsionando-se o surgimento de indústrias e de estabelecimentos dedicados ao comércio e à prestação de serviços (lazer, educação, saúde, etc.).

Emergiram, nesse processo, grandes proprietários como o Barão de Limeira e os Comendadores Francisco Teixeira Vilela, Joaquim Policarpo Aranha,

---

<sup>176</sup> Wanda Moreira MAGALHÃES, *Eleitores e Eleitos: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX*, p. 4

Joaquim Ferreira Penteado e Manoel Carlos Aranha (dono da fazenda Pau d' Alho, na qual foram introduzidos colonos alemães em 1873). Em meio ao processo de urbanização emergiram também grandes *capitalistas* - agricultores, advogados médicos, etc – na cidade dentre os quais destacamos Antônio Francisco Guimarães; o tenente coronel José Egídio de Souza Aranha; Mauá & Cia. (única agência bancária instalada na cidade em 1872); Dr. Manoel Ferraz de Campinas Salles (advogado); João Manoel de Almeida Barbosa (lavrador com produção entre 7.000 e 9.000 arrobas, que formou, em 1872, a colônia Nova Colúmbia); Joaquim Ferreira da Camargo Andrade (lavrador, com produção entre 5.000 e 7.000 arrobas); entre outros.

Em 1867, foi inaugurada a ligação ferroviária entre Santos e Jundiaí, e logo surgiria a proposta de estender a estrada até outras áreas produtoras. Como a companhia inglesa não se interessava pelo empreendimento, capitalistas nacionais ligados à agricultura cafeeira tomaram a frente do negócio. O Senador Souza Quieroz, Joaquim Bonifácio do Amaral (Visconde de Indaiatuba) e João Ribeiro dos Santos iniciaram o movimento pela expansão da ferrovia. Em 29 de agosto do mesmo ano, é formada uma Companhia para o prolongamento da ferrovia até Campinas<sup>177</sup>. Em 30 de janeiro de 1868 a Companhia Paulista se consolidou e elegeu sua primeira diretoria: Clemente Falcão de Souza Filho (presidente), Inácio Wallace da Gama Cochrane, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, Francisco Antônio de Souza Queiróz e Martinho da Silva Prado (diretores)<sup>178</sup>.

As obras do prolongamento iniciaram-se em 15 de março de 1870 e em 11 de agosto de 1872 foi inaugurado o tráfego da linha férrea que ligava Campinas a Jundiaí e, um ano depois, a Rio Claro. Dentre os acionistas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro de Jundiaí a Campinas, encontravam-se vários

---

<sup>177</sup> Dentre os principais subscritores do prolongamento Jundiaí a Campinas figuravam: Barão de Itapetininga (200:000\$000); Barão de Piracicaba (200:000\$000); Barão de Limeira (200:000\$000); Senador Queiroz (100:000\$000); Comendador Souza Barros (100:000\$000); Dr. Martinho Prado (100:000\$000) e Thomas Luíz Álvares (100:000\$000). Cf. Wilma Peres COSTA (1976), *op. cit.*, p. 97.

<sup>178</sup> *Idem*, p. 102.

fazendeiros de Campinas, tais como os Barões de Atibaia e Indaiatuba, os irmãos Souza Aranha, Antônio Pompeu de Camargo e Floriano de Camargo Penteadado. O Barão de Ataliba Nogueira tornou-se, mais tarde presidente da estrada de ferro Mogiana<sup>179</sup>.

Além da Companhia Paulista, mais quatro Companhias de Estradas de Ferro foram criadas em São Paulo na década de 1870. A Ituana (organizada em 1870 e inaugurada em 1873; originava-se em Jundiaí); a Mogiana (organizada em 1872 e inaugurada em 1875; originava-se em Campinas); a Sorocabana (organizada em 1870 e inaugurada em 1875; originava-se em São Paulo e alcançava Sorocaba) e, por fim; a Estrada de Ferro do Norte (organizada em 1871 e inaugurada em 1877; iniciada em São Paulo e alcançava Cachoeira – terminal paulista da Estrada de Ferro D. Pedro II)<sup>180</sup>. No ano de 1875, Campinas assumia posição privilegiada no entroncamento de três vias férreas, como enaltecia a Gazeta de Campinas: “(...) a nossa cidade de Campinas é hoje o centro de três estradas de ferro: a Paulista, a do Oeste e a Mogiana. Em nossa estação há sempre atualmente um movimento de trens extraordinário (...) E o que será quando a estrada do Rio Claro (oeste) estiver toda construída e o prolongamento da Casa Branca (Mogiana) e as ramais de ambas?”<sup>181</sup>.

Na segunda metade do século XIX, frente as dificuldades para a obtenção de capitais e colonos estrangeiros, e avanço da propaganda abolicionista, tornou-se necessária a adoção de meios substitutivos, que pudessem compensar a falta de braços na lavoura. O problema dos custos de produção crescentes na cafeicultura impulsionou o desenvolvimento de um tipo de industrialização “complementar” à economia cafeeira em Campinas: a indústria de beneficiamento do café. Esse segmento incorporava os conhecimentos e a tecnologia rudimentar trazida pelos imigrantes, bem como, seus capitais. Desenvolveu-se na cidade todo um conjunto de atividades ligadas a calderaria, funilaria, fundições de metais (ferro

<sup>179</sup> Wanda Moreira MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 78.

<sup>180</sup> Wilma Peres COSTA (1976), *op. cit.*, p. 105.

<sup>181</sup> *Gazeta de Campinas*, 5 de setembro de 1875, *apud*. Renata BIANCONI, *Dinâmica Econômica e Formas de Sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905)*, p. 20.

e bronze), ferrarias, serralherias, torneirarias, etc.<sup>182</sup>. Por volta de 1863, começaram a ser empregados novos instrumentos na lavoura de Campinas, como arados, cultivadores, rodos, grades, etc., sendo preferidos os instrumentos produzidos localmente, pois sua construção seria mais apropriada às condições do solo. As máquinas utilizadas na preparação do café, que por muito tempo limitaram-se ao pilão e ao carretão, começaram a ser substituídas por novos aparelhos, por volta de 1872, como os do sistema Lidgerwood (fabricado nos Estados Unidos), e os do Sistema Conrado, inventado em Campinas e fabricados nas oficinas Bierrembach & Irmão. Com o emprego dessas máquinas, o café da região, antes mal preparado, teria readquirido a preferência dos consumidores, por sua qualidade elevada<sup>183</sup>.

Figura entre as primeiras experiências industriais em Campinas a oficina do alemão Faber<sup>184</sup>, ou *Grande Fundação Brasileira*, instalada em 1858, que passou a produzir máquinas e instrumentos voltados à lavoura, tornando-se uma fundição notável para a época. Em 1872 a oficina fornecia diversas peças em bronze e ferro fundido à Companhia Paulista de Estradas Ferro, e, entre outros produtos, as portas, grades, colunas, etc., que ornamentavam a Matriz Nova e os palacetes da cidade<sup>185</sup>.

O alemão Francisco Krug partiu com a família para o Brasil por motivos políticos. Veio a Campinas ao encontro do irmão Jorge Krug, estabelecido em Campinas desde 1846 como farmacêutico. Em 1853, Francisco Krug fundou uma marcenaria, e seus negócios se expandiram, de modo que posteriormente passou a comandar uma fábrica de desencaroçar e enfardar algodão, outra de troles, carros e carroças, e uma ferraria, além de envolver-se em atividades comerciais.

---

<sup>182</sup> Ema E. Rodrigues CAMILLO (1998), *Guia histórico da Indústria nascente em Campinas (1850-1887)*.

<sup>183</sup> Renata BIANCONI (2002), p. 29.

<sup>184</sup> Johan Ludwig Benjamin Faber (Luíz Faber) veio de Berlim e estabeleceu-se inicialmente na Corte, passando à Fazenda Ibicaba. Chegou a Campinas em 1858. Andrea Mara Souto KARASTOJANOV (1999), *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império*, p. 195.

<sup>185</sup> Ema R. CAMILLO, *op. cit.*, pp. 44-49; S. GODÓI (1952), "A Indústria em Campinas"; Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 30.

Francisco Krug também teve importante atuação em outros setores da vida local: presidiu a *Sociedade Alemã de Instrução e Leitura*, em 1872; foi acionista da Cia. Paulista de Estradas de Ferro; e ocupou o cargo de agente consular alemão, de 1878 a 1889, quando faleceu, vítima de febre amarela. A manutenção dos negócios ficou a cargo da viúva F. Krug<sup>186</sup>.

Os irmãos João Antônio Bierrembach e João Bierrembach, filhos de alemães, intalaram uma fábrica de chapéus em Campinas, em 1857, que possuía empregados nacionais e estrangeiros, inclusive escravos e mulheres livres (pioneiros nessa prática). No ano de 1865, os Irmãos Bierrembach ampliaram suas atividades industriais, instalando uma fábrica de descaroçar e enfardar algodão; em 1869, montaram uma oficina mecânica para a produção de instrumentos agrícolas, que em 1870 passou a incluir uma fundição de ferro e bronze, responsável pelas primeiras máquinas destinadas ao benefício do café introduzidas em Campinas, como ventiladores, descascadores e separadores, entre outros<sup>187</sup>. A oficina oferecia ainda carros, carroças e troles (de madeira). Os Srs. Bierrembach & Irmão também seriam representantes comerciais de máquinas agrícolas das casas Ransomes, Sims e Head em toda a província. Além dos irmãos Bierrembach, produziam máquinas para o bneficiamento do café os Srs. João Stipp - cuja produção, ainda que em escala inferior, encontraria muita procura na região de Campinas – e Benedito A. Machado - que também oferecia , já no início de 1870, suas máquinas de beneficiar café, com novo sistema cilíndrico<sup>188</sup>.

Outro nome importante na indústria de Campinas foi o Sr. Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, campineiro, que inaugurou uma olaria a vapor, em 1867, numa chácara nas proximidades da cidade. Esse estabelecimento fornecia tijolos de todas as qualidades e tubos para encanar água. Em 1868 agregou-se à olaria uma ferraria, uma fundição de ferro e bronze, e uma oficina mecânica, passando a

---

<sup>186</sup> Ema R. CAMILLO, *op. cit.*, p.22-26; Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 30.

<sup>187</sup> Ema R. CAMILLO, *op. cit.*, p. 27-46.

<sup>188</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, pp. 30-31.

oferecer máquinas para beneficiar café, ferragens para carros, engenhos, etc<sup>189</sup>. Sampaio Peixoto encarregava-se de importar, da Inglaterra, máquinas a vapor para indústrias, agricultura de Clayton & Schuttleworth. Na *Imperial Ferraria*, de Sampaio Peixoto, estariam também expostas as máquinas de café de Joaquim Pedro Kiehl<sup>190</sup>.

O escocês Guilherme MacHardy inicialmente trabalhou como mecânico na firma importadora de máquinas agrícolas Lidgerwood. Em 1875, instalou uma fundição e fábrica de máquinas agrícolas em Campinas. Por volta de 1877, foi instalado outro estabelecimento do gênero: a fundição, serraria e ferraria de *Arens & Irmãos*, brasileiros (filhos de alemães). Os três irmãos estudaram engenharia mecânica na Alemanha, voltando para o Brasil em 1874, quando estabeleceram-se na Corte como importadores de máquinas para a lavoura e indústria. Fernando Arens, incumbido de estabelecer uma casa filial em Campinas, onde foi estabelecido armazém de gêneros importados, máquinas e implementos para a lavoura, máquinas de costura, etc.; na década de 1880 o estabelecimento passou a produzir suas próprias máquinas<sup>191</sup>.

Além das fábricas, foram criados inúmeros estabelecimentos comerciais e financeiros a partir de 1870. Dentre eles: o Mercado Grande (primeiro mercado da cidade, 1860); o Banco de Campinas (1872); o Banco dos Lavradores; Casas Comissárias (em 1872 já se somavam oito); companhias de seguro.

No início da década de 1870, a cidade crescia e se urbanizava. Àquela altura, a iluminação pública para viabilizar o trânsito noturno de pessoas, garantir a segurança dos transeuntes e assegurar os “bons costumes” era uma demanda prioritária. Somava-se a isso o temor de que a estrada de ferro chegasse à cidade sem que tivessem sido realizadas as obras de iluminação. A esse respeito, os cidadãos campineiros solicitavam à Câmara Municipal que, na falta de verbas dos cofres públicos, a administração pública se empenhasse numa parceria com os

---

<sup>189</sup> Ema R. CAMILLO, *op. cit.*, p. 66-71.

<sup>190</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.* pp. 31-32.

<sup>191</sup> Ema R. CAMILLO, *op. cit.*, p. 107-117 (Mac Hardy); 118-125 (Arens); Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 32.

munícipes. Enquanto a Câmara Municipal adiava a solução do problema da iluminação, alguns campineiros tomavam providências a esse respeito: os dois lampiões foram instalados, à rua das Campinas Velhas, à custa do rev. Vig. Souza e Oliveira e do Sr. J. P. de Santana Gomes; a iniciativa foi imitada, sendo instalados, posteriormente, alguns postes na rua de Baixo, na rua Direita e no Largo da Matriz Velha (neste, seis bicos de querosene), “tudo por promoção do bolsinho privado dos munícipes”<sup>192</sup>.

Em Abril de 1872, o governo provincial sancionou a lei autorizando a contratação do serviço de iluminação a gás pela Câmara Municipal de Campinas, com auxílio anual à municipalidade de trinta e três contos de réis. A lei provincial concedia o privilégio de vinte e cinco anos ao empresário da iluminação e previa a criação de impostos com aplicação especial à iluminação. Em junho de 1872, a proposta para a iluminação das ruas apresentada pelo comendador Joaquim Egydio de Souza Aranha e outros capitalistas, residentes em Campinas foi acolhida pela Câmara Municipal; cada um dos acionistas participaria com 40:000\$000 rs. Em 1º de Abril de 1875, a *Gazeta de Campinas* informou que teriam sido feitas as primeiras provas de iluminação pública de Campinas, no gasômetro da cidade; pouco depois fora inaugurada a iluminação no Teatro, e nesse mesmo ano as ruas mais importantes da cidade já estariam iluminadas<sup>193</sup>.

Além da iluminação, fazia-se necessário o fornecimento de água potável à população. Em 1873, Sr. Jorge Harrah foi contratado pela Câmara Municipal para estabelecer chafarizes nas principais praças da cidade. Mas, devido a divergências entre o empreiteiro e a edilidade, as obras não foram acabadas, continuando a população, em 1875, a fazer suas provisões de água para o uso doméstico em “umas bicas imundas”, pois ainda faltariam fontes e chafarizes na cidade<sup>194</sup>. Em 1876, alguns casos de febre amarela foram registrados em Campinas e, conseqüentemente, cresceu a preocupação com o abastecimento de

---

<sup>192</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 34-35

<sup>193</sup> Renata BIANCONI, *op.cit.*, p. 35

<sup>194</sup> “Necessidades Municipais”, por Francisco Quirino dos Santos. *Gazeta de Campinas*, 8/12/1875, *apud.* Renata BIANCONI, *op.cit.*, p. 35

água, em condições adequadas de higiene, à população. A solução definitiva para o problema foi alcançada somente na década de 1880, quando a Câmara Municipal sancionou uma lei autorizando a contratação do serviço completo de água potável e esgotos na cidade. Até aquele momento, o abastecimento de água era feito essencialmente através de poços, tanto para as ferrovias e indústrias, quanto para as moradias<sup>195</sup>. Em 1887 foi organizada a *Companhia Campineira de Águas e Esgotos*, presidida por Bento Quirino dos Santos. A direção das obras coube a Francisco de Salles Oliveira Júnior. O serviço de águas foi inaugurado em 1891, e a rede de esgotos em 1892<sup>196</sup>.

Cabe ainda destacar a organização da *Companhia Campineira de Carris de Ferro*, cuja primeira diretoria foi formada por Rafael de A. Sampaio, Bento Quirino dos Santos e Francisco Glicério. Em 25 de Setembro de 1879, foi inaugurada a linha de bondes na cidade de Campinas. No dia seguinte à inauguração, transitaram mais de 700 pessoas pelos poucos carros colocados em circulação. No primeiro mês de operação da linha, entre 26 de Setembro a 25 de Outubro de 1879, 15.249 pessoas utilizaram os serviços de bondes em Campinas, produzindo uma receita de 3:041\$580<sup>197</sup>.

Como resultado do rápido crescimento econômico e populacional de Campinas na década de 1870, surgiram novas demandas sócio-culturais na cidade. Foram criados novos espaços para a convivência social e organizadas associações com fins educacionais, filantrópicos e recreativos, que atendessem aos anseios dos diversos grupos da população.

A primeira grande construção destinada às manifestações culturais em Campinas foi o *Teatro São Carlos*. Em 1847, foi organizada a *Associação Campineira do Teatro São Carlos* responsável pelo patrocínio e administração das obras. As obras do Teatro foram concluídas em 1847. A iniciativa da obra foi dos campineiros Cel. José Franco de Andrade, comendador Manoel Cardoso de

---

<sup>195</sup> J. R. do A. LAPA (1996), *op. cit.*, p. 295.

<sup>196</sup> J. R. do A. LAPA (1996), *op. cit.*, p. 295; Renata BIANCONI, *op.cit.*, pp. 36-37.

<sup>197</sup> Renata BIANCONI, *op.cit.*, p. 37

Almeida e Silva, Sebastião José Xavier de Brito e Francisco de Paula Antunes. Em 1867 o teatro foi restaurado, e toda sua frente construída de novo. Sua nova fachada era considerada muito superior a da maioria dos outros teatros do país. No Teatro exibiram-se orquestras, companhias dramáticas, líricas, ginastas japoneses, zarzuelas espanholas (operetas cômicas), óperas, além de bailes de carnaval, etc<sup>198</sup>. O Teatro inicialmente foi iluminado a querosene, passando a receber a iluminação a gás em 1875<sup>199</sup>.

No início da década de 1872, a cidade carecia de jardins e largos arborizados para o passeio e distração das famílias campineiras. Para atender a essa demanda, no ano de 1876 teve início a construção do *Passeio Público* (atual Centro de Convivência)<sup>200</sup>. Os recursos para a obra vieram de doações de particulares e da municipalidade. O empreendimento contou com a colaboração de diversos fazendeiros que enviaram escravos para o trabalho nas obras. O passeio foi inaurado no ano de 1878<sup>201</sup>.

Também o propósito de oferecer uma opção de lazer à população, foi construído o *Rink Campineiro*, em 1878. Empreenderam a obra os Srs. Antônio Álvaro de Souza Camargo e Camillo Felipe. O Rink Campineiro foi inaugurado em 23 de junho de 1878, com muita animação e grande concorrência de indivíduos, tanto de Campinas como de São Paulo e outras cidades: cerca de 800 pessoas estiveram presentes ao vasto recinto do novo estabelecimento. Transformado em *Teatro Rink* em 1880, o edifício oferecia enorme salão para espetáculos, bailes, conferências etc., tornando-se um dos pontos de encontro da elite campineira. O custo da obra foi da ordem de 16:000\$000, capital fornecido pelos iniciadores e proprietários<sup>202</sup>.

No ano de 1878 foi inaugurado ainda o *Clube de Corridas Campineiro*, iniciativa dos Srs. Francisco de Camargo Penteado, Joaquim Paulino Barboza

---

<sup>198</sup> J.R.A. LAPA(1996), *op. cit.*, p. 155;

<sup>199</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.* pp. 37-38.

<sup>200</sup> J.R.A. LAPA (1996), *op. cit.*, p. 141.

<sup>201</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 38.

<sup>202</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, pp. 38-39.

Aranha e Joaquim Alves de Almeida Salles. O capital necessário para a obra (52:000\$000) foi obtido pela emissão de ações. A inauguração do Prado Campineiro foi verdadeiro acontecimento que atraiu a Campinas um grande número de visitantes das cidades vizinhas. Nos dias de corrida no Hipódromo Campineiro, as Companhias Paulista e Mogiana colocavam trens especiais à disposição da população<sup>203</sup>.

O desenvolvimento urbano implicou ainda na ampliação e diversificação das instituições vinculadas à atividade cultural, em Campinas. As iniciativas compreendem a constituição de diversas sociedades representativas da diversificada composição da sociedade campineira na segunda metade do século XIX. Figuram entre elas: o Clube Semanal (1857); a Sociedade Artística Beneficente (1869); a Sociedade Teatral Bohemia Dramática Campineira (1870); a Sociedade Scandinava de Leitura Norden (1853); a Sociedade Recreio Familiar (1872); a Recreio Juvenil (1868); a Sociedade Recreio Universal (1897); a Sociedade Recreio Comercial (1874); a Terpsichore Familiar (1869); a Jovem Terpsichore (1869); o Club Mozart (1882); o Gabinete de Leitura Campineiro (1865); a Sociedade Cultural Arcádia Luso-Brasileira (1873); o Grêmio Comercial (1889); o Club Amizade (1886); a Sociedade Trabalho e Progresso do Arraial de Souza; a Sociedade Promotora da Instrução (1870); a Sociedade Alemã de Canto Liedertafel Concórdia e Gesangverein Concórdia (1870); Deutscher Handwerker Gesangverein Eintracht (1890); a Sociedade Alemã Gymnastica Infantil (1885); a Sociedade Carnavalesca Campineira (1869); Sociedade Carnavalesca Democráticos (1889); Sociedade Carnavalesca Fenianos, Sociedade União e Progresso (1868); Club Familiar Vinte de Setembro; Sociedade Alemã de Instrução e Leitura; Sociedade Recreio da Mocidade (1869); Sociedade Recreio dos Artistas (1870); Triunfo Campineiro (1878); Lyra campineira (1877); Sociedade Dramática Dezesesseis de Março (1870); Sociedade Dramática Ensaio Campineira; Sociedade de Canto Phil'Euterpe (1871); Loja Maçônica Independência (1867); Loja Maçônica Liberdade e Ordem (1898); Sociedade

---

<sup>203</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 39.

Aurora familiar (1872); Grêmio Girondino (1876); Sociedade Pic-Nic Campestre (1898); Sociedade Musical Philharmonica Artística Campineira (1876); Quarteto dos Irmãos Álvaro; Sociedade P. Bohemia Dramatica (1877); Club de Instrução (1877); Club Flor de Liz; Athletas do Futuro (1887); Club Atlético (1896); Sociedade Musical União Artística; Club Juvenil (1877); Sociedade de Dança Club XX; Sociedade Carlos Gomes (1878); Sociedade Italiana Confederata (1884); Clube Republicano; Club Campineiro (1865); Club Cassino Junior; Club Cassino Campineiro; Club XV (1885); Club Éden Campineiro (1890); Club Gymnastico Portuguez; Clube Dramático 20 de Setembro; Club dos Democráticos; Circolo Italiani Uniti (1881); Sociedade Portuguesa de Beneficência (1883); Sociedade Musical Particular Luiz de Camões (1880); Club Mac-Hardy; Club União comercial (1885); Campinas Library; Recreio Literário de Leitura, Euterpe Infantil, Orquestra Campineira, Artística Campineira, União Artística e Societé Française 14 Juillet (1885), entre outras<sup>204</sup>.

O *Clube Semanal*, recreativo e dançante, foi fundado em 1857, por iniciativa de um grupo de comerciários, entre eles, Bento Quirino dos Santos, Raphael de Abreu Sampaio e Custódio Manoel Alves. O clube promovia freqüentemente leilões beneficentes, bem como saraus e bailes com quadrilhas. Autorizada por portaria do governo imperial de Dezembro de 1870, formou-se a *Associação da Casa do Clube Semanal*, em Janeiro de 1871. Por iniciativa dos sócios fundadores, foi construído o edifício destinado às reuniões as sociedade. Inaugurado em 1º de Janeiro de 1873, o edifício ficou disponível para os bailes da sociedade de dança Clube Semanal e para ser alugado para quaisquer ocasiões<sup>205</sup>.

O *Gabinete de Leitura* de Campinas foi fundado no início da década de 1860, sendo um dos mais antigos da província. Essa foi a associação literária mais antiga de Campinas. A instituição disponibilizava ao público um acervo que em 1873 (ano em que o presidente da associação era Francisco Quirino dos

<sup>204</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, p. 286.

<sup>205</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, pp. 39-40; José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*

Santos) chegava a 1.000 volumes. Em 1886, o acervo chegou a 2600 volumes. A sociedade foi dissolvida em 1891 e seu acervo foi doado à Intendência, que formou a Biblioteca Municipal. Posteriormente, na prefeitura de Orosimbo Maia, a Biblioteca Municipal foi extinta, e seu acervo doado ao Centro de Ciências, Letras e Artes, fundado em 1901, e que se projetava como grande pólo cultural da cidade<sup>206</sup>.

Fundada em 1869 por iniciativa de Antônio Pompeu de Camargo e Joaquim Bonifácio do Amaral (posteriormente, Barão de Indaiatuba), a *Associação Culto à Ciência* era formada por fazendeiros, industriais, comerciantes e homens graduados nas ciências. O objetivo da associação era facilitar e difundir o ensino primário e secundário na cidade de Campinas. A associação emitiu ações cujo produto foi aplicado na construção de um edifício para abrigar um colégio com capacidade para cem alunos. A sociedade Culto à Ciência deveria manter, às suas custas, uma aula de ensino primário gratuito, a fim de atender às classes menos favorecidas. O edifício do Colégio, concluído em Dezembro de 1873, alcançou o custo de 70 contos de réis: apenas 38 contos teriam sido arrecadados dos sócios, sendo que o Comend. J. Bonifácio teria entrado com os 32 contos que faltavam para as despesas (sem prêmio). Conforme comentário da Gazeta, de 1/1/1874: “O nosso município dá um exemplo novo, entretanto, para todo o país: é o da corporação que se ergue no seio dos próprios habitantes para cuidar de si e por si mesmo na instrução pública – o imenso ideal dos povos na atualidade – levantando um magnífico edifício para aulas e instituindo um professorado hábil e condigno”<sup>207</sup>. A sociedade Culto à Ciência foi extinta em 1892 e, em seu lugar foi criado no ano de 1895 o *Ginásio de Campinas*.

O imigrantes estabelecidos em Campinas também criaram suas próprias associações. Dentre elas destacou-se a *Sociedade Alemã de Instrução e Leitura*. Fundada em 1863, a associação era composta de alemães e pessoas de outras nacionalidades (de língua alemã), e tinha como finalidade a educação dos filhos

---

<sup>206</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 40; José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*

<sup>207</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, pp. 40-41; José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*

dos sócios, por meio de boa escola criada pela associação. No ano de 1870, a *Sociedade Alemã* possuía 75 sócios e, sob a direção de Hufen Baecher e esposa, sustentava uma escola frequentada por 45 alunos e ainda uma biblioteca com cerca de 600 volumes. Também estava sob sua administração o Cemitério Protestante, que além de protestantes, aceitava sepultar aqueles não aceitos nos cemitérios católicos, sem distinção de religião. Em 1870, a presidência da sociedade estava a cargo de Alberto Müller, passando a Francisco Krug no ano seguinte<sup>208</sup>.

Por fim, destacamos dentre as instituições culturais e educacionais fundadas em Campinas nas últimas décadas do Império o *Colégio Internacional*. Fundado por uma associação de protestantes norte-americanos, em 1872, o colégio visava a educação e a propaganda presbiteriana. Oferecia ensino primário e secundário a ambos os sexos, lecionando primeiras letras, latim, prolegômenos de grego, retórica, geografia, álgebra, aritmética, geometria, português, alemão, francês e inglês. Estiveram na Diretoria do Colégio os senhores E. Lane e Nash Morton, pastores da Igreja Portestante existente em Campinas desde 1870<sup>209</sup>.

#### 4.2. SAÚDE PÚBLICA, EPIDEMIAS E FILANTROPIA NA CAMPINAS IMPERIAL

No conjunto de variáveis envolvidas nesse processo “modernizante”, a saúde pública destacou-se dentre as preocupações do poder público e da sociedade. Contudo, naquele momento, as preocupações relativas à saúde significaram limpeza pública, principalmente, melhorias visuais e olfativas do espaço urbano. Nesse sentido, pode-se afirmar que houve uma conjugação de esforços entre as esferas pública e privada de poder no tratamento da saúde

---

<sup>208</sup> Renata BIANCONI, op. cit., p. 41.

<sup>209</sup> Renata BIANCONI, op. cit., pp. 41-42.

pública que, visando a transformação do espaço urbano num espaço agradável, socializaram tanto a execução como custos da manutenção da limpeza pública.

Apesar da crescente preocupação com a higienização da cidade, as ações relativas à saúde pública mostraram-se insuficientes frente às necessidades impostas pelo desenvolvimento urbano, uma vez que “(...) os investimentos do poder público e da iniciativa privada nessa direção estão longe de responder à complexidade e ao porte das obras que se exigiam nesse sentido”<sup>210</sup>.

Na segunda metade do século XIX, em meio ao desenvolvimento da economia cafeeira e aos surtos epidêmicos que assolavam particularmente a população carente da cidade, o poder público e a iniciativa privada experimentaram, pela primeira vez, uma coordenação de esforços no enfrentamento dos problemas sanitários e epidemiológicos da urbe. Portanto, ainda que contraditório, foi no enfrentamento dos problemas relativos à saúde pública que a iniciativa filantrópica privada desenvolveu-se em Campinas, contando com a participação marginal do poder público.

Talvez a iniciativa mais relevante do poder público no que se refere à saúde tenha sido a obrigatoriedade da vacinação pública, cujo descumprimento custaria ao infrator multa de 1 a 3\$000 réis<sup>211</sup>. Apesar da vacinação obrigatória ter sido instituída em São Paulo em 1805, somente na segunda metade do século XIX, sob responsabilidade da Câmara Municipal, ela foi sistematicamente observada em Campinas.

O combate aos surtos epidêmicos era ainda dificultado pela atitude preconceituosa da população em relação aos hospitais (considerados antecâmaras da morte). Assim, as pessoas que dispunham de recursos materiais optavam pelo atendimento em casa, atitude que ocasionava o protesto dos sanitaristas. Diante dessa realidade, verifica-se o esforço da comunidade médica para desfazer essa imagem da assistência hospitalar.

---

<sup>210</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, p. 184.

<sup>211</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, p. 243.

A primeira intervenção hospitalar relevante da municipalidade foi a construção do hospital de variolosos, impulsionada pelos recorrentes surtos epidêmicos que acometeram a cidade a partir da década de 1850. Em 1874, através de donativos, iniciou-se a edificação de um hospital para atender aos doentes de varíola, moléstia que fez 77 vítimas na cidade entre os meses de Dezembro de 1874 e Fevereiro de 1875. No início de 1876 foi concluído o Hospital de Variolosos, “feito a expensas de uma subscrição corrida entre o povo, por uma comissão nomeada pela Câmara (...)”<sup>212</sup>; O referido hospital, que era mantido e administrado pela Câmara Municipal, fora construído e oferecido à cidade pelo Coronel Joaquim Quirino dos Santos. A iniciativa, contudo, não foi suficiente para conter a doença, uma vez que a vacina não era ministrada de forma sistemática no município e o hospital não possuía condições higiênicas adequadas, nem espaço e enfermeiros suficientes para o tratamento das pessoas atacadas de varíola.

Em 1882, continuavam os pedidos na imprensa local de providências para evitar que a doença, já instalada na cidade, assumisse proporções assustadoras. Solicitava-se à Câmara e ao delegado de polícia que houvesse empenho para a vacinação e revacinação da população. Em 1886, reiteradas queixas ainda eram feitas sobre o estado do Hospital de Variolosos: a epidemia da varíola estaria fazendo estragos consideráveis na cidade, sem que aparecessem, por parte dos poderes competentes, providências para debelar tal calamidade. As péssimas condições do hospital somadas às perigosas condições higiênicas da cidade estariam causando a permanência da epidemia<sup>213</sup>.

Em 1885, ao final de mais uma epidemia de varíola na cidade, a Câmara cogitou fechar o respectivo hospital, mas a idéia logo foi afastada com o reaparecimento de focos de epidemia, no início de 1887. A recorrência da epidemia era atribuída à falta de medidas higiênicas na cidade: o Hospital de Variolosos estaria em má situação e o serviço de vacinação não teria encontrado

---

<sup>212</sup> “Recordações e Documentário”, *Santa Casa de Misericórdia de Campinas: Primeiro Centenário – MDCCCLXXI – MCMLXXI*, pp. 65-69.

<sup>213</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, pp. 52-53.

adesão por parte da população. Nesse sentido, sugeria-se aos poderes competentes que obrigassem a população a tomar a vacina, único meio profilático contra a doença, além de efetuar o isolamento dos doentes e a desinfecção das casas onde ocorreram casos de varíola<sup>214</sup>.

Além da varíola, outra doença infecto-contagiosa assombrava a sociedade campineira na segunda metade do século XIX pela degradação física, biológica e estética, do paciente – a lepra. Sem dúvida alguma, a lepra (morféia ou ainda “mal de São Lázaro”) foi a mais estigmatizada das doenças do período, condenando o enfermo em vida e exigindo a identificação imediata e o confinamento forçado. O crescimento do número de enfermos e a afluência de enfermos para a região de Campinas exigiu do poder público a criação de uma instituição para o confinamento e amparo dos doentes diante da repulsa da população.

**“Errantes, entregues a um nomadismo solidário diante das dificuldades de obter trabalho que lhes assegurasse a sobrevivência e perante a sua própria aparência que os constrangia e os outros, dada a repugnância pelas deformações do corpo e o temor do contágio. Agravava-se esse quadro pelas reações comportamentais tanto da comunidade quanto dos enfermos, esses muitas vezes identificados como meliantes perversos, quando não delinqüentes, envolvidos por uma carga preconceituosa”<sup>215</sup>.**

Assim sendo, inaugurou-se, por iniciativa da Câmara Municipal sob a presidência de Floriano Camargo Penteado (1861-1864), em agosto 1863, o Asilo de Morféticos da cidade, a terceira instituição do gênero inaugurada na província. Além do recém-fundado Asilo de Morféticos de Campinas, havia apenas uma instituição na capital e outra em Itu. Em princípio o Asilo de Morféticos era mantido a custa de esmolas recolhidas de porta em porta e com um auxílio mensal de 20\$000 concedido pela Sociedade Artística Beneficente, além de um pequeno imposto municipal estabelecido em 1865. Posteriormente, o Asilo passou a ser custeado pela Câmara Municipal. O médico Dr. Guilherme Bolliger,

<sup>214</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 53

<sup>215</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, p. 229.

que também desempenhou importante papel no corpo clínico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, atuou como médico do Asilo de 1900 a 1928. Em razão das precárias condições em que se encontrava o Asilo, em 1878, a Câmara Municipal, sob a presidência de José Bonifácio da Silva Pontes, construiu um novo edifício para o Asilo nas vizinhanças do córrego do Piçarrão, afastado cerca de 800 metros do edifício antigo<sup>216</sup>.

Na década de 1880, a questão da higiene pública mantinha-se como uma das maiores preocupações dos cidadãos ilustrados de Campinas. Acreditava-se que em razão de suas condições topográficas, Campinas necessitaria de maiores cuidados para evitar as epidemias. Dentre as causas da insalubridade urbana figuravam o forte calor no verão e a falta de água sem elementos nocivos para o consumo local. O abastecimento de água à população era feito através do serviço de carroceiros, e eram constantes as queixas sobre a qualidade da água distribuída por esses vendedores. Na imprensa campineira, circulava a idéia de que a péssima qualidade da água seria uma das justificativas para que o município de Campinas, com cerca de 40.000 habitantes, exibisse um obituário que rivalizava com o de cidades como Recife (90.000 habitantes), ou São Paulo e Porto Alegre, com 50.000 habitantes. Em Campinas, chegava-se a enterrar onze cadáveres num só dia, sendo a média local de cinco casos de morte por dia, as mesma das cidades citadas<sup>217</sup>.

No ano de 1881, a Assembléia Provincial autorizou a Câmara Municipal de Campinas a conceder privilégio por sessenta anos para o estabelecimento e custeio do serviço completo de água potável e esgotos em Campinas, aos senhores Cel. Joaquim Quirino dos Santos, Bento Quirino dos Santos, Dr. Antero de Paula Souza e ao engenheiro Roberto Normanthon. Organizada a empresa, iniciaram-se os estudos para a implementação desse melhoramento em Campinas. Em 1885, o engenheiro Normanthon solicitaria à Câmara que se interviesse junto ao governo geral para a isenção de direitos de alfândega sobre o

---

<sup>216</sup> Carlos F. de PAULA (1952). "Assistência Pública", p. 494.

<sup>217</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 53.

material para as obras, todo importado da Europa. Já em 1886, os fundadores da *Companhia Campineira de Águas e Esgotos* convidariam capitalistas, proprietários e demais interessados a subscreverem ações da empresa, no escritório da Casa Comercial Santos, Irmão & Nogueira. Finalmente, em 1887, seriam iniciados os trabalhos preliminares, prevendo-se um prazo de três anos para a conclusão das obras<sup>218</sup>.

Em 1887, foram nomeadas pela Câmara Municipal Comissões Higiênicas que passaram a percorrer os domicílios e aconselhar a adoção de medidas higiênicas, como evitar a aglomeração de indivíduos em habitações, não despejar águas servidas nas ruas da cidade, etc. Mas, as condições de salubridade do município só melhorariam com o funcionamento da Cia de Águas e Esgotos da cidade<sup>219</sup>.

O ano de 1889, último do Império, marcou o início de uma sucessão de epidemias de febre amarela em Campinas. Embora não tenha sido o mais duradouro ou o mais mortal, o primeiro surto foi o que espalhou temor e pânico na população. A partir de 1889, a febre amarela passou a incidir regularmente nas cidades de Santos e Campinas, daí se disseminando para o restante do estado, em surtos fortemente correlacionados com a entrada das levas de imigrantes e com o transporte ferroviário. Telarolli Junior (1996) refere-se ao temor de que o grande número de vítimas da febre amarela entre os ferroviários da cidade e da região prejudicasse o funcionamento da Companhia paulista. De acordo com o autor:

“(...) Na epidemia de 1889, em Campinas, por exemplo, foram registradas as mortes de 90 ferroviários, levando a direção da Paulista, apesar da inexistência de benefícios previdenciários naquele momento, a cogitar a criação de um auxílio para as viúvas de empregados que morressem em seu posto durante a epidemia, ‘sob a forma de esmola’, com o intuito de ‘animar’ o pessoal no caso de um novo surto da ‘terrível febre de Campinas’. Em Limeira, a direção da Companhia Paulista também recorreu a benefícios pecuniários para reduzir a debandada de seus funcionários durante a epidemia de 1896, aumentando o salário dos

---

<sup>218</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 54

<sup>219</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, pp. 53-54.

empregados lotados na estação da estrada de ferro enquanto houvesse casos de febre amarela”<sup>220</sup>.

Quando, em 1889, eclodiu a primeira epidemia de febre amarela em Campinas, criou-se um clima de calamidade. “As notícias do sofrimento de Campinas devastada em abril pela epidemia, levaram os órgãos da imprensa da Corte, em manifestação inédita, a se congregarem e a lançarem uma intensa campanha em benefício da população campineira”<sup>221</sup>. A sociedade carioca disponibilizou vultosa coleta de recursos, roupas e alimentos.

A epidemia de 1889 provocou êxodo generalizado. Em 1890, houve um abandono em massa da cidade, e sua população, composta em grande parte por estrangeiros, reduziu-se de vinte mil para cerca de cinco mil pessoas. O Colégio Florence, após vinte e cinco anos de atividade em Campinas, fechou as portas em março de 1889 “(...) fazendo recolher as alumnas a casa de seus paes”. Em agosto do mesmo ano, o colégio foi reaberto em Jundiaí, “(...) onde havia muitas famílias de suas alunas e o clima mais frio”<sup>222</sup>. O Colégio Florence é apenas um exemplo de um movimento que ocorreu com alguma freqüência. O comércio, açougues, hotéis e fórum fecharam as portas. A parcela mais abastada da população, incluindo-se médicos, titulares do Império e fazendeiros partiu da urbe infectada. Assim sendo, as camadas baixa e média da população, sem alternativas de fuga, foram a parcela mais atingida pela epidemia. “A morte instalara-se impiedosamente, e um caminhão percorria as ruas da cidade, à tarde, para recolher os corpos, a fim de agilizar os sepultamentos, que se davam à noite para evitar o contágio. Todos os colchões e pertences dos mortos eram incinerados”<sup>223</sup>.

A Santa Casa de Misericórdia foi a primeira a providenciar uma enfermaria específica, e um hospital ambulante aberto. Algumas das pessoas envolvidas

---

<sup>220</sup> Rodolpho TELAROLLI JUNIOR (1996), p. 43.

<sup>221</sup> Lycurgo de Castro SANTOS FILHO e José Nogueira NOVAES (1996). *A Febre Amarela em Campinas, 1889 – 1900*, p. 60.

<sup>222</sup> Ana Maria Melo NEGRÃO (2002). *Infância, Educação e Direitos Sociais: “Asilo de Órfãs” (1870-1960)*, p. 70.

<sup>223</sup> Ana Maria Melo NEGRÃO. *op. cit.* p. 71.

nesse projeto assistencial contraíram a doença e faleceram. No ano de 1889, faleceu a Irmã Maria dos Seraphins Favre – a Irmã Serafina. No mesmo ano, a Santa Casa perdeu o médico Dr. João Guilherme Costa Aguiar que “trabalhou intensamente e gratuitamente” na “enfermaria municipal instalado no edifício do Circolo Italiani Uniti”<sup>224</sup>.

Dentre as conseqüências das epidemias no século XIX estão o surgimento de uma legião de órfãos, mendicantes e todo tipo de desamparados que vagavam pela cidade esmolando, roubando e saqueando. A cidade respondeu a esse movimento com a criação de inúmeras instituições para os desvalidos. Entre elas: Lyceu de Artes e Ofícios<sup>225</sup> (1897, mais tarde Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora), destinado a abrigar órfãos e abandonados; Sociedade São Vicente de Paula (1892)<sup>226</sup>; Asilo de Mendigos<sup>227</sup> (1904, Mais tarde Asilo de inválidos, hoje Lar dos Velhinhos), destinado aos adultos desassistidos; a Sociedade Protetora dos Pobres (1889), que promoveu campanhas e distribuiu alimentos, roupas e dinheiro aos necessitados; Sociedade Cruz Verde (1889), associação de

<sup>224</sup> Lycurgo de Castro SANTOS FILHO e José Nogueira NOVAES. *op. cit.*, p. 77.

<sup>225</sup> Fundado por incitativa de D. Maria Umbelinda Couto (esposa do comerciante Antônio Francisco de Andrade Couto), o Liceu teve sua pedra fundamental lançada em 1892. Contudo, as obras do “majestoso” edifício arrastaram-se por cinco anos. E, em julho de 1897, inaugurou-se parte do prédio em que começou a funcionar, sob a orientação dos padres salesianos, o Liceu de Artes e Ofício (Paula, 1952: 494).

<sup>226</sup> Formada exclusivamente por homens católicos, a sociedade São Vicente de Paula estava voltada para a assistência aos pobres, fornecendo-lhes, além de esmolas, conforto moral e espiritual. Estabelecida em vários países, a associação, originalmente denominada “Conferência de Caridade”, estabeleceu-se em Campinas pela primeira vez em 1891, com o nome de Santa Cruz (uma vez que as reuniões eram realizadas na matriz de Santa Cruz, atualmente Carmo). Dentre os primeiros benfeitores destacaram-se o cônego João Batista Correia Néri (então vigário da matriz de Santa Cruz e, posteriormente, primeiro bispo de Campinas), padre Camilo Passalacqua (auxiliar da matriz da Conceição, hoje catedral), dr. Alberto Saladino de Aguiar, dr. Luís Silvério Alves Cruz, João Lopes da Silva, Zeferino Antônio Vieira, Francisco Antônio Ladeira, Padre Manuel Ribas de Ávila (posteriormente monsenhor), Afonso Luís de Paula, Vicente Leite Penteado e Inácio Pelegrini (Paula, 1952: 486).

<sup>227</sup> Por iniciativa do dr. Paulo Machado Florence, então delegado de polícia, foi fundado em 25 de julho de 1904 o Asilo de Mendigos, voltado, como o próprio nome diz, para assistência à mendicidade. Por causa do grande número de pessoas com problemas físicos e mentais que buscavam abrigo no asilo, em 1905 seu nome foi mudado para Asilo de Inválidos. Em seus primeiros tempos, estiveram à frente da instituição Orosimbo Maia (presidente), dr. Alberto Sarmento (vice-presidente), Joaquim Villac (1º secretário), Tito Martins Ferreira (2º Secretário), Antônio Egídio Nogueira (tesoureiro), Joaquim Augusto de Faria Cardoso (procurador) e, Vitalino Ferraz (mordomo). A instituição abrigava nos primeiros anos de funcionamento cerca de 200 pobres em estado de invalidez, majoritariamente idosos, de ambos os sexos. Do Asilo os desvalidos recebiam alimentação, roupas, assistência médica e remédios (Paula, 1952: 478)

brasileiros e italianos cujo objetivo era a prestação de socorro aos indigentes vítimas da febre amarela; Sociedade Amiga dos Pobres<sup>228</sup> (1903) que dedicava-se ao fornecimento de abrigo noturno para os destituídos de habitação.

Além das epidemias, outro importante problema sanitário da década de 1880 era o abatimento irregular de animais para o consumo público. Datam do início da década de 1870 as reivindicações para a criação de um novo matadouro. Contudo, as providências efetivas apenas seriam levadas a cabo na década seguinte. No ano de 1879, organizou-se em Campinas A *Companhia Campineira Matadouro Municipal*, com o propósito de realizar o melhoramento. A *Companhia Campineira Matadouro Municipal* elegeu sua diretoria provisória em 14 de dezembro de 1879, composta por: Francisco Glicério (presidente), Bento Quirino (tesoureiro) e Squire Sampson (secretário). Àquela altura, avaliou-se que o capital necessário ao empreendimento somava 100:000\$000, o qual foi dividido em 1000 ações de 100\$000, totalmente subscritas. A planta do novo prédio foi feita pelo engenheiro Ramos de Azevedo (responsável por diversos projetos em Campinas e na capital paulista). A Câmara Municipal concedeu o privilégio de exploração à Cia Matadouro Municipal por sessenta anos. O projeto foi ainda autorizado pela Assembléia Provincial e sancionado pelo presidente da província no primeiro semestre de 1880. O edifício para abatimento e corte de gado, obra considerada de primeira ordem, foi concluído em meados de 1884<sup>229</sup>.

A preocupação com questões relativas à saúde pública na segunda metade do século XIX resultou na criação de uma rede de hospitais, enfermarias, clínicas, asilos e estabelecimentos de isolamento, sempre liderados pela iniciativa particular, sensível à demanda do mercado. Da mesma forma, impulsionou

---

<sup>228</sup> A sociedade amiga dos pobres foi fundada em 5 de dezembro de 1903, por iniciativa de Reinaldo Laubenstein, Jorge Willmesdorf e Henrique Ihan. Em seus primeiros anos de funcionamento, a sociedade oferecia abrigo noturno para os pobres que, até então, passavam a noite ao relento no armazém de cargas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Em 1907, foi inaugurado o edifício da instituição que, a partir de então, sediava também uma escola diurna para crianças pobres (Paula, 1952: 482).

<sup>229</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, pp. 51-52.

também as iniciativas filantrópicas na área, entre as quais destaca-se a *Santa Casa de Misericórdia de Campinas*.

A Santa Casa de Misericórdia era considerada uma das melhores instituições hospitalares de Campinas, e seu notável desenvolvimento permitia que fosse comparada aos estabelecimentos de melhor fama nas províncias. Ao longo do tempo foi incrementada a órbita de suas funções e, no final da década de 1880, a Santa Casa já contava com melhoramentos como um compartimento para velhos e inválidos, enfermaria de cirurgia para mulheres e enfermaria para crianças desvalidas, além da expansão do asilo anexo ao hospital.

Também gozando de grande respeitabilidade, a *Sociedade Portuguesa de Beneficência* merece destaque entre as instituições fundadas na década de 1870, em Campinas. Organizada em 20 de Julho de 1873, pelo então agente consular Francisco Gonçalves Ferreira Novo, a Sociedade Portuguesa de Beneficência consistiu numa associação entre membros da colônia portuguesa com o objetivo de construir um hospital para o tratamento dos sócios pobres ou para pessoas de suas famílias. O hospital foi inaugurado em 1879, e anexo ao hospital passou a funcionar um estabelecimento hidroterápico para o público.

O hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas era tido como um modelo em estabelecimento do gênero, por funcionar em ambiente arejado, com quartos espaçosos e não adotar o sistema de enfermarias, o que evitava a contaminação do ar respirado pelos enfermos. O estabelecimento hidroterápico do edifício era considerado o primeiro de toda a província. Segundo um jornal da Corte, nem todos os portugueses com recursos da cidade contribuiriam para a manutenção da Beneficência Portuguesa de Campinas, o que ainda impediria que suas posses se iguallassem às do estabelecimento da capital. No entanto, alguns brasileiros também colaboravam com a Sociedade, prestando importantes serviços à mesma, como Francisco Glicério, influência política na província, e Campos Salles, deputado geral nessa época, que atuava

gratuitamente como advogado da associação. No ano de 1900 já seriam 3.000 os sócios matriculados na Beneficência Portuguesa de Campinas<sup>230</sup>.

Além das instituições assistenciais, a cidade desenvolveu um amplo espectro de instituições hospitalares e enfermarias dentre as quais destacamos: Casa de Saúde dirigida pelo Dr. Philemon de Cuvillon (1868); Casa de Saúde “Senhor Bom Jesus”, dirigida pelo Dr. Valentim José da Silveira Lopes (1871); Casa de Saúde São Vicente (1872); Sociedade Portuguesa de Beneficência (1873), que em 1877 lançou a pedra fundamental de seu hospital; Casa de Saúde do Dr. Germano Melcher (1875); Casa de Saúde do médico James Mc. Fadden Gaston (1878); Cicolo Italiani Uniti (1881) e a enfermaria do Dr. Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga (1875). Contudo, nenhuma dessas instituições representou tão bem a assistência às populações carentes como a Santa Casa de Misericórdia.

Também merece destaque o papel que os médicos tiveram na sociedade campineira da segunda metade do século XIX. Diante da demanda crescente pela assistência médica decorrente dos surtos epidêmicos, a cidade atraiu tanto médicos brasileiros vindos de outras regiões do país, como médicos estrangeiros que aqui encontraram uma oportunidade de se estabelecerem na sociedade brasileira<sup>231</sup>.

---

<sup>230</sup> Renata BIANCONI, *op. cit.*, p. 43.

<sup>231</sup> LAPA (1996) faz um levantamento de alguns dos médicos estrangeiros que atuaram em Campinas no referido período: os italianos Ignácio Emílio Achilles Betholdi (doutor em medicina e cirurgia pela Universidade Imperial e Real de Pavia, Itália) e Clemente de Toffoli (formado pela Universidade de Pádua, Itália); os irlandeses Ricardo Gumbleton Daunt (formado pela Faculdade de Medicina de Edimburgo) e Eduardo Lane; o dinamarquês João Theodoro Henrique Langaard (Theodoro Johannis Henrique Langaard, formado pela Faculdade de Kiel); o francês Fillemon de Cuvillon (Philemon de Cuvillon, formado pela Academia de Medicina da França); os alemães Julio Atathem Lehmann, George Krug e Germano Frederico Eduardo Malchert (este formado pela Faculdade de Medicina de Munique, Alemanha); o austríaco Carlos Engler (formado pela Universidade de Bruxelas); os norte-americanos James Mc Fadden Gaston (deste só se sabe ter sido natural da cidade de Atlanta, na Geórgia, EUA) e Georges Scarborough Barnskey (formado pela Faculdade de Medicina da Virgínia, EUA), Otto Rudolph Kupffer (formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro); os portugueses Joaquim Fernando da Fonseca, André Braz Chabreo e Valentim José da Silveira Lopes (este formado pela Faculdade de Medicina de Rostock, Alemanha). Dentre os Homeopatas, o autor destaca o francês Laroche Gaspar (1848) e o espanhol José Lassala y Mercadier, Barão d' Altura. Entre os farmacêuticos estrangeiros destacam-se: Jorge Guilherme Krug (alemão), Otto Langaard (dinamarquês), Axel E. Severin (sueco), Jacob Bollinger

Apesar das diversas iniciativas do gênero na cidade ao longo do período estudado, uma instituição mereceu destaque especial: a Santa Casa de Misericórdia. No referente à natureza dos serviços prestados, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas destacou-se pela atenção especial à pobreza e à escravidão. A Santa Casa de Misericórdia “(...) representou, para a saúde pública, a iniciativa de maior significação no gênero e permanece até hoje como um paradigma”<sup>232</sup>. A seguir faremos algumas considerações acerca da fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia em Campinas.

---

(suíço), os irmãos Carl Johan e Alfredo Bjorberg (alemães), Alberto Forsell (sueco). José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, pp. 271-272

<sup>232</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, p. 218.

## CAPÍTULO 5

### ASPECTOS DA FUNDAÇÃO DA MISERICÓRDIA CAMPINEIRA

O primeiro impulso à edificação de um hospital de caridade em Campinas data de 1857. Naquela ocasião, foi agenciada na cidade uma subscrição de 30:000\$000 rs. Contudo, “(...) em consequencia de apparecerem duvidas sobre a localidade, em que se devia construir o Edificio, não se começaram ainda os respectivos trabalhos”<sup>233</sup>. Essa carência urbana seria solucionada somente na década de 1870, com a construção do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

A fundação da Misericórdia em Campinas foi um marco na prática assistencial da cidade. Antes da fundação do hospital da Misericórdia – o Hospital de Caridade –, as ações relativas à filantropia caracterizavam-se pela pulverização e individualização das ações assistenciais. Além disso, as enfermarias, responsáveis até então pela assistência aos doentes, possuíam alcance limitado e distanciavam-se do atendimento aos carentes, uma vez que cobravam pelos serviços prestados. Assim sendo, a fundação da Santa Casa de Misericórdia e de seu Hospital de Caridade representou um processo de racionalização institucional da filantropia a serviço da sociedade. Chama a atenção a mobilização da sociedade campineira para a edificação do hospital (Anexo I).

**“A sua movimentação é impressionante, por haver conseguido mobilizar, ao longo da construção do hospital, instituições e pessoas de Campinas e da região, além de ter sensibilizado a capital da província nesse sentido, e mesmo a corte, onde recebeu adesões lideradas pelo próprio Imperador D.**

---

<sup>233</sup> Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor Senador José Joaquim Fernandes Torres, presidente da Provincia de S. Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial no anno de 1858, p. 11.

**Pedro II. De grandes instituições, como a Companhia Mojiana e Estradas de Ferro, passando pelos que já integravam o aparato filantrópico local, até chegar a pessoas reconhecidamente pobres, houve um movimento, que se traduziu na doação de tijolos, pedra, madeira, transporte, paramentos, animais, roupas, arranjos, de cama, canos, telhas, areia, cal, jóias de ouro, alimentos para os animais, ações, aluguéis doados em favor do hospital, logrando viabilizar o ambicioso projeto. Algumas firmas faziam doações vultosas, como os Irmãos Bierrenbach, que concorreram com 50 camas de ferro por ocasião da inauguração do prédio”<sup>234</sup>.**

Desde sua fundação em 1871 pelo padre Joaquim José Vieira, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas expressava as peculiares relações entre a Igreja, o poder central e os poderes locais no Segundo Reinado. Segundo a biografia de Joaquim José Vieira, feita por Reimão (1917), o referido padre prestou, em 1863, concurso para a paróquia de Campinas (cargo que já assumia interinamente) e obteve o primeiro lugar na classificação geral. Não obstante, foi indicado ao Imperador pela municipalidade (Câmara local) para assumir o paróquio da cidade. Entretanto, “o gabinete liberal de então, fazendo a política regalista, propôs e obteve a nomeação de outro vigário, de serviços ao partido”<sup>235</sup>. A partir de seu afastamento da direção paroquial, padre Vieira dedicou-se à idéia de fundar o hospital para os pobres, o hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Em verdade, já houvera um esforço anterior de construir em Campinas o hospital da Misericórdia sem, contudo, conseguir mobilizar quantidade suficiente de beneméritos.

As atividades como pároco e, principalmente, a fundação da Santa Casa de Misericórdia conferiram ao padre Vieira grande notoriedade já que, apesar do seu desenvolvimento urbano, de sua importância na economia cafeeira e de sua prosperidade, a cidade não dispunha de instituições pias para assistir à sua crescente população pobre. A importância dada à edificação de um hospital de caridade em Campinas é ainda maior se considerarmos que a prosperidade econômica e o acelerado processo de urbanização tornavam crescente a parcela

---

<sup>234</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, p. 219.

<sup>235</sup> Monsenhor Antônio Pereira, REIMÃO (1972). “Dom Joaquim José Vieira: traços bibliográficos”, 49-50.

da população a que a Misericórdia destinava seus serviços: os pobres e os indigentes. Tanto assim que, em 1876, a Câmara Municipal de Campinas dirigiu-lhe um ofício atestando seu reconhecimento pelos serviços prestados ao município com a construção da Santa Casa. Seguiram a nomeação a Cônego da Catedral de São Paulo, a homenagem da Câmara Municipal dando seu nome à rua de acesso à Misericórdia e a agraciação com o hábito de Cristo pelo Governo Imperial. Em 1883, Joaquim José Vieira é eleito Bispo do Ceará e, como tal, funda, em 1884, a União do Clero (associação destinada à assistência de padres que, por velhice ou doença, estejam sujeitos à indigência). Finalmente, o Papa Pio X elevou Vieira à categoria de Arcebispo da Igreja titular de Cirro, por decreto de 14 de setembro de 1913, em reconhecimento aos grandes serviços prestados durante os trinta anos de episcopado<sup>236</sup>.

O episódio que impulsiona o vigário à construção de um hospital para pobres nos dá indícios, em primeiro lugar, de uma complexa articulação de poderes no Império. Mais do que isso, o episódio evidencia um conjunto aparentemente heterogêneo e conflituoso de elementos que, em essência, constituem um só segmento – a oligarquia cafeeira e seus desdobramentos urbanos. Além disso, considerando-se o reconhecimento obtido pelo padre Vieira em virtude de sua ação caritativa, pode-se ter uma idéia aproximada da importância do hospital para a assistência aos desvalidos, respaldado por uma irmandade de reconhecido prestígio por meio da qual cidadãos proeminentes da urbe vêm à tona.

Desde a mobilização dos primeiros esforços à constituição do hospital de caridade, ficou evidente que se poderia contar com destacados segmentos da sociedade campineira e paulista de então. Antes de nos adiantarmos às motivações para o exercício da caridade, é necessário identificar alguns dos principais bemfeitores da construção do hospital.

---

<sup>236</sup> Monsenhor, Antônio Pereira, REIMÃO, *op. cit.*, pp. 50-54.

Os primeiros donativos pecuniários para a edificação do hospital de caridade foram feitos por Antônio Manuel Proença<sup>237</sup>, 362\$820 réis, e por D. Maria Custódia Pinto Nunes<sup>238</sup>, 500\$000 (quinhentos contos de réis). O terreno em que foi erguido o hospital, localizado no Bairro Cambuí, foi doado por Maria Felicíssima de Abreu Soares<sup>239</sup>, viúva do Comendador Joaquim José Soares de Carvalho, reconhecidamente uma das principais benfeitoras da instituição. Àquela época, o terreno fora avaliado em 4:000\$000 (quatro mil contos de réis)<sup>240</sup>.

Coube ao ilustrado reitor do Seminário de São Paulo, frei Eugênio de Rumilly<sup>241</sup>, a incumbência de confeccionar a planta do hospital. Por vezes a planta primitiva do hospital fora modificada, mas a primeira e mais importante dessas modificações adveio da doação feita pelo membro do Partido Liberal e abastado fazendeiro nos municípios de Campinas e Monte-mór, José Bonifácio de Campos Ferraz<sup>242</sup> de uma capela adjunta ao hospital. Em cumprimento a um voto, o benfeitor comprometeu-se a construir uma capela à Nossa Senhora da Boa Morte na cidade de Campinas. Naquela ocasião, diante da necessidade de se construir uma Capela em que os enfermos pudessem orar pelo restabelecimento da saúde

---

<sup>237</sup> “Antônio Manuel Proença casou-se em Campinas com D. Genoveva Soares de Abreu, filha do comendador Joaquim José Soares de Carvalho e de D. Maria Felicíssima de Abreu. Foi proprietário da fazenda “Chácara Proença” que era o antigo engenho do Padre Manuel José Fernandes Pinto”. Carlos F. de PAULA (1972). “A Santa Casa de Misericórdia de Campinas (Monografia histórica até o 70º aniversário da inauguração)”, p. 84.

<sup>238</sup> D. Maria Custódia Pinto era casada com José Pinto Nunes, benemérito e um dos fundadores da Irmandade de Misericórdia.

<sup>239</sup> Segundo PAULA (1972), a benemérita D. Maria Felicíssima de Abreu Soares descende de uma distinta família campineira. “D. Maria Felicíssima de Abreu, filha de Cláudio Fernandes de São Paio e D. Rosa Maria de Abreu, foi afilhada e herdeira do padre Manuel José Fernandes Pinto, senhor de engenho; casou-se com o comendador Joaquim José Soares de Carvalho e foi mãe da Baronesa de Atibaia e do Barão de Paranapanema”. Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 85.

<sup>240</sup> Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas pelo respectivo Provedor Joaquim José Vieira, 1977.

<sup>241</sup> Segundo PAULA (1972), “Frei Eugênio de Rumilly, reitor do Seminário de São Paulo fundado pelo grande bispo Dom Antônio Joaquim de Mello, que fez vir da Europa este grande pensador sábio, capuchinho a quem foi entregue a organização e a administração do Seminário, e que trouxe outros irmãos de hábito, também de igual cultura e ilustração. Carlos F. de PAULA. *op. cit.*, p. 85.

<sup>242</sup> José Bonifácio de Campos Ferraz, o Barão de Monte Mor, era filho dos Barões de Cascalho. Reconhecido pela sua ação caritativa, além da construção da referida capela, ficou conhecido pelos legados de imóveis que fez a seus escravos. Carlos F. de PAULA. *op. cit.*, p. 85.

e da carência de recursos, padre Vieira convenceu-o a construí-la ao lado do hospital.

Foi edificada uma elegante capela com altar-mór trabalhado em mármore, nave abobadada em que se acha o riquíssimo esquite de madeira entalhada e cristal em que repousa a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte. A entrada da capela-mor é ladeada por duas imagens de mármore, representando São Vicente de Paulo e Santa Isabel, apóstolos da caridade cristã. O frontispício da igreja é adornado por três estátuas de mármore simbolizando a Fé, a Esperança e a Caridade<sup>243</sup>. O gasto de grande monta para a construção da capela (30:000\$000 réis), muito contribuiu para que, pouco tempo depois, José Bonifácio de Campos Ferraz fosse agraciado com o título de Barão de Monte Mor, pelo decreto imperial de 22 de julho de 1874<sup>244</sup>.

A direção das obras de construção do Hospital ficou sob a responsabilidade de Diogo Benedito dos Santos Prado<sup>245</sup> que, além de amigo e dedicado colaborador de padre Vieira nas obras da Santa Casa, idealizou e iniciou em 1872 as obras do asilo de órfãs. O asilo, construído sob a inspiração do Asilo para meninas órfãs da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, destinava-se ao abrigo e educação de meninas órfãs campineiras que, naquele tempo, não dispunham de amparo institucional.

A Tesouraria das obras ficou sob a responsabilidade de Bento Quirino dos Santos<sup>246</sup>. Seria a primeira de muitas atividades desempenhadas por Bento Quirino no Hospital.

---

<sup>243</sup> Teodoro de Sousa CAMPOS JÚNIOR, "Titulares do Império", pp. 281-282.

<sup>244</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 92

<sup>245</sup> Diogo Benedito dos Santos Prado, nascido em 11 de julho de 1819, era filho do Alferes Raimundo Álvares dos Santos Prado (que entre outras várias iniciativas, foi diretor dos trabalhos de construção da antiga Matriz Nova no período de 1857 a 1861) e de D. Maria Miquelina de Camargo Prado. Era afilhado e discípulo do senador Diogo Antônio Feijó, a quem acompanhou na corte no período da Regência.

<sup>246</sup> O campineiro Bento Quirino dos Santos era filho do capitão Joaquim Quirino dos Santos e de sua primeira mulher, D. Manuela Joaquina de Oliveira com quem se casara na mesma cidade aos 26 de outubro de 1819. A Tesouraria das obras de construção do Hospital foi a primeira de muitas atividades desempenhadas pelo benemérito campineiro no hospital de caridade. No período que

Em 1871 foram inauguradas as obras do Hospital de Caridade. Para o lançamento da pedra fundamental foi organizado um concerto de música, canto e recitação no palacete da então Baronesa (posteriormente Viscondessa) de Campinas, D. Maria Luzia de Souza Aranha<sup>247</sup>. O evento de iniciativa do médico Dr. Valentim José da Silveira Lopes<sup>248</sup> foi promovido por senhoras campineiras (entre elas a esposa e filhas do referido médico) e pelo prof. João Brás da Silveira Caldeira. Após o concerto procedeu uma coleta para as despesas da solenidade.

No dia 19 de novembro de 1871, teve início a solenidade de inauguração das obras do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, com o lançamento da primeira pedra. Estiveram presentes os elementos representativos da sociedade campineira e uma grande massa de populares. Destacam-se entre os participantes os párocos de Santa Cruz e da Conceição<sup>249</sup>, acompanhados de todo o clero, a Baronesa de Atibaia<sup>250</sup> (representando a doadora do terreno, D. Maria Felicíssima de Abreu Soares, falecida em 27 de fevereiro de 1870), D. Maria de Campos Penteado (que representava sua tia, D. Ana de Campos Andrade, doadora da monta de 6:000\$000 - seis mil contos de réis - a ser entregue depois de coberta a construção), Francisca Carolina dos Santos Prado (esposa de Diogo Benedito dos Santos Prado), Dr. Francisco Quirino dos Santos<sup>251</sup> (redator da

---

vai de 1876-1883 foi tesoureiro da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Na mesma instituição, exerceu a provedoria de 1893-1913.

<sup>247</sup> “A Viscondessa de Campinas, D. Maria Luzia de Souza Aranha, filha do tenente coronel Joaquim Aranha de Camargo, fundador do engenho do Mato Dentro em Campinas, casou-se na capela do mesmo engenho com seu primo Francisco Egidio de Sousa Aranha; deixou grande descendência na qual se destaca o Marquês de Três Rios e a Baronesa de Itapura. Foi a Viscondessa profundamente caritativa e, por mais de uma vez hospedou em sua casa-solar componentes da família imperial”. Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 86.

<sup>248</sup> Valentim José da Silveira Lopes prestou vários serviços à Santa Casa. Foi agraciado pelo governo de Portugal com o título de Visconde São Valentim. Era pai da escritora Júlia Lopes de Almeida e avô da declamadora Margarida Lopes de Almeida. Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 86.

<sup>249</sup> Como pode-se verificar em Paula (1972), “data de 1870 a divisão de Campinas em duas paróquias, a de Santa Cruz de Nossa Senhora do Carmo com sede na primeira igreja, hoje do Carmo, já neste ano chamada de ‘matriz velha’, e a de Nossa Senhora da Conceição instalada provisoriamente na igreja do Rosário e transferida em 1883 para a “matriz nova”, hoje Catedral”. Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 86.

<sup>250</sup> A Baronesa de Atibaia, D. Gertrudes Leopoldina de Abreu Soares, era filha do comendador Joaquim José Soares de Carvalho e de D. Maria Felicíssima de Abreu; nasceu em Campinas e aqui faleceu a 3 de janeiro de 1903.

<sup>251</sup> Francisco Quirino dos Santos era escritor, poeta e jornalista. Foi fundador e redator chefe do jornal *A Gazeta de Campinas*, considerado o melhor jornal na história jornalística da cidade. Filho

Gazeta de Campinas), Damaso Xavier da Silva (presidente da Sociedade Beneficente), Antônio Excel<sup>252</sup> (representante dos operários), Antônio Egídio de Sousa Aranha<sup>253</sup> (Presidente da Câmara), Dr. Vicente Maria de Paula Lacerda<sup>254</sup>, Urbano de Azevedo<sup>255</sup> (Representando a Sociedade Recreio Juvenil), Alfredo Pinheiro (Relator da Comissão do Clube Semanal), Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales<sup>256</sup> (representando a Sociedade Promotora de Instrução), dr. Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda e, finalmente, dr. Cassiano Bernardo de Moura Gonzaga.

Estavam dados os passos iniciais para a construção da maior instituição assistencial que Campinas conheceria até 1950.

As obras do hospital de caridade estenderam-se de 1871 a 1876 e, certamente, se estenderiam muito mais caso não pudessem contar com o legado de Antônio Francisco Guimarães, o Bahia<sup>257</sup>. O Bahia, tornou-se, nas palavras de Paula, “o maior capitalista da cidade” em sua época. Legou a terça parte de sua fortuna à caridade: uma fração coube à Santa Casa do Rio de Janeiro, outra à

---

do Capitão Joaquim Quirino dos Santos (também pai de Bento Quirino dos Santos) e de sua segunda mulher D. Maria Francisca de Paula Camargo.

<sup>252</sup> Posteriormente, Antônio Exel tornou-se proprietário de uma empresa de transportes de passageiros em Campinas, com uma frota de viaturas.

<sup>253</sup> Antônio Egídio de Sousa Aranha, homem de destacada posição social, era filho da Baronesa de Campinas.

<sup>254</sup> “Dr. Vicente Maria de Paula Lacerda, médico, natural do Rio de Janeiro, irmão do bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda – Conde de Santa Fé – e do historiador Joaquim Maria de Lacerda. Em Campinas viveu e clinicou por toda vida, e foi diretor-proprietário de estabelecimento hospitalar; casou-se duas vezes com filhas do major Luciano Teixeira Nogueira e deixou vasta geração, sendo seu filho o grande jurisconsulto Paulo Maria de Lacerda”. Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 87.

<sup>255</sup> Urbano de Azevedo, irmão do engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, era um destacado “empresário” na capital do Estado

<sup>256</sup> Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, campineiro, ilustre político brasileiro foi Senador da República (1891-1896) e governador de São Paulo (1896-1897), foi eleito presidente da República para o período 1898 - 1902. Durante sua gestão como presidente, levou a cabo uma política econômica apoiada por banqueiros internacionais que visava o saneamento do Tesouro brasileiro (o “funding-loan”). Manoel Ferraz de CAMPOS SALES (1983). *Da propaganda à presidência*.

<sup>257</sup> Segundo Paula (1972), “era o *Bahia* natural de Portugal, província do Minho, porém brasileiro adotivo por ter aderido à independência do Brasil. Nasceu no ano de 1795 e com a idade de 12 anos veio (*Sic!*) ao Brasil, estabelecendo na capital da Bahia, donde se mudou para Campinas, lá por volta de 1819”. Antônio Francisco Guimarães praticou inúmeros atos de benemerência. Entre eles, fundou em 1847, em Campinas a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 93.

Santa Casa de Guimarães (Portugal) e uma última fração (42: 936\$73 – 42.936 mil contos e 730 réis) ao hospital de caridade de Campinas, permitindo assim a conclusão das obras<sup>258</sup>.

Devido ao adiantado das obras do hospital, era necessário assentar as bases da Irmandade que deveria administrar a nova instituição de caridade e a confecção dos respectivos estatutos. Para tanto, padre Vieira convocou as pessoas mais envolvidas na obra assistencial para uma reunião na residência de Antônio Quirino dos Santos, cuja ata foi lavrada por Luís Silvério da Cruz. Nesta ocasião, padre Vieira apresentou um projeto de Compromisso para a Irmandade a ser examinado por Assembléia (composta pelos participantes da reunião) presidida pelo Coronel Joaquim Quirino dos Santos e secretariada por Luís Silvério Alves Cruz.

O Projeto do Estatuto da Misericórdia de Campinas possuía 56 artigos distribuídos em 6 capítulos. De acordo com o § 1º do art. 1º pertenceriam à Irmandade o hospital, o asilo de órfãos e a capela, cujas obras estavam quase concluídas, tão logo os edifícios estivessem acabados e lhes fossem solenemente entregues. “Seriam admitidas, como irmãos efetivos, pessoas de ambos os sexos, de bons costumes e descentes meios de subsistência, com a aprovação da Mesa da Irmandade”<sup>259</sup>. A jóia não poderia ser inferior a 10\$000 (dez contos de réis) e a anuidade seria de 6\$000 (seis contos de réis). Todos os irmãos que até aquela data tivessem contribuído com quantia igual ou superior a 100\$000 (cem contos de réis), não pagariam jóia nem anuidade, ficando obrigados apenas aos serviços da Irmandade.

Quanto à administração dos recursos financeiros pertencentes à irmandade ficou estabelecido que: “O dinheiro pertencente ao patrimônio da Irmandade não seria emprestado a particulares, mas aplicado em prédios de aluguel, apólices da dívida pública ou em ações de companhias garantidas pelos poderes públicos”<sup>260</sup>.

---

<sup>258</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 93.

<sup>259</sup> *Idem*, p. 95.

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 95.

Já no tocante à admissão de enfermos, seriam admitidos no hospital enfermos pensionistas sem que houvesse prejuízo da admissão de indigentes, conforme o § 1º do art. 5º do Compromisso.

Na mesma ocasião procedeu-se à admissão dos primeiros irmãos da nova Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, os quais foram registrados como fundadores, são eles: Padre Joaquim José Vieira (que foi o benemérito fundador da Instituição e mais tarde Bispo do Ceará e Arcebispo titular de Cirro), Alfredo Pinheiro, Antônio Quirino dos Santos, Dr. Antônio Carlos de Moraes Sales, Antônio Carlos da Silva Teles, Antônio Rágio Nóbrega, Dr. Antônio de Souza Campos, Antônio Gonçalves Gomide, Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão e posteriormente marquês de Três Rios), Bento Quirino dos Santos, Carlos Augusto Bressane, Dr. Carlos Augusto de Sousa Lima, Eloi Cerqueira, Dr. Fernando Marinho de Azevedo, General Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Ferreira de Mesquita, Dr. Francisco Augusto Pereira Lima, Francisco Bueno de Lacerda, Francisco José da Silva, Francisco de Paula Bueno, Dr. Francisco Quirino dos Santos, Dr. Jorge Miranda, José Gonçalves de Godói Maurício, José Paulino Nogueira, José Egídio de Souza Aranha, José Pinto Nunes, José Luís de Andrade Couto, José Rodrigues do Prado, José Pedro de Sant'Ana Gomes, João Fortunato Ramos dos Santos, João Gonçalves Pimenta, João Ferraz de Campos Souza, João Batista de Camargo Dami, João Manuel Alves Bueno, Joaquim Bonifácio do Amaral (depois visconde de Indaiatuba), Joaquim Teodoro Teixeira, Dr. Luís Silvério Alves Cruz, Manuel Elpídio Pereira de Queirós, Manuel Cândido de Almeida e Silva, Dr. Pedro Francisco de Oliveira Santos, Rafael de Abreu Sampaio, Raimundo Alves dos Santos Prado Leme e Dr. Valentim José da Silveira Lopes (visconde de S. Valentim). (ANEXO III)

No dia 24 de outubro do mesmo ano, nova reunião entre os quarenta e quatro membros da Irmandade foi realizada à casa de Antônio Quirino dos Santos para aprovação do projeto de compromisso apresentado em sessão anterior e as emendas propostas em Assembléia. Dentre as modificações aprovadas destaca-

se a referente à Mesa Administrativa que passava a ser composta por 16 membros (ao invés de 20, conforme sugerido no projeto original):

“A administração será confiada a uma Mesa constituída de um provedor, um tesoureiro, um secretário, um procurador e doze irmãos de mesa, com a duração de uma ano, eleitos em Assembléia Geral que se reunirá impreterivelmente uma vez por ano , na primeira dominga de junho, devendo dar-se posse no dia 2 de julho perante a antiga mesa. No primeiro ano, porém, a posse será dada logo após a eleição”<sup>261</sup>

O compromisso oriundo da Assembléia foi aprovado pelo governo diocesano em 23 de dezembro de 1875 e confirmado pelo poder civil em 8 de janeiro de 1876.

Em 6 de fevereiro de 1876, nova reunião foi realizada na residência de Antônio Quirino dos Santos com o intuito de eleger a primeira Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, cujo resultado foi: Padre Joaquim José Vieira (provedor); Bento Quirino dos Santos (tesoureiro), Dr. Luís Silvério Alves Cruz (secretário), Francisco Alves de Almeida Sales (procurador), dr. Antonio Carlos de Moraes Sales (mesário), Dr. João Ataliba Nogueira (mesário; futuro Barão de Ataliba Nogueira), Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales (mesário), Antônio Benedito de Cerqueira Leite (mesário), José Pinto Nunes (mesário), João Batista de Camargo Damy (mesário), Padre Francisco de Abreu Sampaio (mesário); Tenente Coronel José Egídio de Sousa Aranha (mesário), Dr. Valentim José da Silveira Lopes (mesário, futuro Visconde de S. Valentim), Coronel Floriano de Camargo Campos (mesário) e Antônio Manoel Proença (mesário). Posteriormente, a partir de 1883, houve necessidade de criar-se o cargo de mordomo que foi ocupado pela primeira vez pelo Dr. Valentim José da Silveira Lopes.

A Mesa eleita tomou posse em 20 de fevereiro do mesmo ano, sendo esta data contada como sendo a fundação da Irmandade sob a égide da Nossa

---

<sup>261</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 97.

Senhora da Boa Morte. Vale dizer que, a inauguração e entrega do hospital à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia pela Câmara Municipal ocorreu alguns meses depois, em 6 de agosto de 1876, numa cerimônia que contava com a presença do Dr. Campos Sales (futuramente Presidente da República) representando a Câmara, o presidente da Câmara Joaquim Ferreira Camargo Andrade (posteriormente Barão de Ibitinga) que substituíra o Barão de Três Rios e irmãos beneméritos como Barata Ribeiro, Quirino dos Santos, o cônego Ezequiel Galvão, Francisco Glicério e outros. Naquela ocasião, a Santa Casa já contava com 302 irmãos inscritos. Dali por diante, comemora-se a data de inauguração da Santa Casa solenemente todos os anos no dia 15 de agosto, festa de Nossa Senhora da Boa Morte, Padroeira da Instituição.

Após a cerimônia de inauguração tratou-se logo de inaugurar o atendimento aos enfermos. Para isso, padre Vieira contou com o serviço médico e cirúrgico do Dr. Cândido Barata Ribeiro que assumiu o cargo sem receber remuneração alguma. O serviço religioso estava sob responsabilidade do padre Francisco Quay Thevenon mediante a gratificação mensal de 25 mil réis. Durante os doze anos seguintes o dito padre exerceu essas funções religiosas da irmandade.

A partir de um contrato firmado entre padre Vieira e a Madre Teodora Voiron (ANEXO II), superiora provincial das Casas da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry<sup>262</sup>, a administração interna do hospital de caridade foi entregue, desde o início de suas atividades, às ditas irmãs de São José, cuja sede localizava-se em Itu. Em 20 de setembro de 1876 chegaram as irmãs designadas para cuidar da Santa Casa, eram elas: irmã Ana Felicité Del Carreto, superiora; irmã Maria Basília Cordel, farmacêutica; e a irmã Ana Justina Martinet para os serviços de enfermagem. Cada irmã recebia uma gratificação mensal de 25\$000 (25

---

<sup>262</sup> A Congregação das Irmãs de São José foi fundada em 1650, na cidade Puy, pelo Monsenhor Henrique de Maupas du Tour, bispo dessa cidade, e pelo padre João Pedro Medaille, missionário da Companhia da Companhia de Jesus. Em 26 de março de 1859, partiram de Chambéry (França), com destino ao Brasil, duas religiosas da Congregação das Irmãs de S. José: a irmã Maria Teodora – chamada Luise Josefina Voiron Iserre – e a irmã Maria Serafina, com o objetivo de cuidarem do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, fundado em Itu sob os cuidados do bispo D. Antônio Joaquim de Melo. Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 97.

contos de réis) para subsidiar as despesas com vestuário e outros gastos. Além das irmãs de São Jose foi contratado um capelão, enquanto os serviços médicos sob a responsabilidade de Guilherme da Silva foram oferecidos gratuitamente.

Em 1º de outubro de 1876, as portas do hospital eram abertas aos enfermos. Como afirmamos anteriormente, em seus primeiros tempos, o serviço médico e cirúrgico foi prestado gratuitamente pelo Dr. Cândido Barata Ribeiro. Nos anos subseqüentes, o serviço hospitalar foi ampliado ficando sob responsabilidade dos diretores clínicos Drs. Cândido Barata Ribeiro e Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga, além dos médicos Francisco Augusto Pereira Lima, Pedro Francisco de Oliveira Santos e Carlos Engler<sup>263</sup>. O primeiro doente da instituição, matriculado em 3 de outubro, era o escravo Manuel Xavier de Oliveira , de 48 anos de idade natural da Bahia, propriedade de José Fernandes Oliveira.

A seguir, trataremos mais pormenorizadamente dos serviços hospitalares oferecidos pela Irmandade.

---

<sup>263</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 104.

## CAPÍTULO 6

### OS PRIMEIROS TEMPOS DA MISERICÓRDIA IMPERIAL

#### 6.1. OS PRIMEIROS TEMPOS DO HOSPITAL DA MISERICÓRDIA (1876-1889)

No momento em que foi entregue o hospital e suas dependências aos cuidados da Irmandade da Misericórdia, já se achavam inscritos 302 irmãos. Àquela altura, era necessário prover as enfermarias do material necessário ao funcionamento do hospital. Para tanto, o provedor da Irmandade recorreu à benemerência dos cidadãos campineiros. O então barão de Três Rios, Joaquim Egídio de Souza Aranha, embora tivesse se mudado para São Paulo, atendeu ao pedido do provedor e seu parente, Joaquim José Vieira e doou 1:000\$000 para a compra de remédios<sup>264</sup>. Além das doações pecuniárias, foram feitas doações em equipamentos e serviços. O estabelecimento de Bierrenbach & Irmãos, por exemplo, doou 50 camas de ferros e João Ferraz de Campos Souza doou, além de telhas, tábuas e esteio, o serviço de 8 pessoas (escravos) por três dias<sup>265</sup>.

O regulamento do hospital previa enfermarias gerais para assistir aos doentes pobres e quartos reservados para os pensionistas. Nas enfermarias gerais o hospital fornecia gratuitamente assistência médica, cirúrgica e farmacêutica aos indigentes cuja condição fosse comprovada por meio de atestado emitido pela autoridade competente. A Irmandade recebia ainda os escravos mediante pagamento dos seus respectivos senhores.

Em 1877, foi eleita a 2ª Mesa Administrativa da Irmandade. Os elementos que a compunham eram: Cônego Joaquim José Vieira (Provedor); Bento Quirino dos Santos (Tesoureiro); Dr. Luís Silvério Alves Cruz (Secretário); Francisco Alves

---

<sup>264</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 102.

<sup>265</sup> Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas pelo respectivo provedor Conego Joaquim Jose Vieira em 1877.

de Almeida Sales (Procurador); Antônio Pompeu de Camargo (Mesário); Tomás Gonçalves Gomide (Mesário); João Antônio Bierrembach (Mesário); Cap. Bento Augusto de Almeida Bicudo (posteriormente general; Mesário); Manuel Carlos Aranha (Barão de Anhumas, Mesário); Francisco Ferreira de Camargo Andrade (Mesário); Joaquim Antônio de Arruda (Barão de Atibaia; Mesário); Dr. José Bonifácio da Silva Pontes (Mesário); Cap. Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme; João Fortunato Ramos dos Santos (Mesário); José Manuel de Castro (Mesário); Cap. João Ferraz de Campos Sousa (Mesário).

Por ocasião da eleição, foi apresentado o primeiro relatório da provedoria dando conta dos donativos, do movimento financeiro, dos componentes da 1ª Mesa Administrativa e do movimento de internos no primeiro ano administrativo de funcionamento da Irmandade.

No seu primeiro ano de funcionamento, o hospital recebeu 236 enfermos sendo 147 pobres, 80 escravos e 9 pensionistas. No ano seguinte, esse número subiria para 322 (190 pobres, 116 escravos e 16 pensionistas).

Desde os momentos iniciais do funcionamento do hospital de caridade era evidente a resistência que a população mantinha em relação aos hospitais, em razão dos elevados índices de mortalidade. No primeiro ano de funcionamento do hospital, os falecimentos representavam 20,76% do total do movimento de enfermos. No ano de 1881, representavam 16,58%. Essas instituições de saúde eram vistas pela grande maioria da população como “ante-salas da morte”. Diante dessa resistência, era preocupação constante do corpo médico da Misericórdia a redução dos indicadores de mortalidade e a identificação dos segmentos em que ocorriam com maior frequência os falecimentos. No início da década de 1880, era comum a identificação dos índices de mortalidade com o descaso dos fazendeiros para com seus escravos. De acordo com o médico Guilherme da Silva, em relato à provedoria do hospital em 1881, os fazendeiros somente encaminhavam os escravos doentes ao hospital quando a doença atingia um estágio avançado e o paciente poucas ou nenhuma chance tinha de se recuperar. Observou ainda que

os escravos chegavam ao hospital “(...) levando já o *batismo terapêutico*, quase sempre tirado da classe dos agentes purgativos”<sup>266</sup>.

No tocante ao movimento financeiro, em seu primeiro ano de funcionamento a irmandade obteve uma receita de 7:393\$000 (7.393 mil contos de réis) contra uma despesa de 19:231\$070 (19.231 contos e 70 réis), produzindo um déficit de 11:837\$400 (11.837 contos e 400 réis). Acrescendo-se ao déficit despesas anteriores ao período de 8:780\$880, o primeiro período de funcionamento da Santa Casa produziu um passivo de 20:618\$280<sup>267</sup>. A ocorrência de déficits nas contas da Irmandade foi freqüente até as primeiras décadas do século XIX. O patrimônio da Irmandade em seus primeiros tempos era constituído, além do edifício e do terreno em que assentava-se a Irmandade, de 350 ações da Companhia Mogiana Estradas de Ferro, que rendeu 4:900\$000 de dividendos naquele ano.

Desde os primeiros tempos de funcionamento, o Hospital de Caridade enfrentou o problema da escassez de recursos para a manutenção de suas atividades. Em parte, este problema foi administrado pela reserva de parte da infraestrutura hospitalar para os pensionistas e pelas constantes campanhas empreendidas pelo padre Joaquim José Vieira com o objetivo de captar recursos para o hospital. Essas campanhas resultaram na ampliação do patrimônio da instituição, resultado dos legados recebidos. O primeiro evento em prol do hospital de caridade foi o 1º leilão de prendas, ocorrido em 7 de janeiro de 1877, cujo resultado excedeu a expectativa do provedor da Santa Casa, alcançando a soma de 14:079\$500<sup>268</sup>. Com o produto do leilão acrescido aos recursos doados à Irmandade, foi possível inaugurar o Asilo de Órfãos ainda como externato para as meninas pobres, em 1878. “Criou-se um fluxo permanente de doações de gêneros e animais, destinados ao sustento dos doentes internados, como arroz, feijão,

---

<sup>266</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 112.

<sup>267</sup> Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas pelo respectivo Provedor Joaquim José Vieira, 1977.

<sup>268</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 104-105.

café, milho, farinha, banha, porcos, vacas, frangos, bem como ainda colchões, travesseiros, utensílios de cozinha, de quarto, etc.”<sup>269</sup>.

Em 1879, os donativos à Misericórdia reduziram-se a menos da metade da quantia recebida no ano anterior. Contudo uma doação merece atenção especial. Neste ano o benemérito, irmão da Misericórdia, Vitoriano Pinto Nunes “(...) doou 20 ações da Companhia Paulista ao hospital da Santa Casa e 10 para o Asilo de Órfãos, com a condição de mandar a Irmandade celebrar duas missas por ano, conforme a intenção expressa na escritura de doação”<sup>270</sup>. Nesta doação encontramos alguns indicativos importantes do tempo a que a irmandade pertencia. De um lado, a doação feita sob a forma de ações de uma companhia ferroviária representava o que havia de moderno na preservação do patrimônio da irmandade: uma aplicação rentável que preservava o valor da doação. De outro lado, a contrapartida expressa sob a forma de missa – característica que remonta aos tempos iniciais da matriz lisboeta e das misericórdias coloniais – evidencia o argumento original do trabalho: em meio à modernização institucional experimentada pela Misericórdia, a preservação de alguns elementos do passado são indispensáveis na preservação da relação do poder.

Em algumas ocasiões, os legados feitos à Misericórdia eram contestados judicialmente pelos herdeiros do doador. Este foi o caso do legado de Ana Francisca de Andrade, cujos herdeiros contestaram judicialmente à doação. Em 1881, o Supremo Tribunal de Justiça proferiu última sentença reconhecendo os direitos da Irmandade. A quantia tocante à Misericórdia perfazia 64:214\$000, sendo constituída em grande parte de algumas dívidas perdidas e verbas cuja liquidação era irrealizável<sup>271</sup>. O relatório da provedoria de 1881 registra uma relação de herdeiros que abriram mão do direito que poderiam ter na herança de D. Anna Francisca em favor do Hospital da Misericórdia de Campinas são eles: Barão de Monte Mór, Abílio de Camargo Andrade e José de Camargo Penteado, restando a este último restituir a metade do que lhe tocou em partilha (2:127\$474);

---

<sup>269</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.* 220.

<sup>270</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 109.

<sup>271</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, pp. 111-112.

Coronel Floriano de Camargo Campos, por parte de sua mulher D. Paula (500\$000); Eliseu Teixeira Nogueira (807\$000); Antonio Carlos de Almeida Nogueira (487\$000); Luciano Teixeira Nogueira Junior (454\$393); Major Francisco Antonio de Andrade (400\$000) e; Affonso Bueno de Andrade (390\$374); perfazendo um total de 5166\$241<sup>272</sup>. No ano seguinte, ainda foi restituída à Irmandade a quantia de 15:802:71.

Além de parte do legado, a receita da Misericórdia foi incrementada no ano de 1882 em 6:000\$000 provenientes de uma loteria provincial extraída em benefício do Hospital<sup>273</sup>.

Em 3 de fevereiro de 1883, o Cônego Joaquim José Vieira foi nomeado Bispo do Ceará, e, portanto, deixou o cargo de Provedor da Irmandade. Em 22 de abril de 1883, convocou uma reunião extraordinária a fim de transmitir o cargo de Provedor ao irmão mais idoso. A provedoria seria transmitida ao Mesário Manuel Soares Pompeu que, contudo, o recusou porque teria que se ausentar da cidade em breve. O cargo foi transmitido interinamente ao mesário imediato em idade, o Dr. Silveira Lopes que já prestava assistência médica gratuitamente à Irmandade<sup>274</sup>.

Na mesma reunião, procederam à aprovação de algumas alterações no Compromisso da Irmandade. Dentre elas, estava a criação do cargo de Mordomo, ao qual ficaria designada a inspeção da administração interna do hospital e suas dependências. Cabia ainda ao mordomo substituir o Provedor em seus impedimentos. Além disso, as funções da Mesa Administrativa passaram a ter duração de dois anos, vigorando a disposição a partir daquele ano. As alterações no compromisso foram posteriormente aprovadas pelo Bispo diocesano e pelo Presidente da Província de São Paulo<sup>275</sup>.

---

<sup>272</sup> Relatório apresentado à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas em sua reunião geral de 26 de junho de 1881 pelo seu provedor Conego Joaquim Jose Vieira.

<sup>273</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 113.

<sup>274</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, pp. 115-116.

<sup>275</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 116.

Em 3 de junho de 1883, realizou-se a Assembléia Geral da Irmandade em que foi eleita a nova Mesa Administrativa. A mesa eleita tomou posse em 2 de julho do mesmo ano e vigorou por dois anos, de conformidade com as alterações estatutárias. Para o cargo de Provedor foi eleito o Padre Francisco de Abreu Sampaio. O novo cargo de Mordomo foi ocupado pelo Médico Dr. Valentim José da Silveira Lopes; a tesouraria continuou a cargo de Bento Quirino dos Santos; o Cap. Raimundo Alvares dos Santos Prado Leme também foi mantido como secretário da Irmandade e Luiz Ferreira Pires assumiu o cargo de procurador da Irmandade. Dentre os Mesários figuravam: Antônio Nogueira Ferraz, Antônio Joaquim de Abreu, Antônio Jacinto dos Santos, Francisco Alves de Almeida Sales, José Pedro de Carvalho e Silva, Avelino Antero de Oliveira Valente, Gabriel de Carvalho, Dr. Inácio de Queiroz Lacerda, José Gonçalves de Godói Maurício, Elói Cerqueira e Francisco de Andrade Coutinho<sup>276</sup>.

Na ocasião, o irmão Dr. Pereira Lima propôs a criação de uma enfermaria destinada às crianças desvalidas, em homenagem ao fundador da Santa Casa. Para esse fim foi aberta uma subscrição, para a qual o proponente assinou a importância de 2:000\$000. A sugestão teve aprovação unânime da Assembléia<sup>277</sup>.

As homenagens ao fundador da Misericórdia prosseguiram nos meses seguintes. Em 9 de dezembro de 1883, em um dos salões da Misericórdia, foi organizado um lauto banquete de 120 talheres por ocasião da sagração do Bispo de Ceará. O evento contou com as doações da Baroneza de Atibaia, do Barão de Itatiba, de Custódio Manoel Alves, do Capitão João Ferraz de Campos e Souza, do Dr. Valentim José da Silveira Lopes, de D. Joaquina B. Proença, do Cap. Joaquim C. Duarte, do Padre Antônio Manoel de Camargo Lacerda, de Antônio Carlos Sampaio Peixoto e do Cel. Joaquim Quirino dos Santos<sup>278</sup>.

---

<sup>276</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 117.

<sup>277</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 117.

<sup>278</sup> As doações para o evento foram: Baroneza de Atibaia (2 sacos de feijão, 2 sacos de milho, 1 saco de açúcar, 1 saco de farinha de mandioca, 1 saco de farinha de milho, 4 arrobas de café, 1 jacá de toucinho, 3 peixes [dourado], 1 carneiro, 2 dúzias de ovos, 20 dias de serviço de um cozinheiro); Barão de Itatiba (1 saco de feijão, 1 saco de arroz, 1 saco de farinha de milho, 1 lata de açúcar, 1 lata de café moído); Custódio Manoel Alves (100\$000), do Capitão João Ferraz de

D. Joaquim seguiu em viagem para o Ceará em 21 de janeiro de 1884. Porém, antes de partir, doou ao Asilo de Órfãos o prédio onde residira, situado no Largo da Matriz Velha (atual praça Bento Quirino), no valor de 7:000\$000<sup>279</sup>.

Ao longo da década de 1880, a Misericórdia recebeu outras doações de grande expressão. Entre 1883 e 1885, além do prédio de D. Joaquim José Vieira, a Misericórdia recebeu da senhora Antônia Maria de Jesus dois pequenos prédios localizados um na rua do Comércio e outro na rua Luzitana, que foram, por conveniência, vendidos pela importância de 5:000\$000. Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura e José Libânio de Abreu Soares deram à irmandade 3:000\$000 cada um. O finado Antônio de Camargo Campos legou ao Asilo a importante monta de 100:000\$000, sendo usufrutária a viúva inventariante. Em 20 de outubro de 1885, D. Catarina Amália de Camargo Penteado doou à Misericórdia 27 ações da Companhia Paulista e Mogiana. Em 1888 a Misericórdia recebeu de D. Alda Brandina de Camargo Nogueira a quantia de 2:200\$000. No mesmo ano, Jeremias Barbosa Sandoval fez donativo de 10:000\$000<sup>280</sup>.

Quando observamos a estrutura patrimonial da Misericórdia na década de 1880 ficam explícitas algumas contradições de seu tempo. Em primeiro lugar, observamos que, ao longo da década os relatórios da Provedoria não divulgavam exatamente o patrimônio da Irmandade, mas sim os valores pertencentes à Irmandade. A grande diferença é que não estão computados nessa relação os bens imóveis.

---

Campos e Souza (1 capado, 1 carneiro, 16 dúzias de ovos); Dr. Valentim José da Silveira Lopes (1 peixe[dourado]); D. Joaquina B. Proença (4 dias de serviço de dois escravos; forneceu alguns legumes durante 15 dias); Cap. Joaquim C. Duarte (1 carneiro); Padre Antônio Manoel de Camargo Lacerda (2 leitões, 2 latas de café moído); Antônio Carlos Sampaio Peixoto (6 dias de serviço de um cozinheiro) e; Cel. Joaquim Quirino dos Santos (1 capado de 14 arrobas). Cf. Relatório apresentado em Assembléia Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas do biênio de 1883-1883 pelo seu provedor o Revm. Vigário Padre Francisco Abreu Sampaio.

<sup>279</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 119.

<sup>280</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, pp. 121, 124-125.

### Valores Pertencentes a Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1885)

1	Vale firmado por Joaquim Ferreira de Camargo Andrade <sup>281</sup> , em 12 de dezembro de 1881 a juros de 8% ao ano	7:000\$000
1	Vale firmado por João de Campos Salles, em 12 de maio de 1884 a juros de 12% ao ano	1:000\$000
1	Vale firmado por João de Campos Salles, em 12 de maio de 1884 a juros de 12% ao ano	1:132\$800
30	Ações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro	200\$000 6:000\$000
443	Ações da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro - Tronco	200\$000 88:600\$000
32	Ações da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro - Prolongamento	200\$000 6:400\$000
1	Apólice na Dívida Pública nº 7019	1:000\$000
<b>Total:</b>		<b>105:138\$800</b>

Fonte: Relatório dos provedores de 1883-1885

A maioria dos valores pertencentes à Misericórdia consistia em ações das Companhias ferroviárias que, naquele momento, estavam se constituindo no Oeste Paulista. A existência de ativos dessa natureza evidenciam que, do ponto de vista financeiro, ela é uma expressão de seu tempo e que os *Homens da Misericórdia* souberam, desde logo, administrar seu patrimônio com os ativos mais rentáveis à época. A apólice da dívida pública (1885) e das ações do Empréstimo Municipal também são opções contemporâneas da Misericórdia. A grande maioria das Misericórdias da Província de São Paulo na segunda metade do século XIX compunha seu patrimônio com títulos da dívida provincial.

O que chama a atenção na relação de valores pertencentes à Misericórdia é a existência de créditos a juros junto a particulares. Como foi apontado no

<sup>281</sup> Joaquim Ferreira de Camargo Andrade tornou-se Barão de Ibitinga em 1887. Exerceu vários cargos na administração municipal. Foi Membro do Partido Liberal, eleitor, suplente de subdelegado em 1869, vereador em 1873, eleitor e juiz de paz em 1877, juiz de paz em 1881. Diretor da Companhia de Iluminação, da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e da Casa Bancária da província de São Paulo. Filho do Barão de Itatiba (Irmão da Misericórdia). Cf. Wanda Moreira MAGALHÃES, *op. cit.*, pp. 138-139.

capítulo anterior, os recursos do patrimônio da Irmandade não poderiam ser emprestados a particulares. É possível que a alteração do compromisso de 1883 tenha alterado essa cláusula. Contudo, não foram encontradas maiores informações a esse respeito. Na década de 1880, foram encontrados dois beneficiários, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (7:000\$000, a juros de 8% ao ano), Mesário da Misericórdia em 1878, e João de Campos Sales (2:132\$800). Embora não tenha sido prática recorrente nem o principal ativo da Misericórdia, essa prática remonta aos tempos das Misericórdias Coloniais em que o ativos financeiros da Misericórdia restringiam-se ao crédito a particulares.

#### **Valores Pertencentes à Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1887)**

1	<i>Vale firmado por João de Campos Salles, em 12 de maio de 1884, a juros de 12% ao ano</i>		1:000\$000
1	<i>Vale firmado por João de Campos Salles, em 12 de maio de 1884, a juros de 12% ao ano</i>		1:132\$800
51	<b>Ações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro</b>	<b>200\$000</b>	<b>10:200\$000</b>
454	<b>Ações da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro – Tronco</b>	<b>200\$000</b>	<b>90:800\$000</b>
37	<b>Ações da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro – Ribeirão Preto</b>	<b>200\$000</b>	<b>7:400\$000</b>
44	<b>Ações do Empréstimo Municipal a Juros de 9%</b>		<b>8:800\$000</b>
1	<b>Apólice da Dívida Pública nº7016</b>		
<b>Total</b>			<b>120:332\$800</b>

Fonte: Relatório dos provedores de 1885-1887

Em 28 de outubro de 1886, o hospital e a escola do Asilo de Órfãos receberam a visita do Imperador. Na ocasião, D. Pedro II observou o pouco asseio do necrotério do hospital e lembrou que “(...) era preciso fazer uma canalização para que os líquidos caídos dos cadáveres não manchassem o assoalho”<sup>282</sup>

<sup>282</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, pp. 122-123.

No ano de 1886, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Campinas solicitou auxílio do governo Imperial em função do aumento das despesas. Argumentava-se ao governo que as despesas do hospital aumentaram em razão “(...) do grande numero de alumnos que têm procurado o Asylo de Orphans annexo ao Hospital, e da affluencia extraordinaria de velhos libertos, nas enfermarias deste ultimo estabelecimento”<sup>283</sup>. Ao que tudo indica, a Misericórdia não contou com a ajuda do governo provincial, uma vez que era uma das Misericórdias com estrutura patrimonial mais sólidas da província de São Paulo, ao lado das Misericórdias da capital e de Santos.

No biênio compromissal de 1885-1887, foi construída uma pequena casa para o porteiro e o jardineiro. Também foi construído um amplo salão para abrigar os velhos e inválidos, não existindo ainda na cidade uma instituição apropriada para os idosos – O asilo de inválidos de Campinas só seria construído em 1904. Em 1887, foi inaugurada a enfermaria de crianças do hospital<sup>284</sup>.

Ao fim do período Imperial, Campinas encontrava-se às voltas com a sua primeira epidemia de febre amarela. Em 4 de abril de 1889, o Dr. Ângelo Simões noticiou na imprensa campineira que a Santa Casa de Misericórdia foi “(...) a primeira instituição a receber doentes de febre amarela, não poupando despesas nem sacrifícios para minorar os sofrimentos dos infelizes atacados por essa terrível moléstia”<sup>285</sup>. Também por ocasião da epidemia, o médico Dr. Francisco Augusto Pereira Lima argumentava que era necessário o Asilo de Órfãos funcionar como internato para abrigar as crianças que se achavam na orfandade em razão da febre amarela.

Na sessão da Assembléia Geral de 21 de julho de 1889, foram inseridos votos de louvor à Sociedade Portuguesa de Beneficência de S. Paulo, ao Dr. Angelo Simões, às irmãs de caridade que trabalharam durante a epidemia, ao Dr.

---

<sup>283</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pela presidente da provincia Barão do Parnayba, no dia 17 de janeiro de 1887, p. 99.

<sup>284</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 124.

<sup>285</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 125.

Pereira Lima e a Bento Quirino dos Santos pelo empenho em tempos de epidemia. Também foram inseridos votos de pesar pelo falecimento do Dr. Costa Aguiar e da Irmã Maria dos Serafins Favre, conhecida pelo nome de Irmã Serafina (falecida em 14 de abril de 1889)<sup>286</sup>.

A importância do Hospital da Misericórdia de Campinas nas últimas décadas do Império não se restringiu ao fato de ser destinado ao atendimento médico da sociedade local naquilo que lhe é mais problemático – a saúde –, mas, sobretudo, porque, em se tratando do atendimento aos pobres e deserdados, constituiu-se como “espaço de confinamento temporário” para esconder a doença, a morbidez, a dor e o sofrimento<sup>287</sup>.

A importância da Misericórdia frente às demandas sociais de seu tempo e a presença de elementos de destaque social nos quadros da Irmandade garantiram-lhe algumas facilidades no acesso aos serviços públicos. Em 1887, juntamente com a Cadeia, a Escola Correia de Mello, o Colégio Culto à Ciência, o Jardim Público e todos os estabelecimentos públicos, a Santa Casa foi favorecida com a gratuidade dos serviços de fornecimento de água encanada e de uso do sistema de esgotos pela Companhia Campineira de Águas e Esgotos<sup>288</sup>, presidida por Bento Quirino dos Santos, tesoureiro da Santa Casa desde sua fundação a 1883 e, posteriormente provedor da instituição (1893-1813).

A Santa Casa de Misericórdia de Campinas, a exemplo de suas congêneres, também oferecia o enterro aos pacientes nela falecidos. Embora os corpos enterrados pela Misericórdia campineira fossem enterrados “decentemente vestidos”, eles não possuíam caixão próprio. Somente no início do século XX, seria aventada a possibilidade da Misericórdia enterrar seus defuntos “(...) como em cidades cultas se faz, isto é, dando um caixão a cada morto”. A partir do biênio

---

<sup>286</sup> Lycurgo de Castro SANTOS FILHO e José Nogueira NOVAES (1996). *A Febre Amarela em Campinas, 1889 – 1900*, p. 60.

<sup>287</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*

<sup>288</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, p. 306.

compromissal de 1906-1907 a Santa Casa passou a oferecer um caixão modesto a cada morto<sup>289</sup>.

## *6.2. A FUNDAÇÃO DO ASILO DE ÓRFÃS DA MISERICÓRDIA: DO EXTERNATO AO INTERNATO*

A inspiração para a construção de um asilo para meninas órfãs anexo ao hospital de caridade surgiu em 1872 quando, em viagem ao Rio de Janeiro, o diretor das obras de construção do hospital e grande amigo de Padre Vieira, Diogo Benedito dos Santos Prado observou um grande número de órfãs pobres sustentadas pela Irmandade de Misericórdia da Capital do País. Tão logo retornou a Campinas, Diogo Benedito dos Santos Prado, apoiado por padre Vieira, empenhou-se em iniciar as obras do idealizado asilo. As obras do asilo foram iniciadas em setembro de 1873 e a conclusão de suas primeiras dependências deu-se de 1878. Diogo Benedito dos Santos Prado, que faleceu em 3 de março de 1874, deixou um legado de 54: 528\$820 para ser aplicado na construção do Asilo de Órfãs.

As obras do Asilo prosseguiram até 1877, quando a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas experimentava importante dificuldade financeira. A solução encontrada pelo Provedor Cônego Joaquim José Vieira foi a organização de um leilão de prendas, cuja renda auferida viabilizou a continuidade das obras do asilo.

Em 1878 o Asilo já se encontrava em condições de funcionamento, se não como internato, em virtude da carência de recursos, ao menos como externato para meninas pobres. A inauguração do externato para meninas pobres ocorreu em 15 de agosto de 1878, com solenidade presidida pelo Bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Em 13 de outubro do mesmo ano, o Asilo foi entregue à Irmandade Misericórdia.

---

<sup>289</sup> Relatório da Provedoria da Santa Casa de Campinas em 25 de fevereiro de 1906, pp. 21-22.

O ensino foi confiado a quatro irmãs de São José, não obstante divergência da opinião pública por entregar a educação de meninas brasileiras a professoras estrangeiras. A Superiora da Santa Casa, irmã Ana Felicite, assumiu também a direção do Asilo.

O início das aulas ocorreu em 3 de março de 1879, contando o asilo com 23 meninas matriculadas. Nessa ocasião “(...) o abastado fazendeiro Pedro Egídio de Sousa Aranha fez donativo de 500\$000 réis para ser aplicado no que fosse necessário à Santa Casa, e sua digna consorte d. Ana Joaquina do Prado entregou também igual quantia para o Asilo” . Em seu segundo ano de funcionamento, o externato possuía 171 alunas matriculadas. Em 1881, já eram 202 alunas matriculadas<sup>290</sup>.

O asilo passou por constantes reformas ao longo das últimas décadas do século XIX. Em 14 de abril de 1884, foi inaugurado com grande solenidade o Edifício do Asilo de Órfãos, erigido em frente à fachada da Capela da Santa Casa. O Irmão da Misericórdia, Emílio Giogetti promoveu um concerto em 5 de fevereiro de 1887 para angariar recursos para as obras do Asilo. Em 7 de agosto do mesmo ano, a educadora Carolina Florence entregou à Irmandade a quantia de 1:050\$000, destinada ao Asilo, produto da loteria de prendas que as alunas do Colégio Florence haviam preparado em benefício dessa instituição.

A partir de 1889, por conta da epidemia de febre amarela, recrudesceram os esforços para que o asilo de órfãos pudesse funcionar efetivamente como internato. O benemérito e médico da Misericórdia, dr. Francisco Augusto Pereira Lima, assumiu a empreitada de tornar o Asilo um internato de meninas carentes. Em 29 de setembro de 1889 teve início na cidade uma quermesse em prol das obras do Asilo de Órfãos. O evento foi organizado por uma comissão composta por destacados cidadãos da sociedade campineira: Augusto César do Nascimento (Presidente da Comissão), João Duque (tesoureiro, da Casa Notre Dame de Paris), Dr. Alfredo Pujol (secretário), Dr. Tomás Alves, Dr. Vieira Bueno, Luis de

---

<sup>290</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, p. 105

Pádua Machado, Leopoldo Amaral, e os diretores dos três jornais da cidade (Diário de Campinas, Correio de Campinas e Gazeta de Campinas)<sup>291</sup>. As damas da sociedade campineira – promotoras da quermesse –, fizeram o trabalho de “sensibilizar as almas” caridosas em prol do Asilo de Órfãos. Dentre as prendas e donativos para a quermesse, que eram em grande número e provenientes das mais distintas origens, destacaram-se as peças de porcelana européia ofertadas pela Princesa Isabel e pelo Conde D’Eu. As peças – duas jarras – foram arrematadas pelo Major Antonio Luis Rodrigues e Albino José Barbosa de Oliveira Junior, que despenderam pelas peças 551 e 120 mil réis respectivamente. O evento, encerrado em 13 de outubro de 1889, auferiu um produto líquido de 27:057\$810, com o qual foi possível finalizar as obras para que o Asilo de órfãos pudesse funcionar como internato.

As obras do Asilo foram concluídas em julho de 1890. Àquele tempo, o asilo mantinha 212 meninas pobres no externato e 20 internas. A inauguração do internato foi feita em 15 de agosto de 1890, dia da festa da padroeira da Santa Casa (N.S. da Boa Morte). Na ocasião, foram distribuídos prêmios às alunas e uma poliantéia a cada um dos presentes. A poliantéia, um folheto de 12 páginas, contou com a colaboração de vários escritores, como mostra Paula (1972: 129): D. Joaquim José Vieira, cônego Correia Neri, H. Pujol, Policarpo de Queiroz, Henrique de Barcelos, Leopoldo Amaral, Américo de Campos Sobrinho, dr. Vieira Bueno, cônego Manoel Vicente, Dr. Pedro Sanches de Lemos, José Augusto Quirino dos Santos, Dr. Tomás Alves Filho, Dr. Ângelo Simões, Aristides Lobo, Valentim Magalhães, e outros. Também encontravam-se na poliantéia os versos de Machado de Assis, especialmente para a ocasião, transcritos abaixo:

***Pela inauguração do Asilo de Órfãos de Campinas***

***Recolhei, recolhei essas coitadas,  
Tristes crianças, desbotadas flores,  
Que a morte despojou dos seus cultores,***

---

<sup>291</sup> Carlos F. de Paula. *op. cit.*, p. 127.

***E pendem já das hastes maltratadas.***

***Trocai, trocai as fomes e os horrores,  
Os despresos e as ríspidas noitadas  
Pelo afago dos peitos protetores.  
Ensinai-lhes a amar e ser amadas.***

***E quando a obra que encetais agora  
Avultar, prosperar, subir ao cume,  
Tornada em sol esta ridente aurora,***

***Sentireis ao calor do grande lume  
Tanta ventura, que se fordes tristes,  
Jubilareis da obra que cumpristes.***

A partir da década de 1890 o asilo recebeu muitas meninas pensionistas como externas no Asilo. Naquele momento, a cidade carecia de uma casa para a educação de meninas, porquanto se haviam fechado ou transferido os educandários femininos que antes da epidemia de 1889 funcionavam em Campinas. Somente em 1900 seria inaugurado o Colégio Progresso Campineiro<sup>292</sup>.

Desde suas origens, a instituição asilar, ao lado dos poderes públicos, teve grande importância entre as instituições de educação para meninas carentes de Campinas. No ano de 1895, havia 308 alunas matriculadas no externato, enquanto as escolas mantidas pela municipalidade matricularam 241 e o total de alunas inscritas nas escolas estaduais somavam 490.

O ensino no Asilo de Órfãs da Santa Casa possuía orientação conservadora e autoritária, assim como as demais instituições de escolarização popular do município. A oferta de ensino “(...) para a população carente, para os órfãos e desocupados, inspirava-se em idéias liberais nas quais se somavam republicanos e maçons, interessados em instruir e profissionalizar toda a população para a nova ordem social”<sup>293</sup>. Desta perspectiva, o Asilo representava

<sup>292</sup> Carlos F. de PAULA, *op. cit.*, pp. 119-120, 123, 130.

<sup>293</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996). *op. cit.*, p. 177.

“(....) o adestramento à subserviência, e, a oligarquia, acobertada pelo manto da misericórdia, almejava serviçais instruídas e bem treinadas”<sup>294</sup>.

Em seu cotidiano, as órfãs estavam submetidas a uma rotina de trabalhos domésticos que compreendiam os cuidados com as roupas, as camas, as mesas, a cozinha e banheiro, sob a supervisão das Irmãs de São José. Essa rotina era complementada pela instrução equivalente ao nível primário (que incluía aulas de leitura, caligrafia, aritmética, geografia e “trabalhos de agulha”)<sup>295</sup>. As aulas de religião eram facultativas, o que indicaria uma possível tolerância às meninas provenientes de famílias estrangeiras.

Dentro do Asilo eram rigidamente observados princípios como a simplicidade, o silêncio, a pontualidade, o recato, a obediência, a religiosidade e a vida comunitária. Eram ainda objeto de controle o convívio entre as meninas, as conversas, os movimentos e os gestos. Os contatos com o mundo externo ao asilo restringiam-se aos passeios coletivos, que aconteciam aos domingos e às quintas-feiras e às visitas que recebiam no primeiro domingo de cada mês, mediante autorização da Madre Superiora e na presença de algum responsável<sup>296</sup>.

As órfãs saíam definitivamente do asilo em três situações: quando completavam a maioridade, e então procurariam um emprego, provavelmente de empregada doméstica; quando casavam, situação que provavelmente não ocorria com frequência, em razão da origem estigmatizadora dessas meninas ou ainda; quando eram adotadas por um parente ou pessoa honesta com comprovada condição financeira. Esta última condição, na maioria das vezes implicava em cooptar a órfã para o trabalho doméstico, sendo raras as ocasiões de adoção das órfãs por famílias abastadas como “filhas”. Essa condição conferiu ao Asilo a condição de “escola de empregadas domésticas”, atendendo assim às

---

<sup>294</sup> Ana Maria Melo NEGRÃO (2002), p. 38.

<sup>295</sup> *Idem*.

<sup>296</sup> *Ibidem*.

necessidades da demanda local. “Saudáveis, treinadas, disciplinadas e produtivas, sem defeitos físicos, essas meninas não tinham outra opção para o futuro”<sup>297</sup>

Portanto, a criação do Asilo de órfãs solucionava, ao mesmo tempo, vários problemas sociais. Recolhia as meninas abandonadas livrando-as da prostituição e ainda reproduzia e treinava a força de trabalho doméstica. Dessa maneira, não apenas satisfazia aos interesses da já referida “elite modernizante”, como também, aos interesses dos parentes e amigos pobres impossibilitados de sustentar essas crianças em suas casas. “Por trás, portanto, do aparato filantrópico, por todos celebrado, estavam objetivos bem racionais e práticos, próprios de uma sociedade capitalista, capaz de transformar o Asilo numa escola de treinamento e formação de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos.”<sup>298</sup>

De qualquer maneira, a fundação de internato em 1890 evidenciou a disciplina e o controle a que as meninas estavam submetidas por meio da vida reclusa, de trabalho e oração. Nas palavras de Lapa (1996: 224): “(...) o treinamento profissional e a limitação do ensino a rudimentos elementares asseguravam o espaço social que as meninas, futuras mulheres, não poderiam ultrapassar”<sup>299</sup>.

A despeito da submissão e do controle social a que as órfãs estavam submetidas, era inegável que a formação profissional e o desenvolvimento das habilidades domésticas eram a perspectiva de inserção das órfãs e das meninas carentes na sociedade campineira.

---

<sup>297</sup> José Roberto do Amaral LAPA (1996), *op. cit.*, p. 227.

<sup>298</sup> *Idem*, p. 224.

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 224-225.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos analisar o papel da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia na evolução urbana e econômica da cidade de Campinas, desde sua fundação em 1871 até 1889. Assim, buscamos enquadrar a dinâmica desta instituição no processo de crescimento e transformação urbana experimentado pela cidade de Campinas no período. Neste sentido, entendemos que a fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia em Campinas ocorreu como desdobramento do complexo cafeeiro no Oeste Paulista.

Após um século da fundação da matriz lisboeta, contava-se mais de uma centena de Misericórdias estabelecidas no território português e mais de cinquenta estabelecidas no território ultramarino, constituindo uma gigantesca rede de confrarias protegidas pela Coroa portuguesa e pela matriz dessas Misericórdias. Foi esse também tempo da consolidação do Estado Moderno português e da consolidação do império no ultramar. Essas instituições conformavam o sistema assistencial português que, embora fosse centralizado, funcionava de forma autônoma. Esse modelo caritativo de assistência permitiu que os rendimentos deixados pelos cristãos para a celebração de missas para si e seus familiares fossem convertidos na construção de hospitais e demais atividades caritativas, garantindo assim o autofinanciamento dessas instituições. Nesse sentido, as Santas Casas foram as principais gestoras dos bens do Purgatório. Além de centralizarem as atividades caritativas e de administrarem os legados e doações dos cristãos, as Misericórdias do ultramar ganharam importância adicional para o Estado português: nos “(...) lugares de além, (...), como os hospitais inicialmente serviam sobretudo aos militares, as Misericórdias assumiram a sua responsabilidade em sistema de prestação de um serviço público que, como tal, lhes era remunerado (...)”<sup>300</sup>.

Com a Independência, ocorreu um processo de transferência de poder da Coroa portuguesa ao Imperador brasileiro impondo às Misericórdias submissão ao

---

<sup>300</sup> Laurinda ABREU (2001), p. 601.

último. As particularidades da formação nacional, seus limites e contradições, implicaram numa vinculação das instituições assistenciais às elites regionais. Nesse quadro, as Misericórdias tornaram-se palco das disputas políticas em âmbito local.

A expansão da cafeicultura na região de Campinas produziu a diversificação das estruturas urbanas, e fez das últimas décadas do século XIX período singular na compreensão do desenvolvimento da urbe. Essa prosperidade coincide com o momento de fundação Misericórdia campineira, peça-chave na manutenção das relações de poder e no controle das camadas urbanas, mais especificamente dos pobres livres e dos escravos, que emergem como resultado desse processo de desenvolvimento econômico e que ficaram suscetíveis ao controle social e disciplinar da vida pública e privada.

Em suma, procuramos evidenciar que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas é representativa das relações de poder político e também das transformações sócio-econômicas que caracterizaram o período.

**ANEXOS**

## ANEXO I

### Donativos feitos para a edificação do Hospital de Misericórdia.

#### Ilms.Srs

Anna de Campos Andrade	6:000\$000	Tenente Francisco Soares de Abreu	500\$000
Antiga Sociedade e Beneficência	2:000\$750	José Joaquim de Oliveira Fernandes	500\$000
Um anônimo	2:050\$000	José Libânio de Abreu Soares	500\$000
Tesouro Provincial	2:000\$000	Maria Custódia de Oliveira Nunes	500\$000
Comendador Querubim U. R. C. Castro	1:450\$000	Marquesa de Valença	500\$000
Produto do concerto musical	1:170\$000	Thereza M. de Jesus Paula	500\$000
Um devoto que ocultou o nome	1:050\$000	Victorino Pinto Nunes	500\$000
Tenente Coronel José Egdio de S. Aranha	1:080\$000	Theodoro Leite Penteado	450\$000
Comendador Joaquim F. Penteado	1:033\$000	Maria Miquelina de Camargo Prado	410\$000
Antonio Corrêa Barboza	1:000\$000	Comendador Manuel Carlos Aranha	400\$000
Thereza Miquelina de A. Pompeo	1:000\$000	Joaquim Bueno e sua Senhora	400\$000
Antonio Francisco Guimarães	1:000\$000	A Senhora do Tenente Francisco P. de Moraes	400\$000
Bernardino José de Arruda	1:000\$000	Antonio Manuel Proença	362\$820
Herança de Maria B. de Andrade	1:000\$000	Subscrição agenciada por José B. dos Santos	369\$000
Um anônimo	1:000\$000	Produto do Baile Masqué	330\$000
Estanislão de Campos Salles	1:000\$000	Pedro Cypriano de Ornellas	328\$000
Baronesa de Campinas	1:000\$000	Capitão Cândido José Leite Bueno	300\$000
Barão de Atibaya	1:000\$000	Alfres José de Campos Salles	300\$000
Bispo de São Paulo	1:000\$000	Alfres Abílio de Camargo Andrade	300\$000
Pedro II	1:000\$000	Discipulas de D. Carolina Florence	266\$000
Uma Senhora cujo nome ocultou	800\$000	Subscrição agenciada por Francisco Ferreira de Mesquita	255\$000
Luiz Fernandes de Abreu	632\$000	Sociedade Terpsychore Familiar	200\$000
Joaquim Celestino de Abreu Soares	605\$000	Antonio Pinto Nunes	200\$000
Capitão Antônio Quirino dos Santos	600\$000	Mauá & Cia	200\$000
Tenente Francisco Paulino de Moraes	600\$000	Antonio Pompeu de Camargo	200\$000
Barão de Três Rios	500\$000	Anna Eufrozina de A. Nogueira	200\$000
Barão de Indayatuba	500\$000	Subscrição agenciada por Francisco G. Ferreira Novo	200\$000
Comendador Bento A. de A. Bicudo	500\$000	Jacintha Angélica de Moraes	200\$000
Domingos Leite Penteado	500\$000	Dr. Francisco Quirino dos Santos	200\$000
		Capitão Raymundo Prado	200\$000
		Antonio José de Arruda	200\$000
		Comendador C. A. e Silva	200\$000
		Floriano de Camargo Campos	200\$000
		Herança de Claudino Pedreiro	200\$000

Amélia Cruz Vianna	200\$000	Uma devota	100\$000
Conselheiro Albino J. B. de Oliveira	200\$000	Anna Eufrozina Teixeira	100\$000
Antonio Egydio de S. Aranha	200\$000	Subscrição agenciada por F. Barreto de Souza	97\$000
Antonia Maria de Jesus	200\$000	João Baptista de Camargo Damy	78\$000
Francisco Campos de Andrade	173\$000	João Baptista Novaes	66\$000
Antonio Joaquim Campos lojal	150\$000	Custas do Cartório tabellião Pontes	61\$000
Benefício de Zarzuellas	150\$000	Subscrição agenciada por Luiz de Almeida	60\$000
Raphael Luiz Pereira da Silva	148\$000	Guilherme Whitacker	54\$000
Dr. Francisco de Assis Pupo e quatro filhos	140\$000	Paulo Pimenta	53\$000
Subscrição agenciada por Theodoro Leite Penteado	140\$000	Francisco Glycério	53\$000
Sociedade Alemã	130\$000	Capitão Francisco Alves de Almeida Salles	53\$000
Frederico Kufa	127\$000	Cândido Augusto de Souza	52\$000
Major Joaquim Manuel de Oliveira	106\$000	Francisco Bueno de Almeida	52\$000
Dr. Candido Ferreira	105\$000	Jesuina Maria de Jesus	51\$000
Maria, viúva de Ignacio Bueno	105\$000	Eliseo Ferraz de Campos Souza	50\$000
Anna Petronilha A. Damy	100\$000	Sociedade Clube Semanal	50\$000
Um devoto	100\$000	D Anna de Arruda Lima ( Capivary )	50\$000
Luiz Quirino dos Santos	100\$000	Francisco Pereira de Souza	50\$000
Joaquim Pinto de Oliveira Nunes	100\$000	Francisco Xavier de Souza	50\$000
Uma devota	100\$000	Custodio Manuel Alves	50\$000
Raphael Abreu Sampaio	100\$000	Antônio José Torres	50\$000
Maria Carolina de Souza Sampaio	100\$000	Manuel José Duarte	50\$000
Diogo Benedicto dos Santos Prado	100\$000	Costa Lopes & Faria	50\$000
Luiz de Pontes Barbosa	100\$000	Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles	50\$000
Maria Benedicta C. de Andrade	100\$000	Francisco Bueno de Lacerda	50\$000
Dr. João Atalyba Nogueira	100\$000	Diogo Leite Penteado	50\$000
Antônio Américo de Camargo	100\$000	Antonio Leite Camargo Barros	50\$000
Francisco José de Camargo Andrade	100\$000	D. Olympia Soares	50\$000
Estanislão Ferreira de Camargo Andrade	100\$000	Um Anonymo	50\$000
Coronel Joaquim Quirino dos Santos	100\$000	Antão de Paula Souza	50\$000
João Leite de Moraes Cunha	100\$000	Jose Pedro de San't Anna Gomes	50\$000
Joaquim Celestino de Oliveira Soares	100\$000	Sociedade Recreio Juvenil	50\$000
Antônio Alvares de Lima	100\$000	Companhia Anglo Americana	40\$000
Venâncio Corrêa de P. Vianna	100\$000	Subscrição feita na rua Direita	40\$000

Dr. Joaquim J. Vieira de Carvalho	40\$000	Dr. Moretz-Shon	22\$000
Manoel Soares Pompêo	40\$000	D. Francisca Emilia de Queiroz	22\$000
Antônio Teixeira Pinto	40\$000	Dr. Jose Miranda	20\$000
Luiz de Queiroz Telles	40\$000	Cutrim	20\$000
D. Barbara, esposa do Sr. Francisco de Campos Andrade	40\$000	D. Custodia de Oliveira Soares	20\$000
Joaquim Floriano do Amaral	40\$000	João Francisco de Campos Vieira	20\$000
Francisco Serra	39\$000	Antonio de Freitas Penteado	20\$000
Dr. Antonio de Moraes Salles	35\$000	Um Anonymo	20\$000
Dr. João Gabriel de Moraes Navarro	33\$000	D. Anna Maria de Jesus	20\$000
Francisco Ferreira de C. Andrade	33\$000	Um Anonymo	20\$000
José Ferreira de Camargo Andrade	33\$000	João Damy, por ordem de Carlos M	20\$000
Dr. Gustavo Adolpho Castro	33\$000	Achado por um moleque	20\$000
Ignacio Caetano Teixeira	33\$000	Joaquim Alves de Almeida Salles Junior	20\$000
Elizario Ferreira de C. Andrade	33\$000	Jose Teixeira Nogueira	20\$000
Joaquim Floriano Novaes de Camargo	33\$000	Capitão Antonio Carlos Teixeira	20\$000
João Jose Teixeira (Santos)	33\$000	Francisco Jose da Silva	20\$000
Francisco Teixeira Nogueira Junior	33\$000	Capitão Domingos Franklin Teixeira Nogueira	20\$000
Joaquim Franco de Lacerda	33\$000	José Innocencio de Godoy	20\$000
Alferes Francisco Rodrigues do Prado	33\$000	D. Anna Jacintha de Andrade Couto	20\$000
Victorino Gonçalves Carmillo	33\$000	Felix Alves de Moraes	20\$000
Constantino Proost de Souza	33\$000	Maria, escrava do Capitão Vasconcellos	10\$000
Francisco Bueno de Lacerda	33\$000	Joaquim Theodoro Teixeira	17\$040
João Nogueira Ferraz	33\$000	Dinheiro achado por Teixeira	16\$000
José Bento dos Santos	33\$000	José Manuel Alves Cruz	16\$000
Antonio Bicudo de Almeida	33\$000	João Baptista Rodrigues de S. Junior	13\$000
Dr. Carlos Augusto de Souza Lima	33\$000	D. Francisca Soares de Camargo	12\$000
D. Maria, mulher de José Francisco Barboza Aranha	30\$000	Filhas do finado Francisco Raymundo	10\$000
D. Maria José de Oliveira Andrade	30\$000	D. Maria, filha do mesmo	10\$000
D. Cecília Maria de Jesus	30\$000	Uma devota	10\$000
Francisco Glycerio (Saldo da festa da rua do Commercio)	30\$000	José Rodrigues Codilha	10\$000
Pedro Kiehl	30\$000	João Ortiz	10\$000
Dinheiro achado	26\$000	Dr. José Bento Junior	10\$000
Jose Francisco (pedreiro)	25\$930	D. Anna Rufina do Amaral	10\$000
Estanislão (ferias que não reclamou)	25\$500	Antonio Couto e Dr. Cezar	10\$000

Antonio Gabriel de Brito	10\$000	D. Branca Maria de Jesus	2\$000
Jose Pedrozo de Moraes Salles	10\$000	D. Francisca Maria de Paula	2\$000
Jose Bento de Carvalho	10\$000	Esmola	2\$000
Eloy Cerqueira	10\$000	D. Anna Ace	2\$000
João Beniger	10\$000	Juiz de Paz de Santa Cruz	2\$000
Manoel da Rosa Martins	10\$000	Joaquim Roberto	2\$000
Um Anonymo	10\$000	D. Maria Caetana	2\$000
D. Paula de Camargo Andrade	10\$000	Azarias de Mello	2\$000
D. Anna Rosa	10\$000	Seis devotos	6\$000
José Gonçalves de Godoy Mauricio	10\$000	Saldo contra a receita de 1de outubro até hoje	11837\$400
D. Gertrudes Cruz	10\$000	Aluguel da casinha	754\$660
D. Marianna Prado	10\$000	Recebido de diversos	628\$000
D. Maria de Arruda	10\$000	Aluguel da casinha	754\$660
Samuel Abraham & Adolpho Julio	10\$000	Recebido de diversos	628\$000
Miguel Natini	10\$000	Capim e verduras vendidos no quintal	197\$000
Leon Hertz	10\$000	Capim e verduras vendidos no quintal	197\$480
D. Maria Franco do Carmo	9\$080	Aluguel da casinha	754\$660
Um anonymo	9\$000	Saldo contra a receita de 1de outubro até hoje	11.837\$400
Dinheiro achado pelo DR. Jorge Krug	8\$000	Saldo que deve conforme o livro	20618\$280
Jacinho Leite da Silva	8\$000		
Romão Vidal	7\$000		
Conego Ezequias Galvão de Fontoura	7\$000		
Padre Motta	7\$000		
D. Gertrudes Quirino	7\$000		
Escrivão Cesar	5\$600		
Antonio Benedito de Cerqueira Leite	5\$580		
D. Maria Augusta	5\$500		
Dr. Antonio G.de Abreu Soares	5\$000		
José Francisco de Souza	5\$000		
D. Henrique Lopes	5\$000		
Gertrudes Alves	5\$000		
D. Maria das Dores Vaz	5\$000		
D. Anna da Silva C. Pessoa	5\$000		
D. Antonia E. de Almeida Leme	4\$000		

Fonte: Relatório dos provedores de 1877

## ANEXO II

*Nós abaixo-assinados, o Rdo. Sr. Cônego Joaquim José Vieira, Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta Cidade de Campinas, d'um lado, e a Irmã Maria Teodora Voiron, Provincial das casas da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry (nesta Província) dirigida pela Superiora Geral Madre Maria Felicite Veirat, da qual é a mesma Irmã Provincial representante, d'outro lado, havemos acordado e contratado o seguinte:*

*O primeiro Contratante, como representante que é da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, e em nome desta, obriga-se ao seguinte:*

*Artigo 1º. Pagar a viagem não só das Irmãs que se fizer vir da Casa Mãe da Congregação, para tomar a direção do Hospital da Santa Casa, como também das que forem necessárias para suprir as Irmãs falecidas ou inutilizadas.*

*Artigo 2º. Fornecer às Irmãs aposento, cama, comida, roupa branca para serviço da casa, roupa lavada, luz para a noite, remédio, e a quantia de trezentos mil reis anualmente a cada uma delas.*

*Artigo 3º. Se qualquer das Irmãs ficar enferma, a Irmandade de Misericórdia continuará a sustentá-la, na forma estipulada, menos com a quantia anual para o vestuário, porque esta será entregue à Irmã que substituir a que ficar enferma.*

*Artigo 4º. Contratar um capelão digno de confiança e fazer com que o mesmo capelão ou qualquer Sacerdote celebre a Missa não só nos dias Santificados, como regularmente em todos os dias da Semana, na Capela do hospital, visitando, nesta ocasião os enfermos e confessando os que estiverem no caso dessa, e administrando-lhes os Sacramentos. O Capelão ou Sacerdote prestar-se-á a esses misteres da Confissão e administração dos Sacramentos, todas as vezes que for chamado.*

*Artigo 5º. Os enfermos indigentes serão recebidos, provada que seja sua condição social, por atestado de autoridade competente; os escravos admitidos por ordem escrita do seu Senhor. Os pensionistas serão admitidos mediante fiança, ou responsabilidade de pessoa idônea na qual será designada classe que tiver de ocupar.*

*Artigo 6º. A segunda contratante obriga-se a fornecer as Irmãs que forem necessárias para o tratamento dos doentes, direção do Hospital da Misericórdia que a irmandade tem nesta Cidade.*

*Artigo 7º. Obriga-se mais, por intermédio das ditas irmãs, a dirigir o estabelecimento, cuidar dos doentes, da direção da cozinha, da despensa, do armazém, da rouparia, em uma palavra de todo o serviço doméstico.*

*Artigo 8º. Obriga-se por essa forma a encarregar-se da polícia e de tudo quanto representa a boa ordem da Casa.*

*Artigo 9º. A tratar dos doentes com todo o desvelo e caridade, tendo muito em vista que não deverão afastar-se das prescrições dos médicos sobre os remédios e dieta.*

*Artigo 10º. A contratar os enfermeiros e despachá-los quando for necessário.*

*Artigo 11º. A Diretoria terá depositada em sua mão uma quantia que seja suficiente para as despesas de um mês. No fim de cada mês mandará a conta da despesa feita ao Provedor para este entregar-lhe a sua importância que irá receber do Tesoureiro.*

*Artigo 12º. A Diretora fará (mensalmente) todas as despesas correntes da Casa. Para isso poderá empregar um servente da Casa, ou recorrer ao Provedor para prestar-lhe como deve o adjutória que for preciso.*

*Artigo 13º. A Diretora fará mensalmente um relatório sobre a entrada e saída dos doentes e sobre as necessidades que a prática mostrar, para se fazer um regulamento para a Casa.*

*Artigo 14º. A mesma Diretora terá um livro em que lançará as contas das quais serão extraídas as que tiver de apresentar no fim de cada mês na forma do Artigo 11º.*

*Do que para constar mandamos passar este, e outro do mesmo teor que assinamos, ficando cada contratante com o seu.*

*Campinas, 10 de setembro de 1876*<sup>301</sup>

---

<sup>301</sup> “Recordações e Documentário”, Santa Casa de Misericórdia de Campinas: Primeiro Centenário – MDCCCLXXI – MCMLXXI, pp. 62-63.

**ANEXO III****Lista dos Irmãos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de  
Campinas em 31 de Dezembro de 1905**

<b>Nº</b>	<b>Nomes</b>	<b>Data de Admissão</b>	<b>Nomes</b>	<b>Data de Admissão</b>
1	Amélia Alves Bueno de Miranda, d.	11-05-1877	34	Alfredo Franco de Andrade (benemérito)
2	Amélia Carolina Alves Cruz, d. (remida)	31-01-1878	35	Alfredo Augusto do nascimento (remido)
3	Amélia Pontes de Carvalho, d.	02-02-1893	36	Alfredo Ferreira Novaes de Camargo (benfiteiro)
4	Amélia Ferreira de Camargo, d.	11-04-1893	37	Alfredo Pinheiro, Fundador (mudado)
5	Amélia Augusta de Paula, d.	11-04-1893	38	Abelardo Pompeu do Amaral, dr. (remido)
6	Amália Ferreira Dumont, d. (remida)	11-04-1893	39	Alberto da Silva Costa
7	Adelaide Roso do Nascimento, d.	11-04-1893	40	Alberto de Moraes Bueno (remido)
8	Alda Brandina de Camargo Teixeira, d.	11-04-1893	41	Alberto Samuel, (remido), mudado
9	Alda Pompeu de Camargo, d.	11-04-1893	42	Alonso Leite de Barros, (remido)
10	Anna Gertrudes Ferraz Barreto, d.	11-05-1877	43	Alberto Sarmento, dr.
11	Anna Rosa dos Santos Camargo, d.	30-06-1877	44	Alberto Ferreira de Camargo, (remido)
12	Anna Francisca Rodrigues do Prado, d.	30-06-1877	45	Albino de Oliveira, (remido, mudado)
13	Anna Joaquina de Prado Aranha, d. (remida)	30-06-1877	46	Albino José Barbosa de Oliveira, (remido)
14	Anna Brandina de Queiroz Aranha, d. (remida)	30-06-1877	47	Alcibiades J. de Uchoa Cavalcanti, dr. (remido, mudado)
15	Anna Leduina Ferreira do Prado, d.	30-06-1877	48	Alvaro Xavier de Camargo Andrade, (remido)
16	Anna Petronilha Damy, d.	30-06-1877	49	André Reinhardt, (remido)
17	Anna de Souza Salles, d.	11-04-1893	50	Angelo Simões, dr. (benemérito)
18	Anna Leonisia do Amaral, d.	11-04-1893	51	Anesio Pompeu, (mudado)
19	Anna Candida Ferreira de Camargo, d.	11-04-1893	52	Arlindo Teixeira Nogueira
20	Anna de Campos Ferreira, d.	11-04-1893	53	Arthur Moreira da Rocha Brito, (remido)
21	Anna Ferreira de Camargo	11-04-1893	54	Arthur Leite de Barros, (remido)
22	Anna B. de Aranha Botelho, d.	11-04-1893	55	Arthur Levy, (remido)
23	Anna Alves Pinto, d.	11-04-1893	56	Augusto de Souza Marques, dr. (mudado)
24	Anna P. Campos Gody, d.	11-04-1893	57	Augusto Xavier Bueno de Andrade
25	Anna de Arruda Camargo Andrade, di; (remida)	15-08-1896	58	Augusto de Andrade Couto, (remido, mudado)
26	Anna Alzira Ferreira Coutinho, d.	11-04-1893	59	Augusto Ribeiro de Loyolla, dr. (mudado)
27	Arícia de Abreu Soares, d.	11-04-1893	60	Augusto Soares de Arruda, (remido)

61	Augusto de Souza Bueno	11-04-1893	94	Antonio Augusto da Silva Lima	01-07-1883
62	Augusto Gomes Pinto	11-04-1893	95	Antonio Duarte de Moraes Sarmiento, (remido)	01-07-1883
63	Augusto Cesar do Nascimento, (benemerito, mudado)		96	Antonio Corrêa de Lemos	01-07-1883
64	Austero Penteado	11-04-1893	97	Antonio de Padua Sales, dr. (remido, mudado)	24-07-1886
65	Avelino Novaes Teixeira, (remido)	15-08-1896	98	Antonio Alvares Lobo (remido)	26-07-1886
66	Azarias Dias de Mello, (remido)	02-07-1893	99	Antonio Alves da Costa Carvalho, dr. (remido)	27-07-1886
67	Albino Ferrandes Guimarães (remido)	11-05-1877	100	Antonio Rodrigues da Fonseca, d. (remida)	11-04-1893
68	Americo de Camargo, (remido)	15-08-1896	101	Antonio Eydio Nogueira, (remido)	11-04-1893
69	Antonia Eufrosina de Andrade Lima, d.	06-03-1877	102	Antonio Alipio Franco	11-04-1893
70	Antonia de Quieroz Aranha, d. (remida)	11-05-1877	103	Antonio Eydio de Souza Aranha (remido)	15-08-1896
71	Antonia Bueno de Moraes, d.	30-06-1877	104	Antonio Benedicto de Moraes Teixeira, (remido)	15-08-1896
72	Antonio Carlos da Silva Telles, (fundador, mudado)	17-10-1875	105	Antonio Carlos de Almeida Bicudo (remido, mudado)	15-08-1896
73	Antonio de Souza Campos, dr. (fundador, mudado)	17-10-1875	106	Antonio José Machado, (remido)	15-08-1896
74	Antonio Cerqueira Leite, (mudado)	06-02-1876	107	Antonio Ferreira de Camargo Andrade, (remido)	15-08-1896
75	Antonio Penteado, (remido, mudado)	06-02-1876	108	Antonio Carlos de Moraes Bueno (remido, mudado)	15-08-1896
76	Antonio Carlos de Pacheco e Silva, (mudado)	06-02-1876	109	Antonio Ignacio de Oliveira Campos (remido)	15-08-1896
77	Antonio Carlos de Salles, (mudado)	06-02-1876	110	Antonio Carlos do Amaral Lapa (benemerito)	
78	Antonio Teixeira Pinto	31-12-1876	111	Antonio de Campos Salles, dr. (mudado)	
79	Antonio Januario Pinto Ferraz, dr. (mudado)	31-12-1876	112	Baroneza de Parapananema, (remida)	11-04-1893
80	Antonio Luiz de Arruda	31-12-1876	113	Baroneza de Limeira (remida)	15-08-1896
81	Antonio Francisco de Andrade Couto (remido)	06-03-1877	114	Barbara Rodrigues Lara, d. (remida)	11-05-1877
82	Antonio do Amaral Souza	06-03-1877	115	Barbara de Campos Novaes, d.	11-04-1893
83	Antonio Sebastião Franco	06-03-1877	116	Brandina A. de Quieroz Aranha, (Baroneza de Anhumas)	
84	Antonio Nogueira Ferraz, (remido)	11-05-1877	117	Brandina Penteado Ferreira, d. (remida)	11-04-1893
85	Antonio Alvaro de Souza Camargo, (remido)	11-05-1877	118	Brasília da Silva Arruda, d. (remida)	15-08-1896
86	Antonio Benedicto de Amaral	11-05-1877	119	Bartholomeu Venere (remido, mudado)	15-08-1896
87	Antonio de Godoy Moreira, (remido)	11-05-1877	120	Bartholomeu Bueno da Silva Prado, (remido, mudado)	
88	Antonio de Araujo Roso, (remido)	30-06-1877	121	Bento Quirino dos Santos, (fundador benemerito)	17-08-1875
89	Antonio Alves de Barros Cruz, (remido, mudado)	30-06-1877	122	Bento Bayeux, (mudado)	06-03-1877
90	Antonio Jacinho dos Santos	31-01-1878	123	Bernardo Alves Teixeira (remido)	01-07-1883
91	Antonio Benedicto de Castro Mendes, (remido)	12-07-1879	124	Benjamin Reinhardt, (remido)	13-11-1887
92	Antonio Luiz Rodrigues, (benemerito, mudado)	21-04-1883	125	Bernardo José de Sampaio (remido)	30-12-1876
93	Antonio José Gomes Junior	01-07-1883			

126	Boaventura Ferrer Negão, (remido, mudado)	11-04-1893	159	Domingos Luiz Netto, (remido, mudado)	15-08-1896
127	Candida Maria Ferraz de Barros, d.	11-05-1893	160	Domingos Roque da Silva (mudado, remido)	30-06-1877
128	Candida Ferreira Penteado, d.	11-05-1877	161	Domingos de Azevedo, dr.	
129	Carmem Bicudo, d. (remida)	15-08-1896	162	Dorindo de Almeida Prado, (remido)	23-12-1887
130	Cerisia de Abreu Soares	11-04-1893	163	Elisa Flora de Camargo, d. (remida)	30-06-1877
131	Candido Alvaro de Souza Camargo, cel. (remido)	11-05-1877	164	Ercilia Alves Pinto	11-04-1893
132	Candido Egvdio de Souza Aranha	11-04-1893	165	Etelvina Pompeu de Paula Souza, d.	11-04-1893
133	Candido Gonçalves Gomide, dr. (remido)	15-08-1896	166	Etelvina de Salles Alves, (remida)	
134	Candido Ferreira da Silva Camargo, dr. (benemerito)		167	Eufrosina de Souza Camargo, d.	15-05-1877
135	Carlos Augusto Bressane, (fundador, mudado)	17-10-1875	168	Evangelina de Campos Salles, d. (mudada)	
136	Carlos Ferreira	02-06-1882	169	Eduardo Nogueira, (remido, mudado)	11-04-1893
137	Carlos Gerin, (remido)	24-07-1884	170	Eduardo Pompeu do Amaral, (remido, mudado)	1-04-1893
138	Carlos Norberto de Souza Aranha (remido)	15-08-1896	171	Eduardo de Magalhaes, dr. (mudado)	02-07-1879
139	Carlos Ferreira de Camargo, (remido)	12-09-1886	172	Elias Augusto do Amaral Souza, (remido, mudado)	11-05-1877
140	Carlos Augusto Pereira Guimarães, dr. (remido, mudado)	15-08-1896	173	Elias Pisciotta (remido)	15-08-1896
141	Carlos Pinto, (remido)	15-08-1896	174	Eliseu Leite de Barros (remido)	11-05-1877
142	Carlos Olympio Leite Penteado, (remido)	15-08-1896	175	Elisario Ferreira de Camargo, (remido)	06-02-1876
143	João Cesar Bierremback, dr. (remido)	15-08-1896	176	Elisario Penteado, (remido)	15-08-1896
144	Cristovam Psonini (mudado)	30-06-1875	177	Eloy Cerqueira, (fundador, mudado)	17-10-1875
145	Charles Levy, (remido, mudado)	15-08-1896	178	Eloy Pompeu de Camargo, (remido)	15-08-1896
146	Claudio Celestino Toledo (remido, mudado)	15-08-1896	179	Emilio Daufresne, dr. (remido)	15-08-1896
147	Claudina Bertivignoli, (remida)	15-08-1896	180	Emilio Giorgett (remido, mudado)	15-08-1896
148	Clodomiro Ferreira de Camargo, (remido)	15-08-1896	181	Faustina Pereira da Silva, d.	
149	Custódio Gomes da Silva	30-01-1878	182	Fausto Ferreira de Camargo, (remido)	11-04-1893
150	Delphina Ferreira de Camargo, d.	11-04-1893	183	Favorino de Abreu Soares, (remido, bemfeitor)	15-08-1896
151	Damoso Jacintho de Faria, (remido, mudado)	11-04-1893	184	Feliciano Leite da Cunha, (mudado)	30-06-1877
152	Dario Psani, (remido, mudado)	15-08-1896	185	Feliciano José Leite, (mudado)	30-06-1877
153	Diogo Antonio Ribeiro de Castro	30-06-1877	186	Fernando da Rocha Brito	
154	Diogo do Amaral	30-06-1877	187	Fermino Lopes de Souza, (remido, mudado)	15-08-1896
155	Diogo de Abreu Teixeira, (mudado)	30-02-1882	188	Firmino Tamandaré de Toledo, (remido)	15-08-1896
156	Domingos Leite Penteado, (remido)	30-06-1877	189	Floriane Ferreira de Camargo Andrade, (remido)	30-06-1877
157	Domingos Francisco de Moraes, (remido)	30-06-1877	190	Floriane Alvaro de Souza Camargo (remido)	15-08-1896
158	Domingos dos Santos Merques	01-07-1884	191	Frederico Lopez Branco, (remido, mudado)	11-04-1893
			192	Francisca Emilia Prerira de Queiroz, d. (remida)	30-06-1877

193	Francisca Carvalhaes Lima, d. (mudada)	11-04-1893	225	Francisco Perpetuo Saraiva, (remido)	15-08-1896
194	Francisca Amélia de Paula, d.	11-04-1893	226	Francisco Pedro de Faria, (remido)	
195	Francisca Pompeu de Camargo, d.	11-04-1893	227	Francisco Cesário de Azevedo	
196	Francisca Ferreira Penteado, d.	11-04-1893	228	Gabriella de Queiroz Aranha, d. (mudada)	30-06-1877
197	Francisca Ernestina Bueno Bierremback, d. (remida)	15-08-1896	229	Gertrudes Maria Augusta Gornide	11-05-1877
198	Francisco Glycerio, general, (fundador, remido)	17-10-1875	230	Gertrudes Antunes Leite, d.	11-05-1878
199	Francisco Ferreira de Camargo Andrade, (remido)	06-02-1876	231	Gertrudes Alves Cruz, d. (remida)	31-01-1878
200	Francisco Antonio da Silva Serra	06-02-1876	232	Gertrudes Eglydio Pompeu do Amaral, d. (remida)	11-04-1893
201	Francisco Nogueira Teixeira Junior	20-03-1876	233	Guilhermina Brandina dos Santos Cruz, d.	11-05-1877
202	Francisco de Camargo Penteado (remido)	20-03-1876	234	Gabriel Andrade Couto, (mudado)	11-05-1877
203	Francisco Bueno de Miranda	31-12-1876	235	Gabriel dos Santos Cruz	11-05-1877
204	Francisco de Paula Simões dos Santos (remido)	11-05-1876	236	Gabriel de Carvalho, (remido)	11-05-1877
205	Francisco Antonio Pinto Junior (mudado)	11-05-1877	237	Gabriel Dias da Silva, dr. (remido, mudado)	01-07-1883
206	Francisco de Paula Souza Ferraz	11-05-1877	238	Geraldo de Queiroz, (mudado)	01-07-1883
207	Francisco de Paula Barreto	11-05-1877	239	Geraldo Ribeiro de Souza Rezende, Barão Geraldo de Rezende, (remido)	24-07-1886
208	Francisco de Souza Leite	11-05-1877	240	Guilherme Dias Braga, (remido)	11-05-1877
209	Francisco de Araujo Roso (remido)	30-06-1877	241	Guilherme Alves da Silva, dr. Benemérito	11-08-1882
210	Francisco de Andrade Coutinho, (remido, mudado)	30-06-1877	242	Gustavo Adolpho e Castro, dr. (remido)	31-12-1876
211	Francisco da Rocha Leite Penteado, (remido)	30-06-1877	243	G. Breviglieri, (remido, mudado)	15-08-1896
212	Francisco Bueno Barboza Aranha	30-06-1877	244	Henrique de Las-Cazas, dr. (mudado)	26-07-1886
213	Francisco de Carvalho Barros, (remido)	30-06-1877	245	Henry Vasseur, (remido, mudado)	15-08-1896
214	Francisco de Andrade Couto, (remido)	26-07-1886	246	Herculano Alves Couto, (remido)	11-04-1893
215	Francisco de Assis Barros Penteado, (mudado)	26-07-1886	247	Herculano Pompeu de Camargo, (remido)	15-08-1896
216	Francisco Gonçalves de Campos, (remido, mudado)	05-02-1883	248	Ignacia Augusta de Camargo, d. (mudada)	25-09-1880
217	Francisco Monteiro Junior, (remido)	11-04-1893	249	Isolina Barbosa Aranha, d. (remida)	15-08-1896
218	Francisco Domingos de Sampaio, (remido, mudado)	11-04-1893	250	Ignacio Caetano Leme Teixeira, (mudado)	30-06-1877
219	Francisco José Duarte, (remido, mudado)	15-08-1896	251	Ignacio de Queiroz Lacerda, dr. (remido)	30-06-1877
220	Francisco Bueno de Miranda Junior, (remido)	15-08-1896	252	Idalecio de Camargo Teixeira, (remido)	15-08-1896
221	Francisco Capolupo, (remido)	15-08-1896	253	Joanna Ribeiro Negão, d. (remida, mudada)	02-07-1894
222	Francisco Xavier Junior, (remido)	15-08-1896	254	Jacob Bömer, (mudado)	30-06-1877
223	Francisco de Paula Teixeira (remido)	15-08-1896	255	Jeronymo Marty, Padre, (remido, mudado)	02-06-1885
224	Francisco Januzzi, (remido, mudado)	15-08-1896	256	Jorge Hoffmam	26-04-1877
			257	Julio Frank de Arruda (benemérito)	

258	Julio Cesar Cerqueira Leite, (remido, mudado)	15-08-1896	292	José Antônio Gomes	11-04-1893
259	Juvenal Penteado (remido, mudado)	15-08-1896	293	José Augusto Pereira Lima, dr. (mudado)	11-04-1893
260	Josephina de Queiroz Aranha, d. (remida, mudada)	11-04-1877	294	José Ferreira de Camargo, dr. (mudado)	02-07-1897
261	José Paulino Nogueira, (fundador)	17-10-1875	295	José Bonifácio de Camargo, (remido, mudado)	15-08-1896
262	José Luiz de Andrade Couto, (fundador)	17-10-1875	296	José Teixeira Sobrinho, (remido)	15-08-1896
263	José Pedro de Carvalho e Silva, (remido)	06-02-1876	297	José de Queiroz Aranha, (remido, mudado)	15-08-1896
264	José Joaquim de Oliveira Junior, (mudado)	02-03-1876	298	José Guatemozim Nogueira (remido)	15-08-1896
265	José Thomaz de Paula	20-03-1876	299	José Manoel Lobo, dr. (remido)	15-08-1896
266	José Prerira da Costa Almeida (mudado)	31-12-1876	300	José de Salles Leme (remido, mudado)	15-08-1896
267	José Pedro de Sant' Anna Gomes, (fundador)	17-10-1875	301	José Egydio de Queiroz Aranha (remido, mudado)	15-08-1896
268	José Lopes da Fonseca, (mudado)	06-03-1877	302	José Rodrigues Pinto de Carvalho (remido)	15-08-1896
269	José Corrêa de Moraes, remido	11-05-1877	303	José Pereira de Queiroz dr. (remido, mudado)	15-08-1896
270	José Luiz Banguy	11-05-1877	304	José Barsotti, (remido)	15-08-1896
271	José Luiz dos Santos Cruz, (mudado)	11-05-1877	305	José de Paula Souza, (remido)	06-03-1877
272	José Firmino de Lima	11-05-1877	306	José Antonio de Camargo (remido)	
273	José Manoel de Faria	11-05-1877	307	José Penteado, (remido, mudado)	15-08-1896
274	José Francisco Barbosa Aranha	30-06-1877	308	José Bicudo de Almeida (remido, mudado)	11-05-1877
275	José Innocencio de Godoy, (remido)	30-06-1878	309	José Ferraz de Campos Souza, (fundador)	17-10-1875
276	José Pereira de Andrade, commendador, (remido)	31-08-1878	310	José Ataliba Nogueira (Barão de Ataliba Nogueira)	31-12-1876
277	José Theodoro de Oliveira Andrade, (remido)	06-07-1879		João Manoel de Almeida Barboza (remido, mudado)	
278	José Francisco Aranha, (remido)	26-03-1881	311		31-12-1876
279	José Rodrigues dos Santos Calhella, (remido)	03-02-1882	312	João Couto (remido)	06-03-1877
280	José Maria Bueno, (remido)	03-02-1882	313	João Nogueira ferraz	11-05-1877
281	José Gerin, (remido)	03-02-1882	314	João Baptista da Silva e Souza	11-05-1877
282	José Antonio da Silva Pinheiro, (mudado)	03-02-1882	315	João Martins Barboza	30-06-1877
283	José Maria Villela	03-02-1882	316	João Gonçalves Ferreira Novo (mudado)	30-06-1877
284	José Narcizo Monteiro, (remido)	11-08-1882	317	João Dany Junior (remido, mudado)	30-06-1877
285	José de Barros Campos	21-04-1883	318	João Baptista de Moraes Godoy (remido)	30-06-1877
286	José Maximiano Pereira Bueno	21-04-1883	319	João Leite de Camargo Penteado (remido, mudado)	30-06-1877
287	José Pinto da Cruz, (remido)	01-07-1883	320	João Filinto Tourinho de Oliveira (mudado)	03-02-1882
288	José Borges de Almeida	01-01-1884	321	João Vieira de Almeida, (mudado)	01-07-1883
289	José Antonio Ferreira de Oliveira	01-07-1884	322	João Batista Ferraz	14-03-1884
290	José Moreira da Rocha Brito, (remido, mudado)	26-07-1886	323	João d'Oliveira Fagundes (mudado)	24-07-1886
291	José de França Camargo (remido)	29-07-1886	324	João Baptista dos Santos Cruz, (mudado)	27-07-1886

325	João Baptista Corrêa Nery, d., Bispo de Pouzo Alegre, (remido, mudado)	13-11-1877	357	Joaquim Ferreira Netto, (remido)	15-08-1896
326	João Baptista Barros Aranha (remido)	11-04-1893	358	Laura de Queiroz Aranha e Souza, d.	30-06-1877
327	João Augusto Pereira Lima, (mudado)	11-04-1893	359	Leonor Coimbra Merz, d.	02-07-1900
328	João Ataliba Junior	11-04-1893	360	Luiza Gonzaga Couto, d. (remida)	30-06-1877
329	João Novaes de Camargo Andrade, (remido)	15-08-1896	361	Luiza Ferreira de Camargo, d.	11-05-1893
330	João de Paula Mascarenhas (remido)	15-08-1896	362	Luiza Gomes Pinto, d.	02-08-1894
331	João Teixeira Bicudo (remido, mudado)	15-08-1896	363	Luiza Sampaio de Souza Camargo, d. (remida)	15-08-1896
332	João de Almeida Queiroz (remido, mudado)	15-08-1896	364	Luiza Amelia T. Reis, d.	11-05-1877
333	João Lopes da Silva, (remido, mudado)	15-08-1896	365	Leopoldo Augusto do Amaral, (remido)	11-05-1877
334	João de Assis Lopes Martins, dr. (remido)	15-08-1896	366	Libania Egydio de Souza Aranha, (Baroneza de Itapura)	26-03-1881
335	João Merz	02-07-1900	367	Luiz Miquilino de Albuquerque, (remido)	11-05-1877
336	Joaquim José Vieira, d., Bispo do Ceará, (fundador, mudado)	17-10-1875	368	Luiz Hygino de França Camargo, (remido)	11-05-1877
337	Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, (remido)	31-12-1876	369	Luiz Soares de Araujo (mudado)	03-02-1882
338	Joaquim Franco de Pontes	06-03-1877	370	Luiz Felipe Salman, (mudado)	01-07-1883
339	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Barão de Ibitinga, (remido)	06-03-1877	371	Luiz Martins Coutinho	01-07-1883
340	Joaquim Teixeira de Queiroz, (remido)	06-03-1877	372	Luiz Antonio Barboza	11-04-1893
341	Joaquim Alves de Almeida Salles, (remido)	11-05-1877	373	Luiz Albino Barboza de Oliveira, dr.	11-04-1893
342	Joaquim Alvaro de Souza Camargo, dr., (remido)	11-05-1877	374	Luiz Gomes Pinto	11-04-1893
343	Joaquim Teixeira Nogueira Filho	11-05-1877	375	Luiz de Queiroz Telles, (remido)	15-08-1896
344	Joaquim da Rocha Campos, (mudado)	30-06-1877	376	Luiz de Campos Salles, (remido)	15-08-1896
345	Joaquim Polycarpo Aranha Junior	26-03-1881	377	Luiz de Assis Pacheco, (remido, mudado)	15-08-1896
346	Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, (mudado)	05-02-1882	378	Luiz Nogueira Filho, (remido, mudado)	15-08-1896
347	Joaquim de Pontes	11-04-1893	379	Luiz José Pereira de Queiroz, (remido)	15-08-1896
348	Joaquim Ferreira Netto, (remido)	11-04-1893	380	Luciano Nogueira de Camargo	11-04-1893
349	Joaquim Egydio de Souza Aranha, (remido)	11-04-1893	381	Luciano Teixeira Nogueira, (remido)	15-08-1896
350	Joaquim Ulysses Sarmiento, (remido)	15-08-1896	382	Lupercio de Arruda Camargo (remido)	15-08-1896
351	Joaquim Bernardino de Arruda (remido)	15-08-1896	383	Lupercio Teixeira de Camargo, (remido, mudado)	15-08-1896
352	Joaquim Antonio de Arruda, (remido)	15-08-1896	384	Magnolia Carvalhaes de Lima (mudada)	11-04-1893
353	Joaquim de Campos Toledo, (remido)	15-08-1896	385	Maria Luiza Bicudo, d. (remida)	11-05-1877
354	Joaquim Floriano do Amaral, (remido)	15-08-1896	386	Maria Augusta Gomide Nazareth, d.	11-05-1877
355	Joaquim Leme da Fonseca (remido, mudado)	15-08-1896	387	Maria Angelica dos Santos Barros, d.	11-05-1877
356	Joaquim Villac (remido)	15-08-1896	388	Maria Miquilina Ribeiro de Sampaio, d.	30-06-1877
			389	Mario Luiza de Queiroz Aranha, d. (remida)	30-06-1877

390	Maria da Conceição Barboza Pompeu, d.	30-06-1877	423	Manoel Alves de Barros Cruz, (remido)	30-06-1877
391	Maria das Dores Damy, d.	31-01-1878	424	Manoel Carlos de Souza Aranha	26-03-1881
392	Maria Belé, Bueno Monteiro, d.	05-02-1882	425	Manoel Francisco Mendes, (remido)	11-01-1884
393	Maria Luíza de Souza Aranha, d.	11-07-1883	426	Manoel Jacintho de Faria, (remido)	01-08-1887
394	Maria Clementina Bueno Bierrenback, d., (remida)	11-04-1893	427	Manoel Pinto Torres Nexves, dr., (remido, mudado)	28-12-1889
395	Maria Amelia de Freitas Guimarães, d. (mudada)	11-04-1893	428	Manoel Gomes Vieira	11-04-1893
396	Maria Ferreira de Camargo, d.	11-04-1893	429	Manoel Machado de Souza, (remido)	15-08-1896
397	Maria Luíza Nogueira de Camargo, d.	11-04-1893	430	Manoel de Moraes Bueno, (remido)	15-08-1896
398	Maria Luíza Pereira da Silva, d.	11-04-1893	431	Manoel Ribas d'Ávila, Padre	04-06-1899
399	Maria Alves Pinto, d.	11-04-1893	432	Narciza Josephina de Arruda e Silva, d.	11-04-1893
400	Maria Luíza Soares de Arruda, d. (remida)	15-08-1896	433	Narciza Pereira da Silva, d.	11-04-1893
401	Maria Carolina de Arruda Barros, d. (remida)	15-08-1896	434	Olivia Pompeu de Camargo, d.	11-04-1893
402	Maria da Conceição Franco de Andrade, d. (remida, mudada)	15-08-1896	435	Olivia do Amaral, d. (remida, mudada)	15-08-1896
403	Maria das Dores Bueno de Moraes, d. (remida)	15-08-1896	436	Ocrisia de Abreu Soares, d. (remida)	11-04-1893
404	Maria Eleuteria de Campos Ferreira, d. (remida)	15-08-1896	437	Orozimbo Maia, (remido)	24-07-1886
405	Maria Candida Novaes de Camargo, d. (remida)	15-08-1896	438	Oscar Leite de Barros, remido)	21-08-1882
406	Maria da Conceição Seixas Franco, d. (remida)	15-08-1896	439	O. Gaetani, (remido, mudado)	15-08-1896
407	Maria Angela de Moraes Aranha, (remida)	15-08-1896	440	Paula Joaquina Ferreira de Camargo, d.	11-04-1893
408	Maria Franco de Siqueira, d. (remida)	15-08-1896	441	Paula J. de Camargo Nogueira, d. (remida)	15-08-1896
409	Maria de Moraes Salles, d. (remida)	15-08-1896	442	Presciliana de Oliveira Soares, d, (remida)	11-04-1893
410	Maria Luíza Villac, d. (remida)	11-04-1893	443	Paulino Moniz	04-06-1899
411	Mathilde Pompeu de Lacerda, d.	30-06-1877	444	Paulo Alvarez Lobo, dr.	15-08-1896
412	Marcolina Pereira de Queiroz, d. (remida)	11-05-1877	445	Paschoal Ricci, (remido)	11-05-1877
413	Mamede da Silva Nazareth, d. (mudada)	03-06-1882	446	Pedro Cypriano de Ornellas, (mudado)	15-08-1896
414	Marcolino Neger	11-04-1893	447	Pedro Egydio Nogueira Aranha, (remido, mudado)	15-08-1896
415	Mario Alves Cruz	15-08-1896	448	Pedro Bicudo, (remido, mudado)	15-08-1896
416	Max-Mundt, (remido)	30-06-1877	449	Pedro Egydio de Souza Aranha Junior, (remido)	15-08-1896
417	Mathias Augusto de Castro Leite, (remido, mudado)	15-08-1896	450	Pio Pinto de Almeida, (beneficor)	02-07-1899
418	Messias Teixeira de Camargo, (remido)	30-06-1877	451	Pompeu de Tullio, (remido, mudado)	15-08-1896
419	Miguel Ribeiro de Camargo Gama	30-06-1877	452	Raphaela Pompeu de Camargo, d.	11-04-1893
420	Manoel Elpidio Pereira de Queiroz, (fundador, mudado)	17-10-1875	453	Risoletta Soares da Cunha, d.	11-04-1893
421	Manoel da Silva Fernandes	31-12-1876	454	Romilia de Abreu Soares, d. (remida)	11-04-1893
422	Manoel Pereira do Amaral, (remido)	11-05-1877	455	Rosalina de Queiroz Aranha, d. (remida, mudada)	11-05-1877
			456	Raphael de Abreu Sampaio, (fundador)	11-07-1875

457	Raphael Gonçalves de Salles, (remido)	13-11-1877	485	Urbano de Souza Aranha, dr. (remido, mudado)	15-08-1896
458	Raphael de Andrade Duarte, (remido)	15-08-1896	486	Urbano de Moraes Bueno, (remido, mudado)	15-08-1896
459	Raphael Pisani, (remido)	15-08-1896	487	Valdemira de Abreu Soares, d.	11-04-1893
460	Raphael Finili, (remido)	15-08-1896	488	Valentina Pompeu do Amaral, d.	
461	Ricardo Coelho, (mudado)	11-04-1893	489	Vitalina Ferreira de Camargo, d.	
462	Ricardo Hartmam, (remido)	15-08-1896	490	Valentim José da Silveira Lopes, dr. (fundador)	17-10-1875
463	Rogério Teixeira, (remido)	15-08-1896	491	Vicente da Fonseca Ferrão, (remido)	15-08-1896
464	Roque de marco, (remido)	15-08-1896	492	Vicente Russo, (remido)	15-08-1896
465	Salustiano Penteado, (remido, mudado)	15-08-1896	493	Victorino Gonçalves Carmillo, (mudado)	06-02-1876
466	Severo Penteado, (remido)	11-04-1893	494	Victor Novaes	11-04-1893
467	Sylvino de Souza Aranha	15-08-1896	495	Victor Zaccara, (remido)	15-08-1896
468	Sidrak Nogueira, (remido)	15-08-1896	496	Manoel Carlos de Toledo Leite (contribuinte)	02-07-1901
469	Talvina do Amaral Nogueira Aranha, d.	11-04-1893	497	Henrique M. Coelho Mello (contribuinte)	13-07-1902
470	Thereza Miquelina Nogueira, d.	30-04-1877	498	Maria Gabriella Coelho Netto, d. (contribuinte)	13-02-1902
471	Thereza Pompeu do Amaral, d.	11-04-1893	499	Ezequiel Candido de Souza Brito, d.	13-07-1902
472	Thereza Pompeu de Camargo Andrade, d.	11-04-1893	500	Arthur Azarem Costa, (benemerita)	16-07-1905
473	Theodora da Cruz Marco, d. (remida)	15-08-1896	501	Joaquina Soares Azarem, d. (benemerita)	16-07-1905
474	Torquata Josephina do Carmo, d.	03-07-1880	502	Francisca Coutinho d'Avila Simões, d. (benefetora)	16-06-1905
475	Tharúlla Coimbra Merz, d.	02-07-1900	503	Ercilia de Abreu Soares, d. (benefetora)	16-07-1905
476	Thomaz Gonçalves Gomide Sobrinho	11-05-1877	504	Virgilio Bittencourt, (remido)	01-07-1904
477	Thomaz Pereira da Fonseca, (remido)	01-07-1886	505	José Martins Ladeira, (contribuinte)	31-07-1904
478	Thomaz Alves Filho, dr. (benemerito)		506	Julio de Arruda, dr. (benefetor)	31-07-1904
479	Tito Martins Nogueira, dr. (remido)	15-08-1896	507	Guilhermo Bolliger, (benemerito)	31-07-1904
480	Torquato Pitta de Abreu Teixeira (mudado)	01-07-1883	508	Augusto Figueiredo, dr. (contribuinte)	31-01-1906
481	Torquato Solano da Silva Ferreira	02-07-1894	509	Mario Siqueira	31-01-1906
482	Tourville Nogueira	11-04-1893	510	Francisco de Campos Barreto - Padre	31-01-1906
483	Turibio Leite de Barros (remido)	15-08-1896	511	Pedro dos Santos – Padre	31-01-1906
484	Urbano de Azevedo, (remido, mudado)	11-05-1877	512	Amancio da Cunha Motta, dr. (remido)	31-07-1906

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

## **LIVROS DE REGISTROS DO HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS**

- Livros de Altas dos pacientes – 1895 – 1910
- Livros do Asilo de Órfãs da Santa Casa – 1879 – 1917
- Livros Históricos da Santa Casa – 1870 – 1917
- Livros de matrículas de Enfermos – 1876 – 1914
- Livros de movimento financeiro – 1881 – 1907
- Livros de registro de óbitos – 1876 – 1923
- Livros de registro de pensionistas – 1876 – 1886
- Relatório da provedoria – 1877
- Relatório da provedoria – 1881
- Relatório da provedoria – 1883 – 1885
- Relatório da provedoria – 1885 – 1887
- Relatório da provedoria – 1899
- Relatório da provedoria – 1903
- Relatório da provedoria – 1906
- Relatório da provedoria – 1908
- Relatório da provedoria – 1910
- Relatório da provedoria – 1912
- Relatório da provedoria – 1914

## **OUTRAS FONTES**

ANUÁRIO Estatístico do Brasil (1908-1912). Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916.

COLEÇÃO das leis e decretos do Império (vários anos)

RELATÓRIOS Presidenciais da Província de São Paulo. Diversos anos.  
(disponíveis no *site*: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/sao.html>)

### LIVROS, TESES E ARTIGOS

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do império português. *História, ciências e saúde*, [on-line], set./dez. 2001, vol. 8, nº.3, p. 591-611. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pidS0104-59702001000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pidS0104-59702001000400005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 10 out. 2003.

ALBUQUERQUE, Maria João. A Irmandade e Confraria da Misericórdia de Vila Verde dos Francos. Misericórdias: cinco séculos. *Revista Oceanos*, n.º 35, CNCDP, Lisboa, jul./set., 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Modelos de história de e da historiografia imperial”. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional* Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a.

\_\_\_\_\_. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional* Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

\_\_\_\_\_. “O aprendizado da colonização”. In: *Economia e Sociedade*, n.º 1. Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, agosto de 1992.

ALGRANTI, Leila Mesan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (vol. 1)

AMARAL, Leopoldo. *Campinas: recordações*. (2º milheiro) S. Paulo: Secção de Obras d’ “O Estado de S. Paulo”, 1927.

- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.
- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o despertar da modernidade*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.
- BIANCONI, Renata. *Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905)*. (Dissertação de Mestrado em História Econômica), Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2002.
- BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1956-1969. 26 vols.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAGA, J. C. & PAULA, S. G. *Saúde e previdência – estudos de política social*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.
- CAMILLO, E.E. R. *Guia histórico da Indústria nascente em Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Santa Casa de Misericórdia de Santos: primeiro hospital fundado no Brasil; sua origem e evolução; homenagem do autor por ocasião do quarto centenário da fundação, 1543-1943*. São Paulo: Elvino Pocat, 1943.
- CAMPOS JÚNIOR, Teodoro de Sousa. “Titulares do Império”. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, 1952.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. (Col. Temas Brasileiros, 29)
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo (4ª Ed.)*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.
- CARNEIRO, Glauco. *O poder da Misericórdia: A Irmandade da Santa Casa na história social e política da cidade de São Paulo – 1650/1985*. São Paulo: Press Ed., 1986. (2 vols.)
- CARVALHO, A. C. F. *Assistência à pobreza e a Santa Casa da Misericórdia da Parayba: a filantropia a serviço da ordem 1850-1930*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1996.

- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Ed. Hucitec/Ed. Unicamp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Ferrovia e trabalho assalariado em São Paulo*. Tese de Mestrado. Campinas: Unicamp/IFCH, 1976.
- COSTA E SILVA, Sérgio Milliet da. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Hucitec/INL, 1982.
- DAVATZ, Thomas. *Memória de um colono no Brasil (1850)*. Trad., Pref. E notas de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Ed. Globo, 2005.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- EUGENIO, Alisson. Tensões entre os visitantes eclesiásticos e as irmandades negras no século XVIII mineiro. *Revista Brasileira de História*, [on-line], 2002, vol. 22, nº. 43, p. 33-46. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01088200200010003&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01088200200010003&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em 10 out. 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- FERREIRA, Luiz Otávio. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)”. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. [online]. jul./out. 1999, vol.6, no.2 [citado 26 Abril 2005], p.331-351. Disponível na World Wide Web: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-9701999000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-9701999000300006&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-5970

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed Garamound, 1999.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GANDELMAN, Luciana Mendes. *Entre a cura das almas e o remédio das vidas: o recolhimento das órfãs da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e a caridade para com as mulheres (ca. 1739-1830)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2001(a).

---

\_\_\_\_\_. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. *História, ciências e saúde*, [on-line], set./dez. 2001(b), vol. 8, nº.3, p. 613-630. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S0104-59702001000400006&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0104-59702001000400006&lng=pt&nrm=isso)>. Acesso em 10 out. 2003.

GODÒI, Silvino. “A Indústria em Campinas”. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, 1952.

HESPANHA, António Manuel. Editorial. Misericórdias: cinco séculos. *Revista Oceanos*, n.º 35, CNCDP, Lisboa, jul./set., 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, 1952.

KARASTOJANOV, Andrea Mara Souto. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império*. Campinas: Ed. Da Unicamp, Centro de Memória – UNICAMP, 1999.

LANNA, Ana Lúcia D. *Uma cidade em transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

---

\_\_\_\_\_. “O mercado urbano de Escravos (Campinas – Segunda metade do século XIX)”. In: *Primeira Versão*, n. 37, IFCH/UNICAMP, 1991.

---

\_\_\_\_\_. “Primeiras notas para uma Bibliografia da História de Campinas”. In: *Estudo Históricos*, n. 5, FFCL/Marília, 1966.

- LEME, General João Carlos Betim Paes. Notícias dos festejos. In: PAULA, Carlos F. et al. *A Santa Casa de Misericórdia de Campinas: primeiro centenário – MDCCCLXXI – MCMLXXI*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1972.
- MAGALHÃES, Wanda Moreira, *Eleitores e Eleitos: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1992, 289 p.
- MARIANO, Julio. Grandes estabelecimentos hospitalares de Campinas, ligados a instituições diversas. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, 1952. p. 497-505.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- MATTOSO, José et. al. *História de Portugal*. Lisboa: Ed. Fina Estampa, 1993.
- MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado”. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional* Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas: Ed. Brasiliense, 1982.
- MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1599? – 1884: contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios – Contribuição para o estudo da história econômica e social no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- MOTT, Luiz. “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu”. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (vol. 1).
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãos”, 1970-1960*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002, 334 p.

- NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (vol. 1)
- PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- PAULA, Carlos F. de. A Santa Casa de Misericórdia de Campinas (Monografia histórica até o 70º aniversário da inauguração). In: PAULA, Carlos F. et al. *A Santa Casa de Misericórdia de Campinas: primeiro centenário – MDCCCLXXI – MCMLXXI*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1972.
- PAULA, Carlos F. de. Assistência Pública. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, 1952. p. 475-496.
- PETRONE, Maria Tereza S. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1968.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- REIMÃO, Monsenhor Antônio Pereira. Dom Joaquim José Vieira: traços bibliográficos. In: PAULA, Carlos F. et al. *A Santa Casa de Misericórdia de Campinas: primeiro centenário – MDCCCLXXI – MCMLXXI*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1972.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim ... Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880 – 1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- ROCHA, Leila Alves. *A Santa Casa de Misericórdia de Campinas no contexto da economia cafeeira (1881-1991)*. Monografia de conclusão de curso. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1997, 157 p.

- RUSSELL-WOOD, A., J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI – XVIII): algumas metáforas. Misericórdias: cinco séculos. *Revista Oceanos*, n.º 35, CNCDP, Lisboa, jul./set., 1998.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: Hucitec/INL-MEC, 1981.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro e NOVAES, José Nogueira. *A Febre Amarela em Campinas, 1889-1900*. Campinas: CMU/ Unicamp, 1996.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec/Edusp, 1977.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Nos 5 séculos da Misericórdia de Lisboa: um percurso na História. Misericórdias: cinco séculos. *Revista Oceanos*, n.º 35, CNCDP, Lisboa, jul./set., 1998.
- SCHINDLER, Ana Maria. *O Estado e o Social: o papel das instituições de assistência social em São Paulo, 1880-1910*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Usf, 1992, 212p.
- SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. Org. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SOARES, José Carlos de Macedo. *Dona Leonor e as Casas de Misericórdia*. São Paulo: Elvino Pocaí, 1944.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção e carestia de gêneros alimentares no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SOUZA BRITO. “Saneamento em Campinas”. In: AMARAL, Leopoldo. *A cidade de Campinas em 1901*. Campinas, 1900.

- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SPINDEL, Cheywa R. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.
- TAUNAY, A. de E. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939-1943, 15 Volumes.
- TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de Estadual Paulista, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VIEIRA, Antônio. *Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.
- VILHENA, Luiz dos Santos. *Cartas de Vilhena: Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1922.